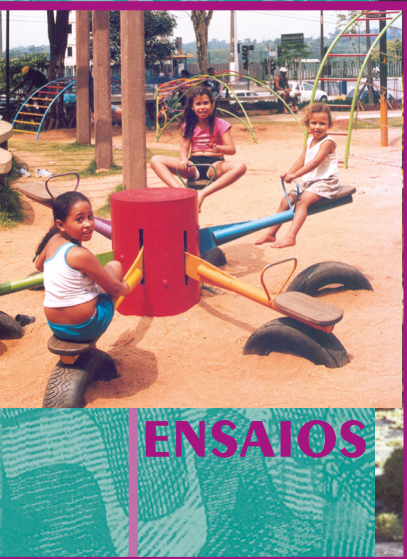


PAISAGEM AMBIENTE

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

16



ENSAIOS



Universidade de São Paulo

Reitor: José Adolpho Melfi

Vice-Reitor: Hélio Nogueira da Cruz

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Diretor: Ricardo Toledo Silva

Vice-Diretora: Maria Angela Faggin Pereira Leite

Paisagem e Ambiente: ensaios

ISSN 0104-6098

N. 16, 2002

Publicação anual da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo / Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente (GDPA) do Departamento de Projeto

Editor Responsável

Silvio Soares Macedo

Comissão Editorial

Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima

Maria Angela Faggin Pereira Leite

Silvio Soares Macedo

Conselho Editorial

Ângelo Serpa (UFBA)

Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima (USP)

Eugenio Fernandes Queiroga (USP)

Euler Sandeville Júnior (USP)

Fábio Mariz Gonçalves (USP)

Fábio Robba (Arquiteto paisagista, doutorando FAUUSP)

Fany Cutcher Galender (Arquiteta paisagista, DEPAVE / PMSP)

Helena Napoleon Degreas (UNIMARCO)

Klara Anna Kaiser Mori (USP)

Maria Angela Faggin Pereira Leite (USP)

Maria de Assunção Ribeiro Franco (USP)

Miranda M. E. Martinelli Magnoli (USP)

Paulo Renato Mesquita Pellegrino (USP)

Silvio Soares Macedo (USP)

Sônia Berjman (Universidad de Buenos Aires / UBA – Argentina)

Stael de Alvarenga Pereira Costa (UFMG)

Vera Regina Tângari (UFRJ)

Vicente de Paula Quintella Barcellos (UNB)

Vladimir Bartalini (USP / PUCCAMP)

Apoio Técnico

Lilian Aparecida Ducci e Silva

Periódico indexado na base Índice de Arquitetura Brasileira



CREDENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO DO:
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP
COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

712

Paisagem e ambiente: ensaios / Universidade de São Paulo, Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo. – n.1 (1986) – São Paulo : FAU, 1986–

Anual
n. 16 (2002)
ISSN 0104-6098

1. Arquitetura Paisagística 2. Planejamento Ambiental. I. Universidade
de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. II. Título

Serviço de Biblioteca e Informação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

Linha Editorial

A revista *Paisagem e Ambiente: ensaios* é uma publicação anual da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), vinculada ao Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente (GDPA), à área de concentração Paisagem e Ambiente do Programa de Pós-graduação da FAUUSP, ao Laboratório da Paisagem (LAB PA) e ao Laboratório Paisagem, Arte e Cultura (LABPARC), voltada aos estudos do espaço livre e do ambiente.

Projeto Gráfico

André Luís Ferreira

Capa

Francine Gramacho Sakata

Foto Maior: Jardins da Fazenda Vargem Grande – Areias

Paisagismo: Roberto Burle Marx

Foto: Sílvio Soares Macedo, 2000

Foto Menor: Praça do Encontro – Jabaquara

Foto: Francine Gramacho Sakata, 2003

Diagramação

Sóstenes Pereira da Costa

Revisão

Ivanilda Soares da Silva

Margareth Artur

Tiragem: 1.500 exemplares

Data: 2002

Publicação

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente / Departamento de Projeto

Rua do Lago, 876 Cidade Universitária

Cep: 05508-900 São Paulo SP

Fone: (11) 3091-4544 e-mail: aup@usp.br

Projeto gráfico, diagramação e impressão

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Laboratório de Programação Gráfica

Rua do Lago, 876 Cidade Universitária

Cep: 05508-900 São Paulo SP

Fone: (11) 3091-4528 e-mail: lpgrafau@usp.br

Distribuição

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Fundação para a Pesquisa Ambiental – FUPAM

Rua do Lago, 876 Cidade Universitária

Cep: 05508-900 São Paulo SP

Fone: (11) 3819-4999 e-mail: public@fupam.com.br

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Assessoria a Eventos Culturais

Rua do Lago, 876 Cidade Universitária

Cep: 05508-900 São Paulo SP

Fone: (11) 3091-4801 e-mail: eventfau@edu.usp.br



CREDENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO DO:
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP
COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

EDITORIAL

05

PROJETO

Interpretando e Preservando o Trabalho de Roberto Burle Marx

09

*Interpreting and Preserving the Work of Roberto Burle Marx:
In Search for New Approaches*

Rossana Vaccarino

43

A Praça da República e seus Aspectos Morfológicos no Desenho da Paisagem de Belém

The Praça da República and their Morphological Characters in the Belém's Landscape Design

Rubens de Andrade e Vera Regina Tângari

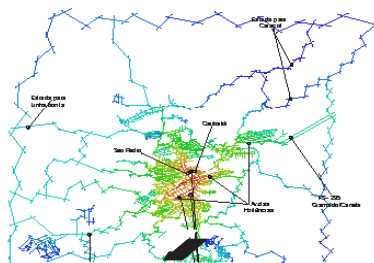
PAISAGEM URBANA

69

O Turista, o Morador e o Uso do Espaço Urbano: Interações Espaciais em Gramado e Canela

The Tourist, the Dweller and the Open's Spaces Use – Relationship Between Canela and Gramado

Décio Rigatti



SUMÁRIO

PAISAGEM URBANA

Desenho de Paisagem Urbana: As Cidades Médias do Interior Paulista **109**

Urban Landscape Design – The Medium-Towns of the São Paulo's Countryside

Paula da Cruz Landim

PLANEJAMENTO DA PAISAGEM

Análise da Paisagem como Premissa Para a Elaboração de Plano Diretor **135**

Landscape Analysis as a Fundamental Subject to a Master Plan

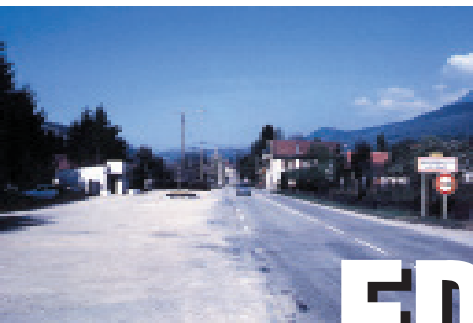
Ana Paula Felipe

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO **162**

Todos sabemos o quanto as percepções sobre paisagem e paisagismo sempre estiveram fortemente atreladas à história dos jardins; a idéia de *paridæza*, da metáfora de natureza circunscrita, da manipulação dos elementos naturais para deleite e utilidade humanos em espaço delimitado e estruturado sob um ponto de vista, organizando a “bagunça” e a imprevisibilidade do mundo natural para maior legibilidade e fruição, inscreveram-se no imaginário coletivo (o que inclui os próprios paisagistas) durante muitos séculos. Um dos pontos de inflexão nessa história tem lugar no século 16, a partir do qual a chamada civilização ocidental conduz um fecundo e revolucionário processo de evolução nas artes e nas ciências. É nesse momento que tem início o “*intercâmbio universal das idéias que finalmente elevaram as artes da paisagem de um nível doméstico e local de desenho ao conceito moderno de planejamento abrangente*” (G. Jellicoe, 1995). O que conhecemos como paisagismo ganhou em escopo e complexidade, incorporando dimensões, escalas e articulações até então inimagináveis, sem que, evidentemente, devamos minimizar a importância da escala do jardim (seja individualmente ou em sua somatória).

No que diz respeito aos espaços livres públicos, estes nascem com o homem social, com a história das cidades, confundindo-se em sua informalidade com a história “oficial” das tipologias tradicionais do paisagismo – embora os primeiros parques construídos com dinheiro público aconteçam na Inglaterra do século 18, Senaqueribe já teria construído um para seus súditos, em Nínive, no século 7 a. C. (A. Spirn, 1995) e, no Brasil, apesar de os primeiros parques serem um legado do século 19, Maurício de Nassau na Recife setecentista abriu as portas do Parque de Friburgo para usufruto da população.

Não é ilegítimo pensar, portanto, que uma dimensão social tenha sempre permeado a história do paisagismo. A rigor, a atividade projetual concede materialidade a contextos que incluem desde aspectos da base biofísica aos processos socioculturais em curso. Entretanto, é preciso notar que tem ganhado força a idéia de que é importante não apenas pensar o espaço público como produto, mas também como processo, no qual outros atores sociais entram em cena, participando com suas percepções,



EDITORIAL

valores, necessidades e desejos e contribuindo no esforço de criar as bases para que os espaços *projetados* se tornem verdadeiramente *lugares*, onde as pessoas se identifiquem como indivíduos e coletividade.

Lawrence Halprin, em seu livro *The take part experience*, desenvolve uma teoria (povoada de estudos de caso) sobre o processo de criação coletiva, discorrendo (em uma perspectiva assumidamente política) sobre a importância da participação da sociedade no processo de tomada de decisão sobre os espaços livres públicos, como antídoto ao crescente senso de alienação de nosso tempo. Eileen Adams (educadora que juntamente com paisagistas e outros profissionais coordena projetos de áreas públicas com a participação de escolas inglesas) discutiu em seu livro *Changing places* a necessidade do estabelecimento de novas formas de relações entre projetistas e comunidades envolvidas nas quais as pessoas sintam um senso de envolvimento, um grau de pertencimento e uma medida de controle; e Henry Sanoff (arquiteto e professor da Universidade da Carolina do Norte que já publicou 20 livros sobre o tema) enfatiza em um de seus trabalhos mais recentes (*Participatory design*) a importância de se repensar a postura do projetista que trabalha com espaços públicos, comentando que as experiências com participação demonstram que os usuários ficam satisfeitos, nem tanto por seus desejos terem sido contemplados, mas pela sensação de terem influído nas decisões. Esses autores aqui mencionados fazem parte de um universo de profissionais e pesquisadores, de vários campos do conhecimento, que tem crescido sobremaneira nos últimos 30 anos.

No Brasil o “Estado da Arte”, no que diz respeito à questão da participação comunitária também tem se ampliado em diversas áreas das ciências humanas. Na atualidade, é vital que isso aconteça, capitalizando um sentimento crescente, por parte da sociedade sobre as necessidades, vontade e pertinência de se manifestar sobre os desígnios dos espaços públicos. Há outro aspecto, porém, em que o trabalho acadêmico tem um papel importante, uma vez que conceitos como “responsabilidade social” e “participação popular” (a exemplo de tantos outros vocábulos) já padecem de uma certa banalização, clichês repetidos (como panacéia) pelos veículos de comunicação, empresas que querem melhorar a imagem e políticos demagógicos, entre outros, é urgente que se discuta, analise, aprofunde e sobretudo se questione as formas pelas quais esses processos acontecem e de que maneira transcendem a mera instância “assistencialista”, contribuindo para a transformação dos processos sociais em curso. É prazeroso observar o número cada vez maior de alunos da área de concentração em paisagismo do curso de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, que tem se debruçado sobre o assunto. Sílvia Dobry, Caio Boucinhas, Raul Pereira, Paulo Gonçalves e Daniela Ramalho, entre outros, discutem, em suas dissertações e teses, aspectos da participação popular em espaços livres públicos em cidades brasileiras. Tenho a convicção da importância desses trabalhos que contribuirão, em

última análise, para recuperar a memória de vários projetos participativos desconhecidos no país.

A respeito desse assunto, cumpre-me dizer, finalmente, que a *Revista Paisagem e Ambiente* terá, proximamente, um número dedicado especialmente ao registro e discussão de uma experiência dessa natureza, realizada com a participação de alunos da pós-graduação da FAU, poder público municipal e comunidade, estando aberta à publicação de artigos sobre o tema em seus números próximos.

Este número traz uma série de artigos que, em última análise, ratificam o exposto no começo deste editorial – a diversidade, a complexidade e as diferentes escalas de abordagem do campo do paisagismo:

No âmbito de Projeto, *Rossana Vaccarino* apresenta um vigoroso texto-denúncia, no qual alerta para o perigo em que se encontra o legado da obra paisagística de Roberto Burle Marx, seja pelas alterações expressivas dos espaços ao longo do tempo ou pelo efetivo desaparecimento de jardins e espaços livres públicos; chama a atenção ainda para as dificuldades de recuperação desse legado em função da perda de fontes primárias que poderiam subsidiar tal empreendimento, trazendo à tona a discussão (polêmica) sobre o conceito de conservação de jardins de importância histórica. Ainda com relação à instância do projeto, *Rubens de Andrade* e *Vera Regina Tângari* analisam, à luz da história, aspectos morfológicos de um dos espaços livres importantes da cidade de Belém – a Praça da República.

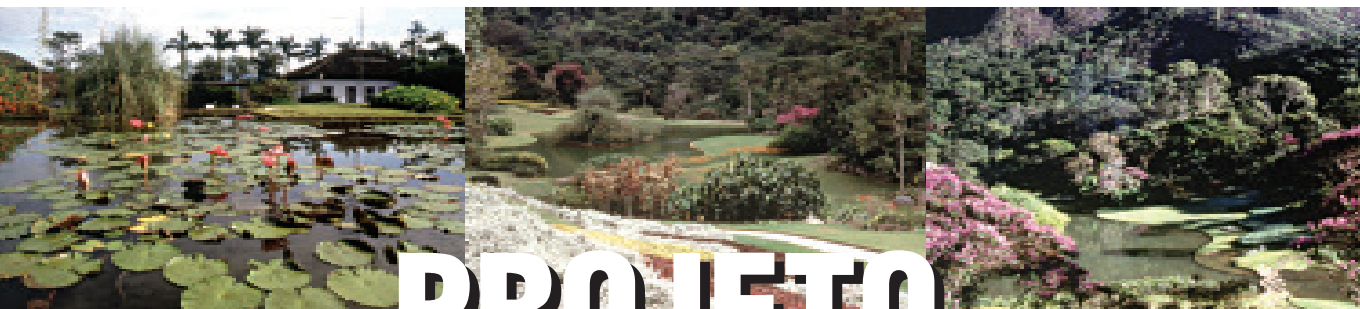
No módulo Paisagem urbana, a revista traz dois artigos que abordam questões emergentes em cidades brasileiras de porte médio – *Décio Rigatti* discute aspectos da estruturação espacial de duas cidades turísticas do Rio Grande do Sul, Gramado e Canela, analisando a forma pela qual o espaço urbano articula relações entre visitantes e moradores, chamando a atenção para os perigos do hiperturismo, capaz de descaracterizar a paisagem, eliminando o habitante do lugar, dessas novas configurações; *Paula da Cruz Landim* também apresenta uma visão crítica de cidades do interior paulista, nas quais, a despeito das singularidades socioculturais e biofísicas de suas paisagens, tem lugar todo um processo de descaracterização e homogeneização dessas paisagens em função de valores estéticos e de usos extemporâneos.

Finalmente, na esfera do Planejamento, *Ana Paula Felipe* discorre sobre uma interessante experiência de revisão de plano diretor na França, na cidade de Vaulnaves-Le-Haut, em função da necessidade de introdução de critérios paisagísticos em planos urbanísticos após promulgação de lei que normatiza o assunto.

INTERPRETING AND PRESERVING THE WORK OF ROBERTO BURLE MARX: IN SEARCH FOR NEW APPROACHES

Rossana Vaccarino

*Arquiteta paisagista e professora assistente de Arquitetura
Paisagística na Universidade de Harvard (EUA) de 1994 a 1999.
Atualmente é pesquisadora associada nesta universidade.*



PROJETO

RESUMO

O texto se refere a uma palestra proferida no IV ENEPEA – Encontro Nacional de Ensino em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, em outubro de 2000, que objetivou colocar um entendimento sobre o modo de projetar de Roberto Burle Marx, emblemáticos, os parques privados das fazendas Marabaia e Vargem Grande (RJ), os parques do Flamengo (RJ) e del Este (Caracas – Venezuela) e o Sítio Santo Antônio da Bica – Sítio Burle Marx também na cidade do Rio de Janeiro.

Com base em seus projetos, Burle Marx adotou sete princípios básicos: a complexidade de seus planos de plantio, a estruturação física dos espaços por massas de plantas, a necessidade de conhecer, e portanto, explorar a vegetação das áreas nas quais novos projetos eram feitos, a necessidade de um viveiro como base de apoio, o treinamento de bons jardineiros dedicados ao projeto, o uso de espécies jovens e o esclarecimento de um processo de manutenção ativo.

ABSTRACT

This paper is the result of a conference in the IV ENEPEA – Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura, in October 2000, which focused the Burle Marx's design guidelines of private gardens and parks in Brazil. The main subjects are the gardens of Fazendas Marabaia, Vargem Grande, Sítio Santo Antônio da Bica and two of the main important Burle Marx's projects – the parks Aterro do Flamengo (Rio de Janeiro, Brazil) and del Este (Caracas, Venezuela).

The paper also indicated the seven main design principles of Burle Marx – the complexity in planting design; the space organization by plants; the necessity of specific studies and knowledge about the site's vegetation; the use of juvenile specimens; the necessity of excellent gardeners; a continuous maintenance process and the existence of a good nursery.

INTERPRETING AND PRESERVING THE WORK OF ROBERTO BURLE MARX: IN SEARCH FOR NEW APPROACHES

Introduction

The legacy of Roberto Burle Marx in Brazilian landscape architecture is in danger of being lost because of the many challenges that surround the interpretation and preservation of his numerous projects. Two among the most important issues to consider are, first, the progressive alteration or disappearance of Burle Marx's gardens and open spaces, and second, the lack of access to primary sources and drawings that could help interpret many built projects, especially those before the 1950s. Moreover, a number of drawings or models have been lost in Burle Marx's travelling exhibitions around the world, others were loaned and never returned, or were donated to friends.

When a project has not been destroyed and drawings are indeed available, a third challenge presents itself: the drawings do not reflect what was actually built. Often even the plants listed in the original plant lists have not been used, or different species have been substituted. These inconsistencies exist because Burle Marx built and re-built several projects over the course of his career without making a record of the changes that he implemented. He frequently worked directly on-site without the mediation of construction drawings (like measured site plans, planting plans, or sections). Burle Marx in fact liked to engage the landscape as a creative process, as a moving target, as a fragile and perishable entity always developing and transforming in time. In this sense, the "original" plan, if produced, was for him more of an intention, a point of departure, and never a document to be followed literally.

What we often mistakenly think is the original plan, actually was something that was produced after construction. In fact, as projects were conceived and built, Burle Marx with the help of his associates would produce painterly renditions or models to be exhibited nationally and internationally as art, all along his paintings, sculptures, tapestries or fabric dyes. If there was an early plan made already, this would often be re-produced in another version, often even disre-garding

the changes occurred since the first scheme in the choice of the plant used or other formal changes occurred during constructions. At times, the color painted in the groundcover masses in his gouache plans was selected for the artistic need of color contrast and composition *in the drawing* rather than for the purpose of depicting the color of the plant eventually used on site. In other words, the project idea was fixed in his genius somewhere, in two-dimension, independent from time and the built reality of the project.

On the other hand, Burle Marx clearly was interested in the landscape as a creative *act* rather than static artifact – a garden for him was precisely the act of its making, a deep creative experience, and a process of discovery. Many of his best projects are, in fact, the ones in which Burle Marx was able to intervene and make revisions all along: the interruptions during construction or the delayed implementation would be in fact moments for reflection, development, and incorporation of new ideas. In all this lie an apparent paradox: while his plan-gouaches and other artistic representation tended to fix in history his landscapes in two dimensions, the built projects were always changing, and were allowed to change by him, in time, and in three-dimension. They were always in a state of changing physiognomy, so to speak, defying the possibility of authentication of an original form, in a particular moment. This aspect challenges traditional notions of preservation and conservation, because it is nearly impossible and often unproductive to date and associate Burle Marx's work with a particular time in history, and also with a particular drawing!

Indeed, it is quite difficult to preserve or restore his projects to an "original" scheme, since Burle Marx said himself that there is no original in his work to refer to, to come back to. Additionally, authenticity should not be understood stylistically here, even if Burle Marx's work is stylistically distinguished and recognized. As a consequence, preservation efforts focussing on a literal recovery of the forms and materials of what was "first" or "originally" produced would not only be difficult, but often inappropriate. A more successful approach may concentrate on the understanding and protection of the central idea behind each project. The preservation of the conceptual idea rather than the garden "object" allows for the development of conservation strategies that *present* history not only in its reference to the past, but also in its present and future connotations. I want to stress that it is not easy to interpret what might have been the essential conceptual ideas behind Burle Marx's work. This, in fact, requires the creation of

a much more serious research and scholarship on Burle Marx, one able to analyze much more in depth his multifaceted design process and his peculiar way of working across disciplines.

I will now exemplify a number of key aspects I believe are important in the interpretation and conservation efforts of Burle Marx's work. I will talk only briefly about the implications that this approach may have in any program of landscape restoration and maintenance, leaving this topic for further discussion. I will first show a few key concepts in the design of two gardens that I studied in the early part of my research: Fazenda Marambaia and Fazenda Vargem Grande. It was in these gardens that I first encountered the paradox I mentioned before of the disparity between drawing and built work. Then I will use two famous parks – Parque Flamengo in Rio and Parque del Este in Caracas, Venezuela – to direct the attention to some of the issues I believe we should focus today in their preservation, issues that are not necessarily related to composition or form. I will end my essay with the questions raised by an important and much discussed site, today under conservation as a "museum". This is perhaps one of the most exemplary projects made by Burle Marx during his life, one that he implemented slowly since 1949, and which is now perhaps among the most endangered of all: The sítio Santo Antonio da Bica, or called today, Sítio Burle Marx.

The Correspondence Between Context and Time: Two Gardens

In January 1995 I visited Brazil for the first time to experience directly a number of Roberto Burle Marx's most important projects in Rio de Janeiro and São Paulo. To my disappointment, many of the gardens were in a state of disrepair or no longer existed. Two gardens, however, struck my attention: the garden of Fazenda Marambaia and the garden of Fazenda Vargem Grande (Figures 1 and 2). These gardens were mature landscapes that had spatial qualities and details not conveyed in their original drawings or in published photographs. While the Marambaia garden, built just before the acquisition of Burle Marx's sítio in 1949, was surprisingly at a most splendid phase in its evolution, the garden of Vargem Grande, whose first plan was much later and is dated 1979, appeared to be unfinished, and already in an initial state of decline from lack of proper maintenance.

Both located in rural settings, these two gardens share the *Mata Atlântica* as their larger environment, and are more precisely located within two distinct ecological forest formations, both seriously



Foto 1 – Fazenda Vargem Grande
Crédito: Autora



Foto 2 – Fazenda Marambaia
Crédito: Autora

threatened by human action and in fact today protected as national parks. Fazenda Marambaia is situated in fact in the National Park *Serra dos Orgãos*, which is part of the Coastal Atlantic Forest ecoregion, while Fazenda Vargem Grande is at the foothills of the National Park of the *Serra da Bocaina*, which is part of the Interior Atlantic Forest. The Marambaia and Vargem Grande gardens were constructed in phases, and changed gradually under Burle Marx's direction. He revised the original schemes repeatedly, incorporating the feedback of the clients. As for other gardens, the early stage of the design here derived its power from the interesting composition of colors and forms of the ground covers (annual, perennials, and shrubs), an effect that could be achieved immediately. This layout is often the one depicted in Burle Marx's gouaches, which usually described the ground rather than the tree canopy layer. In fact, because few nurseries existed at this time, trees and palms were available to Burle Marx only as seedlings or in very small size less than a meter or half a meter high, and therefore trees initially would read as part of the ground cover or shrub mass. Only after twenty or more years of evolution would the garden acquire volumetric complexity and the three-dimensional connotations it reveals today.

Indeed, when I visited the Marambaia garden, I was surprised by the existence of a diverse and mature canopy, which was not apparent in the drawings and photographs I was familiar with from earlier publications (Figures 3 and 4). This canopy defines today a multi-layered space rich of diverse intermingling species, often quite similar to the complexity of the surrounding forest. In fact, many seedlings taking root by chance after natural seed dispersion from the surrounding forest were not removed from the tree masses originally planted, and it is nearly impossible to distinguish today where the garden ends and the secondary forest begins. Thus, this layered space today is a *fundamental* structure that integrates the garden design with the existing landscape. This fact raises questions on the usefulness of conventional means of representation. Indeed, as I was trying to represent the tree canopy myself in my drawings, it was impossible to convey with circles or other conventional planting symbols the structure, texture and light qualities of what is today a tropical forest. This perhaps explains Burle Marx's lack of interest to simulate in many of his drawings the final or precise conditions of a garden canopy, which is usually a convention in landscape architecture. He preferred instead to show the ground-cover plan, which was easier to depict, control, and predict in the expected forms and composition.

Drawings, photographs and written texts also rarely have captured



Foto 3 – Fazenda Marambaia
Crédito: Autora

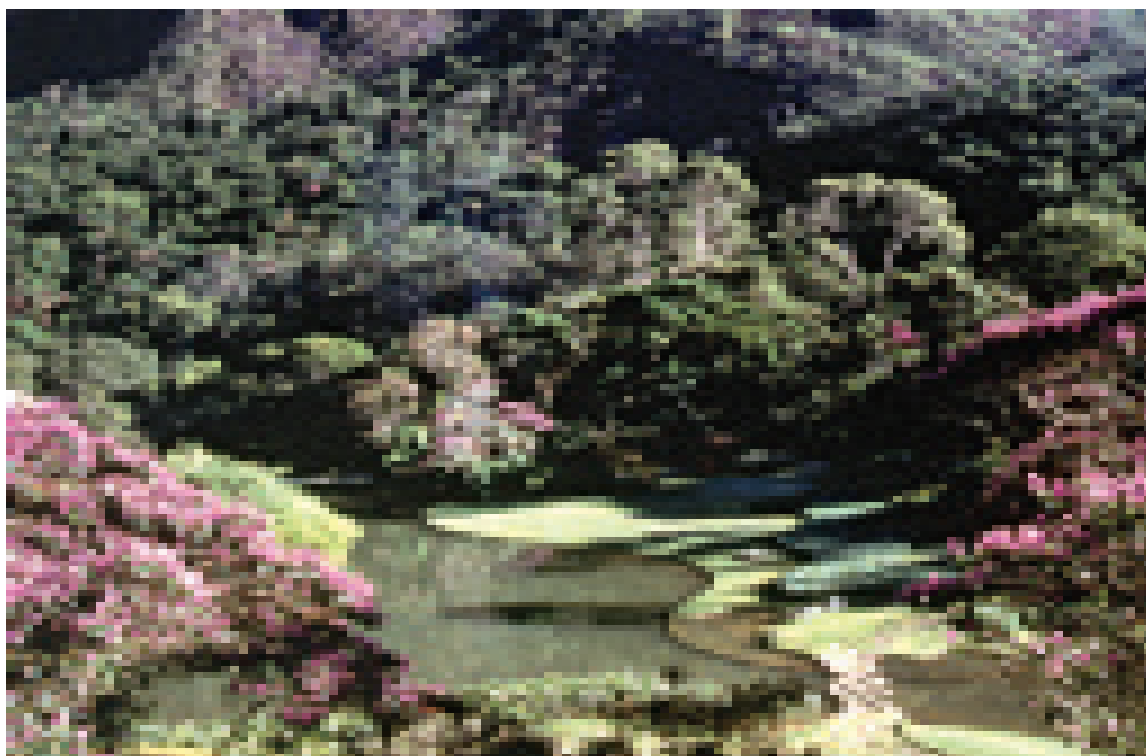


Foto 4 – Fazenda Marambaia
Crédito: Autora

the imposing presence of the landscape surrounding the site of Burle Marx's projects, and generally have ignored the elaborate framework of their social or ecological structures. This larger landscape affects deeply the meaning of the garden or park. Whereas in urban parks such as Flamengo the *social* landscape is a very important structural component in the meaning of its design, in Marambaia and Vargem Grande the landscape of mountains and forest, hills and pasture-land or abandoned coffee fields is the one that has immediate impact on the gardens (Figure 5). This larger landscape is not just scenery or background but a parallel, larger reference that becomes readable and meaningful in the garden detail. In other words, there is a purposeful juxtaposition of two physical and spatial realities – the garden and the environment beyond – and the garden experience becomes the metaphor of the larger, physical or mental image. This is not only obvious in the sensuous landforms that articulate the Marambaia garden, echoed in the shape of the planting beds. It is also apparent in the careful layout of terraces that respect the coffee fazenda *terreiros* in Vargem Grande, and in the water treatment carried through the garden by gravity, which situate both gardens within a larger system of valleys and relieves. The surrounding context is also expressed in the fact that local rocks and plants indigenous to the site such as certain bromeliads (*Vriesia* spp.) and orchids (*Cyrtopodium andersonii*) (Figure 6) were literally carried down the mountain in order to reconstruct the interaction of plants, soil and rocks in new ways.

Another way to explain this parallel relationship between two scales of landscape is the temporal resonance between the flowering rhythms inside and outside the garden. In Marambaia, for instance, the yellow flowering *Cassia* trees (*Senna* spp.) and many species of violet and purple flowering quaresmera trees (*Tibouchina* spp) are echoing in the garden the complementary contrast of colors to be found in the summer in the surrounding forest. In doing so, Burle Marx intensified a natural phenomenon, making its legibility easier within the garden. He also added interplay of contrasts in other seasons, for instance in winter, using the purple of rhododendrons and the yellow of *Tabebuia* (ipe) and *Bulbine frutescens*, and *Hemerocallys* and *Crinum xanthophyllum* as ground cover with additional splashes of red areas in the flowering *Erythrina* trees; during the whole year, except when the *canteiros* are redone, the contrast between *Solelenostemon scutellarioides* in yellow-green and reddish-maroon varieties or red *Iresine herbstii* and grey-silver *Helichrysum petiolatum* ground covers. I want to stress here that Burle Marx's use of color goes



Foto 5 – Fazenda Vargem Grande
Crédito: Autora



Foto 6 – *Cyrtopodium*
Crédito: Autora

beyond a painterly, two-dimensional application, even though this aspect is also a component of his work, and this garden from the air in fact truly looks much after a Jean Arp's or Joan Miró's painting (Figures 7 and 8).

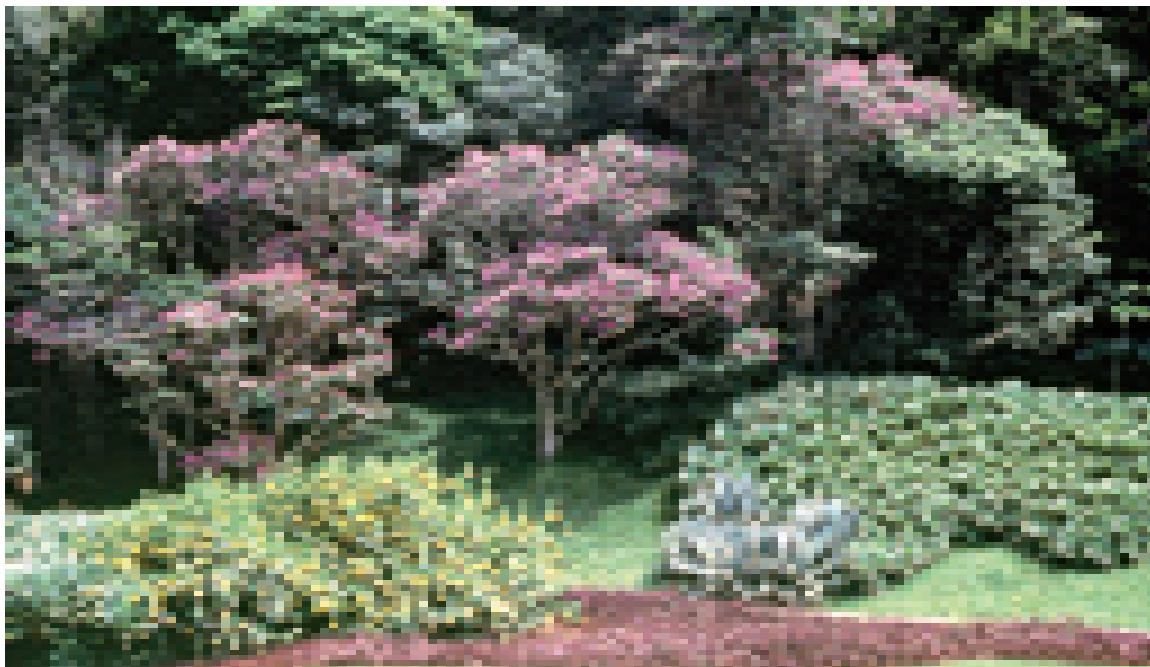


Foto 7 – Fazenda Marambaia
Crédito: Autora

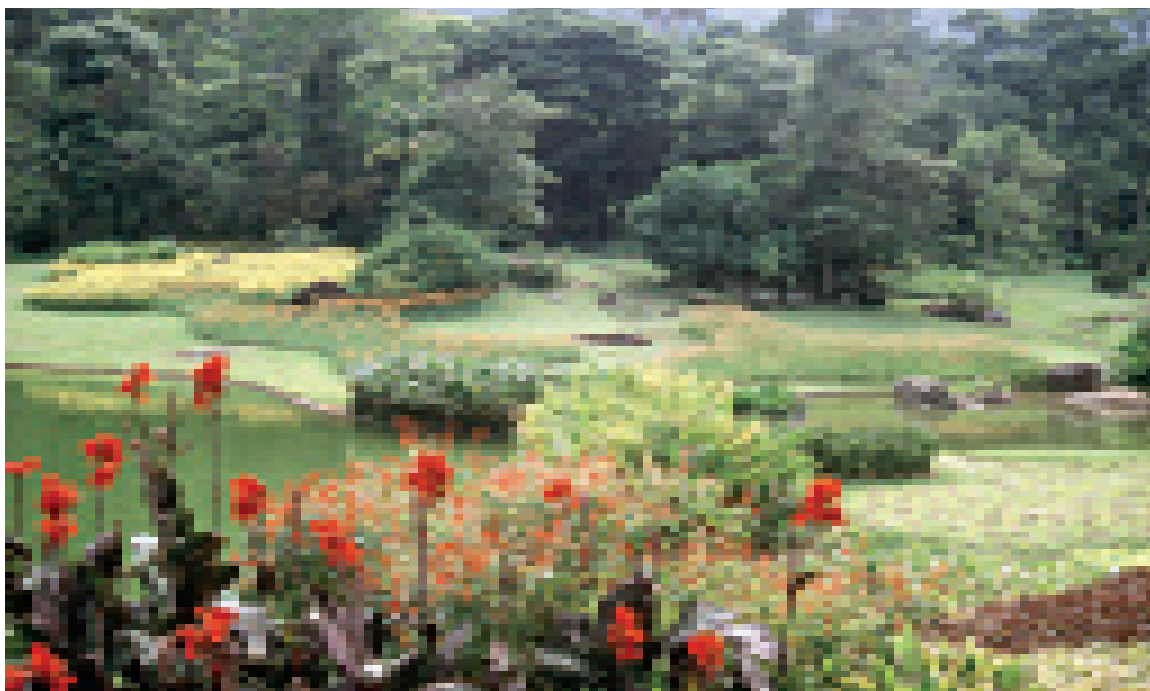


Foto 8 – Fazenda Marambaia
Crédito: Autora

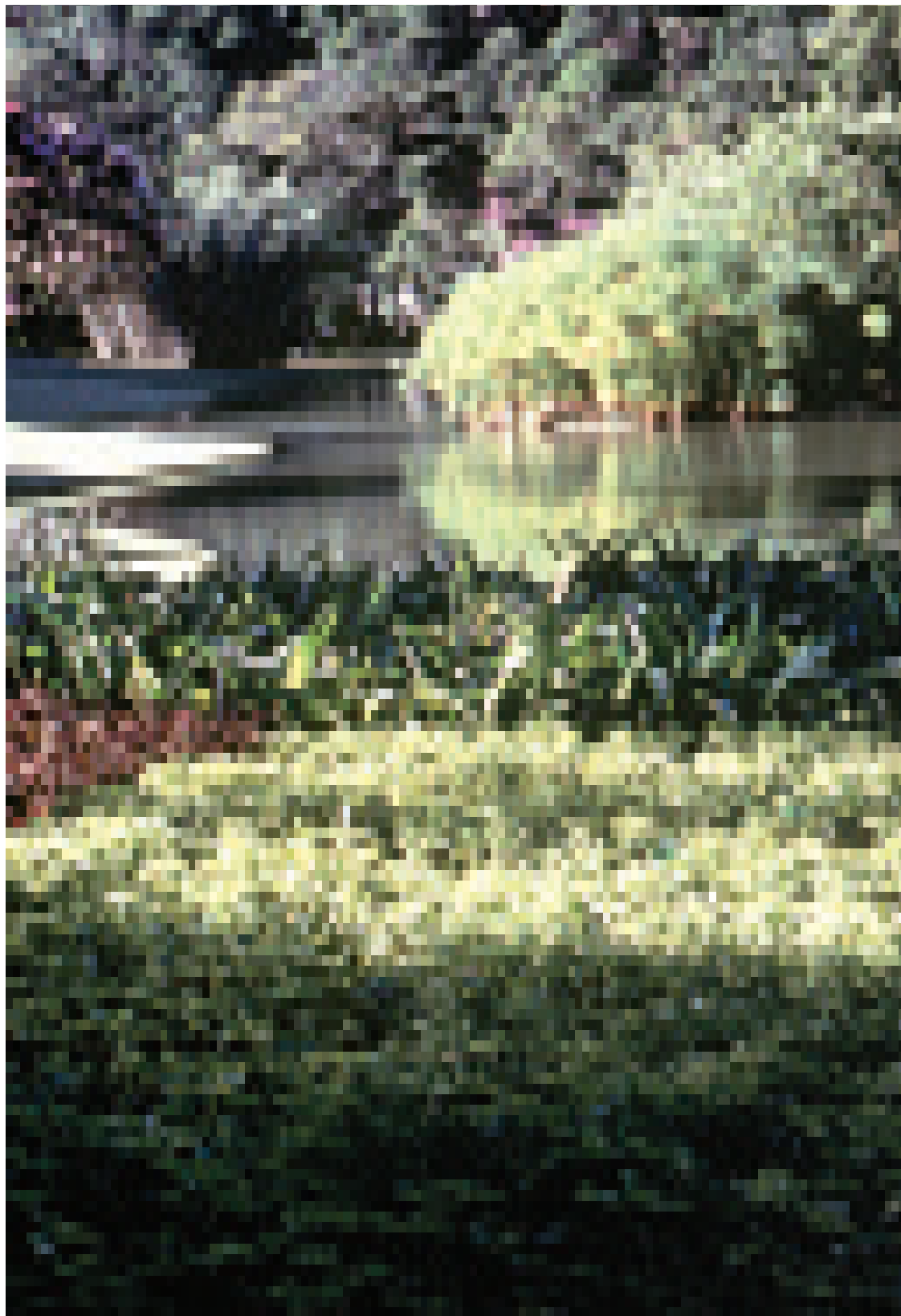


Foto 9 – Fazenda Marambaia
Crédito: Autora



Foto 10 – Fazenda Marambaia
Crédito: Autora

In fact, contrasting hues and intensities of color determine a fragmentation of perspective and increase the complexity of space. These qualities, which I believe characterize the Marambaia garden as a cubist landscape, are due to the phenomenon known in color theory as “afterimage”. The afterimage effect increases when contrast is created between a bright or intense hue and a background of dull color, generating complementary colors in the eye that overlap and juxtapose with the existing colors, as is the case in the Serra dos Órgãos nearly every summer afternoon, when bright sun rays pierce clouds and rain while the darkness of shadow increases. The flowering trees – from the dark garden edge, from strategic plant masses — begin a dialogue with the bright ground covers in the area of the garden hit by sunrays, and the fragmentation of space thus begins. As light shifts, changing the value or brightness of the plant masses against a simultaneous changing background, the effects of afterimage are accentuated and can be transformed by a sudden change of weather conditions. This logic explains Burle Marx’s concentration of bold color swatches precisely in those areas washed with light at sunset, or in strategic positions along the path (Figures 9 and 10). Therefore, they are fundamental to articulate dynamically an otherwise predominantly dull or dark composition.

It is important to stress also that the careful placement of plant color

and texture not only affect movement, volumes, and visual perception, but is also a way to capture and emphasize the shifting qualities of light and weather, which are so powerful in Brazil comparing to temperate climates. In other words, they make the phenomenon of light powerfully present. This is quite clear in Vargem Grande. Color contrasts here has an equal role in continuously changing perceived depth and perspective through the seasons, even if more subdued in the interplay of tints of opposite blues and oranges, or yellows in other months with small amounts of reds. Patches of color in fact shift location across the site with the flowering season, and it is amazing how calculated that color balance re-occur in different areas in different months. Every single day, from early morning to early evening there is a sequence of shifting foregrounds and backgrounds, focal points, and horizon lines, which erase the two-dimensional formality of the plan and affect the three-dimensional experience of the garden space. For instance, the *Licuala* palms leaves and *Aechmea blanchetiana* leaves light up like fire when touched by late afternoon sun and suddenly become a foreground feature in the Garden of Volumes. This temporarily altered value contrast also occur in the Water Garden, where the flower tips of *Belacamda chinensis* in January or the inflorescences of *Cordateria selloana* in August establish an ephemeral relationship between solid and voids (Figures 11 and 12).

Layered canopy mass, cross-over relation with the surrounding environment, and fragmentation of perspective and volumes with shifting colors during the seasons and weather change, as I described above, are three among other key spatial characteristics of the Marabaia and Vargem Grande gardens. For me, these became fundamentals in the list of essential concepts behind the design and the experience of the two gardens. I believe these are as important to preserve as a particular shape of a planting bed, or the specific plant species used in the garden. I also emphasized today the instability and ephemeral connotations of these spatial qualities, and thus the inability to record them in conventional drawings. Spatial qualities such as these cannot be discovered and analyzed without a personal experience in, and a deep knowledge of, site, seasons and context.

What are the implications of the above observations for preservation and maintenance? Once a research intuition is tested and developed scholarly, becoming a set of articulated qualities or conceptual ideas that inform the design, it is possible to devise programs of maintenance that improve those essential qualities in time, rather than fixing

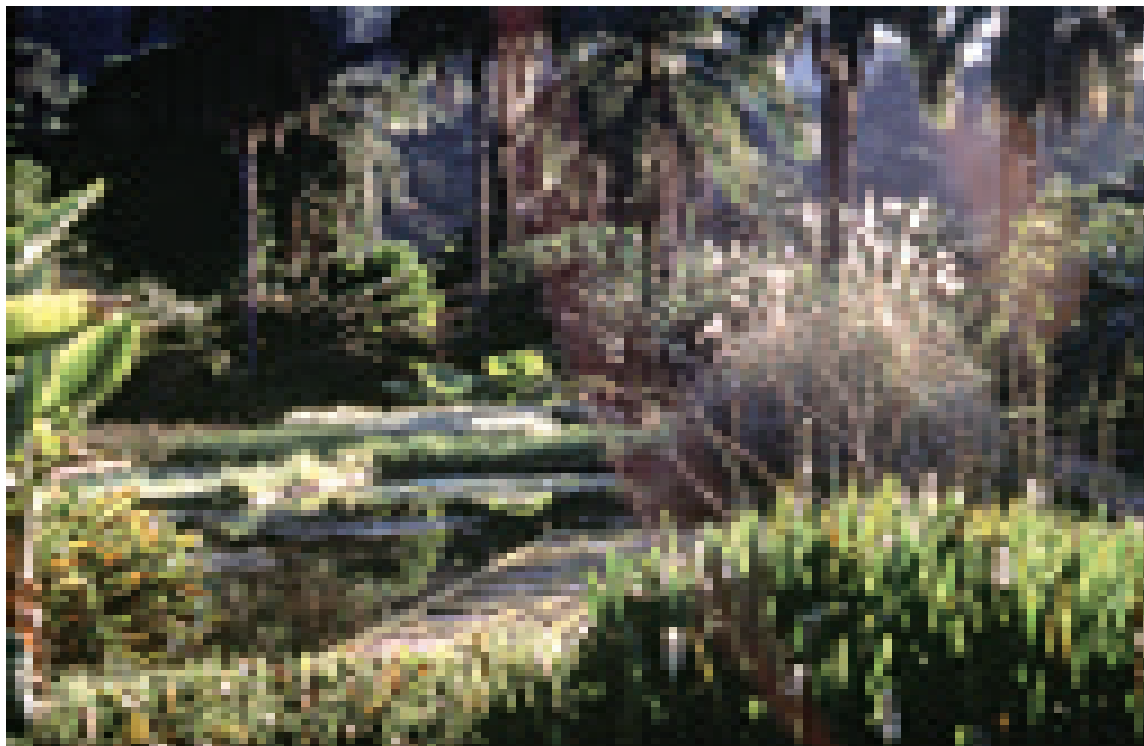


Foto 11 – Fazenda Vargem Grande
Crédito: Autora



Foto 12 – Fazenda Vargem Grande
Crédito: Autora

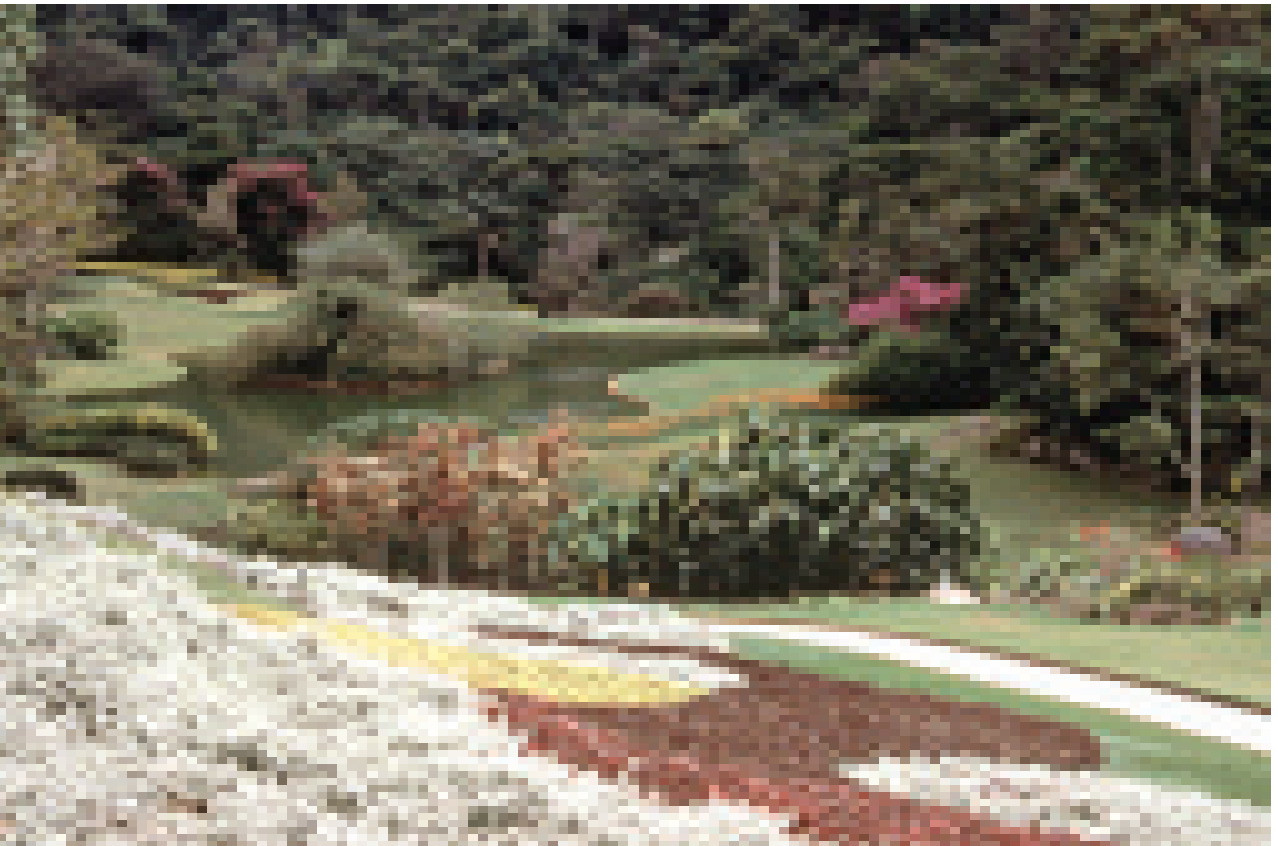


Foto 13 – Fazenda Marambaia
Crédito: Autora

them in history or, worse, destroying their intrinsic nature before they are truly understood. The past condition in a landscape is not necessarily the best to preserve, and often a landscape needs the designer to spend years of working with it, to refine an idea that was only rudimentary at its construction, molding and refining the landscape as it grows to its maturity. For instance, I believe that the Monteiro garden has improved in the last 10 years, having got rid of many herbaceous plants that were cluttering the strong basic color scheme, while gaining in structural complexity from a well kept and mature canopy layer (Figure 13). I also believe that the Garden of Volume in Vargem Grande is potentially more interesting today in its neglect, because the original scheme has not been deliberately changed by a designer but has changed on its own through the instability intrinsic in the processes of organic life. This offers unique opportunities for working out a new, more beautiful scheme from the spontaneous multiplication of bromeliads, orchids, agave and other



Foto 14 – Fazenda Vargem Grande
Crédito: Autora

plants that, left alone, have colonized the stones overtime (Figure 14). Burle Marx would be thrilled to start once again the composition of the garden of volume working forward with what is there right now, rather than backward from an earlier drawing. If he was asked to restore the garden today, he would never use precisely the same plants he used in the same location or proportion as before, but he would take advantage and incorporate the unpredictable events that have accumulated over time, perfecting earlier ideas by editing the new material now available, with results probably more complex and refined than the earlier scheme. But here is the key problem. Obviously, we, landscape historians, scholars and practitioners, have the important mission to understand, cultivate and demand for the legacy of Burle Marx to be carried in the future, if we are talking about preservation of his work in authenticity. The question is however, how can we carry on the sensitivity and vision for a preservation program that is able to include also evolution and change in the same way Burle Marx would have done, had he been alive?

Parque Flamengo and Parque del Este: The Preservation of Conceptual Ideas

Parque Flamengo, in Rio (1959-63), and Parque del Este in Caracas, Venezuela (1957-1963) remain among the major urban green areas realized in Latin America in the 20th century. I will bypass the important social agendas that inspired both projects and focus only on those peculiar aspects of their design that represent a synthesis of Burle Marx's conception of the park in its relationship to nature, perhaps because this aspect is more difficult to interpret and preserve. I am going to illustrate seven aspects that I believe are among the most important to study in depth to this regard.

First, Burle Marx created complex plant compositions – what he called “artificial ecological associations” – where exotic plants from different tropical countries would find expression in many possible permutations among the Brazilian natives, regardless of their original genotype or taxonomy. If their morphology or physical characteristics (phenotype) could be integrated *visually* and artistically to their advantage, the overall ecological distortion would not be, for him, so to speak, a sin (Figures 15 and 16). Even if Burle Marx gave priority to native plants,



Foto 15 – Garden of Ralph Camargo, Petrópolis
Crédito: Autora

nature for him was always a pre-text, a point of departure. Plants found elsewhere under similar climatic and pedological conditions would always find a place with their “fellow” natives, and thus contribute to the creation of strikingly new, contrasting associations. Artificial ecological associations are to be found in all his projects, not only in these two parks. While in Parque del Este, Burle Marx used an existing forest to shelter the growth of a whole new community of native and non-native species in Flamengo he adopted an empty landfill exposed to seasonal salty winds to test the pioneering and adaptative capacities of a wide range of trees and palms growing in nature in the most adverse conditions. Both parks remain today a successful ecological experiment, and an incredible “botanical garden,” but of a unique kind. Here, unusual species are recognizable not from a label on the ground, but from their distinction, in terms of relative placement and massing.

This brings me to the second point. As it is well known, the trademark of Burle Marx was to cluster in large numbers plants of the same species. The conceptual idea behind this was that the multiplication of one plant in a large group of the same species would magnify its characteristic form or intrinsic beauty, making it easier for people to notice it and emotionally appreciate. Burle Marx believed that the



Foto 16 – Fazenda Marambaia
Crédito: Autora

collection, identification, propagation, and re-composition of the Brazilian flora in urban parks in such large masses and such striking compositions would in the end help turn the wilderness of the feared Mata, Brazil's endangered environment, into an intimate experience that everybody could understand, value, and therefore eventually protect (Figures 17 and 18).

Therefore, a more direct and abbreviated relationship with nature could be established in the park, one that would exemplify the elementary play of natural forces in a more human and less threatening environment. In other words, by transforming the textures and colors of the forest into comprehensible, human-scale experiences that elicit an emotional response from the park visitor, he was hoping to educate the masses by the thousands, and to confer what Bardi has called an "urban dimension" to Brazilian nature. This would be a means to perpetuate nature in an increasingly urbanized world.

The clustering of large masses of trees and palms in the Aterro do Flamengo has other functions, and include legibility and visual impact for those who experience the park by driving at relatively high speed along the park-way. The tree masses also create an important rhythm and articulation of solids and voids in an otherwise homogeneous horizon. In Parque del Este the situation was not the same, as half of the park was created using an



existing forest, thus native trees were often planted in small numbers to integrate an already existing canopy. Moreover, Parque del Este does not afford ocean views as Flamengo does: the trees in that park often, rather than framing good view, create an effective screening of the middle-ground horizon of the city cluttered with tall building of dubious architecture. I want to stress in conclusion of my second point, that the careful articulation of plant masses and voids or view corridors, accomplished by distinctive large clusters that interplay with the topography and landforms that were artificially created, as well as the careful spacing among the trees and the groups with each others, are in my opinion the **essential idea** driving the planting scheme of the Aterro. The preservation of this rhythmical alternation of volumes and spaces is more critical to my opinion than the preservation of single existing specie in the evolution of the park. What die or needs to be replanted is certainly important, but it is equally if not more important the preservation of the overall design concept. And I know this aspect is well known and has been incorporated in the new reconstruction plan.



Foto 18 – MAM's gardens
Crédito: Autora

Third, Burle Marx would rarely engage an important project in a new region or country without first exploring directly the key natural habitats. These excursions became a fundamental component of his design process. They were, as Haruyoshi Ono has stated, an “idea always in the air.” They were not only a direct source of autochthonous species: they also allowed Burle Marx to observe *in loco* and get inspired by the structure and visual richness of a variety of tropical regions, and to understand their dominant morphology, and ecological associations. These were well organized, scientific expeditions, funded through the design fee of a project (as happened in both Parque Flamengo and Parque del Este) or by various sponsoring activities. They lasted one or two weeks according to the itinerary, and saw the participation of a multidisciplinary team – usually a congregation of naturalists, botanists, gardeners, architects and other staff from his office.

The learning opportunity was reciprocal. In fact, on the one hand, the partnership with botanists or plant lovers frequently extended to commissions or collaborations in garden projects. On the other, Burle Marx would transmit his aesthetic appreciation and design talents to his travel companions, and nearly all the architects, botanists and naturalists who shared these experiences with him started designing gardens of their own. The direct connection between the landscape project and the excursion in the natural environment, and the benefits that these well organized excursions would be derived for all the participants, is one of the Burle Marx legacies and conceptual ideas that has not been transmitted to current landscape architectural practice in Brazil, and thus will be lost. This will be a major loss, in my opinion, considering the long tradition of botanical explorations started in Brazil many centuries ago, and considering the invaluable learning experience that these trips were offering, and would still offer today.

Forth, Burle Marx felt the necessity to create a *viveiro* or nursery area within the park, both during constructing and after its completion, to insure the continuous supply of otherwise difficult-to-find plants. This was a place where the *coletas* or live material collected from the excursions would be acclimatized and kept under observation for several months, before transplanting on site. If only seeds or one-two specimens were obtained from the wild, and if a many were necessary in the design instead, the waiting time was often years. That is the reason why Parque Flamengo was still being planted fifteen years after its inauguration. And is also the reason why Parque del Este lost gradually a huge number of plants from its original collections

as the viveiro closed and was abandoned. The *viveiro* would be a place under direct supervision of the botanist collaborating in the project, and would become a laboratory for training workers and maintenance staff on how to propagate, cultivate and care for the plants of the park. Unfortunately, in Brazil and Venezuela political changes directly affect policy. In the case of the *viveiro*, this implied discontinuity of planning and management of park personnel a few years after the park was open. Today, no effort is made in restoring the *viveiro* to its original and important function. In my opinion, the *viveiro* is a fundamental component of the design concept of both parks, one that allows the intended evolution and didactical purpose of the park in time. Cultivation is a form of preservation, has said Fernando Chacel the other day: the *viveiro* and its didactic role in the sustainable preservation of important plants should not be undervalued.

Fifth, the function of the horticultural nursery is necessary but not sufficient. Burle Marx himself advocated many times the fundamental need of training good gardeners to insure the project life through time. In Brazil, as in other developing countries, there is no established tradition of gardening as in Europe or USA. From my experience in the Caribbean, which I believe may be quite close to the situation in Brazil, anybody able to handle a machete to chop trees, a lawn mower and a broom to sweep away dead leaves and organic matter from the ground (including precious topsoil) call himself a gardener. Burle Marx personally started a generation of gardeners who were responsible for the maintenance of the *sítio* and other private gardens. He even said he wanted courses on aesthetics to be taught at the *sítio* for gardeners in order to help refine their judgement and understanding of good design. The legacy of his landscapes is fundamentally tied to trained personnel that understand the specific way he liked, for instance, a tree to be gently pruned, or the way dead leaves of certain palms and yucca should not be eliminated but hang down covering their trunk, or the way a bed of bromeliads should be left alone in its fullness and majestic dense clusters rather than separating the plants and space them apart to avoid competition. Are gardeners been trained today with the knowledge and the sophisticated appreciation of nature that Burle Marx had? Are they trained in a way that they could make wise decisions on their own as unexpected problems to be solved arise?

Sixth, as I already mentioned for Marambaia and Vargem Grande, Burle Marx had the capacity to wait and imagine his landscapes change in time. He would prefer to plant small tree specimens a few

feet tall rather than large ones, as they would establish themselves more successfully in the long run, especially in the harsh conditions at the Aterro. Large specimens as we are used to see today in the implementation of gardens and parks in the United States or Europe would be unthinkable in Brazil in the 1940s and 1950s. Large plants (such as coconut palms) were available for Park Flamengo only if reclaimed in Rio during the conversion of garden properties into apartment building real estate. But I am sure that given a price, and having a choice, Burle Marx would prefer to buy ten small trees rather than a large one, as he needed several plants from the same specie for his grouping design. Also, because they were small trees, he could move them easily around in the park during construction, and could adjust the design to perfection. It was not an exception for him to ask the trees to be dug up and planted all over again. This happened many times during the construction of both parks, especially in Parque del Este. Today, in the reconstruction of Park Flamengo, small palms and trees are still being used. If on the one hand this seems to continue Burle Marx's legacy, on the other new problems are now posed by the fact that the crowd of visitors do not notice nor care about the little trees, and perhaps better tree protection should be devised. I have seen many just transplanted palms less than 50 cm high being smashed by people playing soccer among them. Moreover there is a visual problem of unbalance when new small plants are integrated among a group of mature ones. For instance, the *Corypha tagliera* palms that died after flowering between the MAM and the Monument, have been interplanted by seedling only a few centimeter high, leaving a few voids in the palm row that will be noticeable for many years. Perhaps new palms should have been planted many years ago in between the near to mature *Corypha*, as was done in the Rio Botanical Garden by inter-planting new royal palms along the row, and this strategy should be kept in mind and practiced ahead of time in every area of the park where trees and palms are planted more formally and will mature and die in future years.

Seven, Burle Marx believed that the role of the designer should not be restricted, as he said, to "executing projects". An equally important responsibility was that of a proactive participation in the preservation and conservation of the environment at municipal or regional level. The choice of native plants in the specifications of a project such as Flamengo or Parque del Este would thus be part of this larger endeavor: beyond a pedagogical intention or personal aesthetic, it would in fact save many plants from the danger of

their extinction in their natural habitat. In his travel to study and collect plants, Burle Marx directly experienced the sheer magnitude of deforestation and unsustainable development taking place in many environmentally sensitive areas of Brazil. This compelled him to become, since the late 1950, one of the most dedicated and incisive advocates against the destruction of Brazil's ecological endowment. He directed accusations against lumber companies, polluting industries, deforestators and arsonists, predatory fishermen and hunters, and went public on the daily papers many times with his direct accusations. This commitment was influencing with concrete agendas his life-long project of relating closely two different conceptual realms and scales of intervention – the garden and the larger natural environment – making one meaningless without the other. With today's professional specialization that separates garden and park design from urban design or regional planning, a design activity at different scales reinforced by a committed environmental advocacy (which were so typical in Burle Marx's approach) seem quite hard to accomplish or preserve in homage of its legacy. Burle Marx was not just looking at native plants – how to save and collect them, how to cultivate them in gardens – he was constantly fighting unsustainable development. I probably would not engage the kind of mitigation or compensatory projects that we embrace today in our contemporary practice, especially if they could potentially become instruments of real estate speculation on sensitive habitats.

The Sítio Burle Marx: An Endangered Masterpiece

I wish now to make a few comments regarding the Sítio Roberto Burle Marx and its controversial preservation (Figures 19 and 20). In order to address the “conceptual ideas” that would help preserve the *sítio*, we should start by asking, “what is the *sítio*, what is its mission?” There are at least three possible definitions for the *sítio*.

First, it is a series of gardens, greenhouses and buildings with plants and art collections donated to the government, to be preserved **as a whole**. This is how Burle Marx described the *sítio* when he donated the entire property to the Brazilian government in 1985, nearly ten years before his death. There is a clause in the document where Burle Marx requests specifically that this donation implies the preparation of an inventory of all plants existing at the *sítio*, as the first step for any management or maintenance program. This inventory has not been done yet, while the management of the *sítio* has included many serious and deliberate changes of the gardens and collections since Burle Marx's death.



Foto 19 – Sítio Burle Marx
Crédito: Autora



Foto 20 – Sítio Burle Marx
Crédito: Autora

Second, a National Monument. This is another definition that is congruent with the first, as the *sítio* changed its status from that of State to National Monument in 1985. Yet the legal process has not been completed by IPHAN, and the *sítio* is, paradoxically, after 15 years of its nomination, still not registered and listed in the Brazilian book of National Monuments. This paradox compromises its status of historic garden, which depends on its official identification and listing.

Third, a place for perpetuating species doomed to disappear in their natural settings. Burle Marx said in 1989 that he wanted in the *sítio* to set living examples, through its gardens, and through the organization of didactic activities (such as courses and seminars on botany, horticulture and landscape architecture) on how to use native flora in design. These activities would be, he said in an interview, for interested people in general, as well as for future botanists and students of landscape architecture. This statement excludes the possibility to transform the *sítio* in a tourist destination, which will be inevitable if the current plan waiting for funding will be built. This plan proposes to transform the *sítio* in a sort of eco-park – with a cable car leading visitors up the hill and viewing platforms over **new** gardens **never existing before** on the hillside that have already been partially planted. Several trees will have to be cleared to allow the cable car structure to be built. The plan calls also for a plant market, playground areas, a butterfly and aquarium facilities built in a piece of land currently belonging to the Army opposite the road.

The Florence Charter of Unesco on historic gardens should be a clear reference for preservation policies that would be true to any of these three definitions of the *sítio* essence, scope and mission. The article n.15 of the Charter, for instance, states that

“no restoration work and, above all, no reconstruction work on an historic garden shall be undertaken without thorough prior research to ensure that such work is scientifically executed and which will involve everything from excavation to the assembling of records relating to the garden in question and to similar gardens. Before any practical work starts, a project must be prepared on the basis of said research and must be submitted to a group of experts for joint examination and approval”.

The *sítio* instead is managed with no plant inventory of the collections and design of the gardens and greenhouses. The greenhouse collections, which were among the most important in Brazil for native species, are today in disrepair and no botanist is coordinating the

work done to catalogue and reproduce the species. Moreover, no mapping activity and drawings are developed to record the plant inventory in graphic form for maintenance and preservation purposes. Additionally, no rules and regulations exist to bind any decision being made, no management plan or project plans are approved before execution by an appointed committee, and no supervision is done by a committee of experts. The existing Consulting Council of the *sítio*, composed by well-known experts and friends of Burle Marx, does not seem to be able to fulfil its purpose of supporting the technical decisions because their meetings are very brief and not as frequent as they should be (only one meeting in the last two years and a half). Above all, what is it to be decided in these short meetings when there is no plan or regulation to be evaluated? I have visited the *sítio* regularly since 1995, since originally I was thinking to document the *sítio* gardens in detail for developing new drawings, preoccupied that nobody was doing an inventory of its rare plants and their location. The changes that I have seen in these visits overtime are dramatic, even though for those people who are not familiar with the planting and the gardens details the changes go unnoticed.

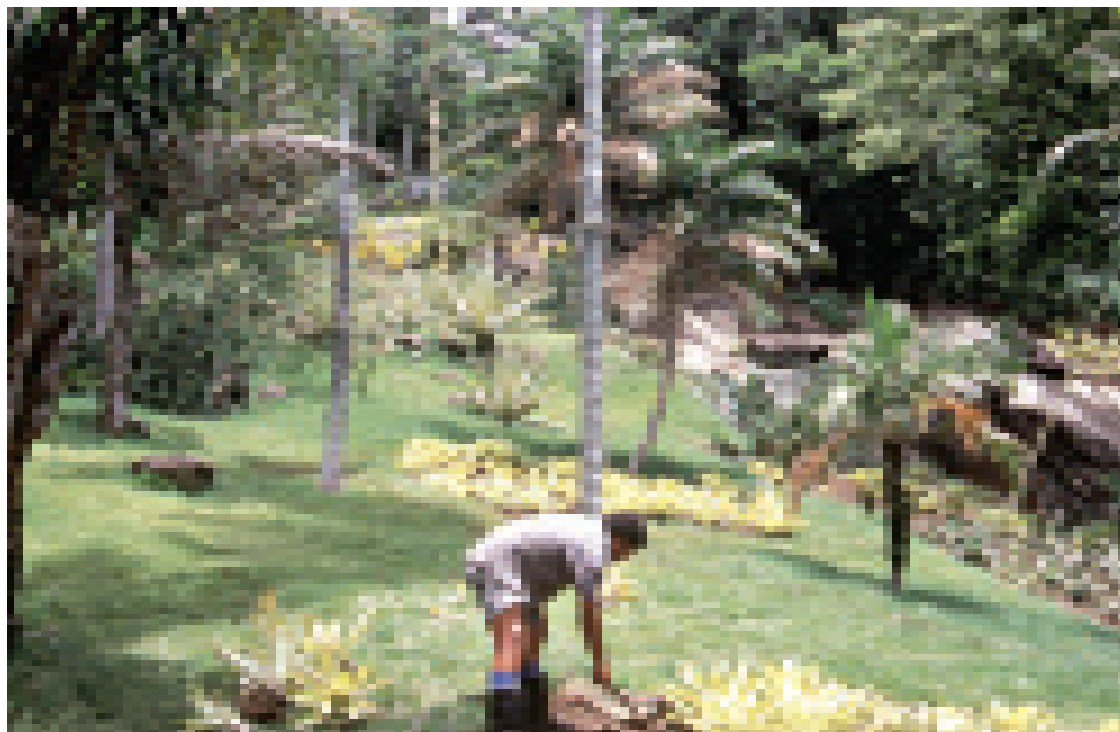
The Art. 11 of the Florence Charter states that the *“preservation of an historic garden in an unchanged condition requires both prompt replacements when required and a long-term program of periodic renewal, such as clear felling and replanting with mature specimens of the same kind.”* In the *sítio*, on the contrary, the scarce financial resources are used to fell trees for personal aesthetic or functional reasons, without a project proposal and before an inventory or a plan is being made. Moreover, mature and important plants are removed from their original location in the gardens in order to create new gardens with those plants in areas that were never planted as garden before (Figures 21, 22, 23, 24, 25, 26 and 27). For instance, the gardens around the Main House were only worked by the more experienced chief gardeners under the direct supervision of Burle Marx himself. With no plan, with no inventory of the original design of these gardens, and without the chief gardeners that have already retired, these gardens are not only being cleaned and apparently maintained but are actually suffering from what I would call *“clandestine operations of change”*. This is justified by the management as what has been called a *“casuísimo estratégico criterioso”* or a *“método burle-marxiano por excelência”* which is a rhetoric that misuses and misinterprets the right of Burle Marx to change or modify himself, as part of his design process, but not the right of others. This rhetoric is being used to bypass the need to do the inventory and the management plan of the *sítio*, by finding excuses to argue that a management plan

is a loss of time and an inconvenience.

This is a clear case in which time and temporality, so important in Burle Marx's design process and aesthetic, are dangerously misused to avoid



Fotos 21 e 22 – Sítio Burle Marx/2000
Crédito: Autora



Fotos 23 e 24 – Sítio Burle Marx
Crédito: Autora



Fotos 25 e 26 – Sítio Burle Marx
Crédito: Autora



Foto 27 – Sítio Burle Marx
Crédito: Autora

the development of an effective preservation strategy. Burle Marx in fact did not give the right to others to use his *sítio* as a testing ground for **their** unchecked and unregulated intuitive and artistic process of interpretation of his own work, because he specifically donated the *sítio* property to the government in order to insure its preservation. Change in this case should be seen as a source of concern rather than a welcomed quality in the *sítio* landscape, since change here is being imposed by drastic actions and personal judgement that are excluding any evaluation and approval by experts. Moreover, change is not being documented as part of an explicit management plan, thus is going on completely unchecked.

In conclusion, I have only introduced some of the complexities we face in developing a methodology that will successfully and strategically preserve Burle Marx's work. Many of his projects, such as the Aterro or Parque del Este, started going in decline and went in disrepair at the very moment they were finished, because of non sustained maintenance policies, political interest, and intellectual support from an elite of cultural leaders. Other projects were never funded and completed for

the same reasons. Others, like the *sítio*, after reaching a mature state of complexity and beauty, are dramatically and quickly disappearing in front of our eyes, and we seem not being able to do anything about it. Only a limited number of projects followed the evolution that Burle Marx had hoped, developing in time in the mature landscapes he had envisioned. Whereas his private projects depended on the continuity of ownership and the possibility to maintain his design through family generations, his public projects depended, and still depend today, on the continuity in the political support from public administrations and cultural institutions, which is so difficult in Brazil. In the years 1935-1960s, Burle Marx developed and refined his design process and approach with projects that exemplify his complete career. In this period, in Brazil and elsewhere in Latin America, public authorities and national government turned to architecture, park and open space design and public art as iconic expression of cultural and national ambition. Key leaders such as a Gustavo Capanema, Carlota Macedo Soares, Carlos Lacerda, or Juscelino Kubischek are among those who were necessary in Brazil at that time to understand the vision of Burle Marx, embrace it, and implement it. Yet, after 1964, the favorable association of intellectuals and visionary politicians, typical of the post-war decades, was forever lost in Brazil. Today, after the many decades of public neglect of Rio open spaces and cultural monuments, Major Conde among other leaders have played an important role in sponsoring the recuperation and restoration of an important legacy. But there is so much to be done in this beautiful and culturally rich country. I believe an intellectual and cultural elite needs to be formed again in Brazil, a group of leaders willing to focus and work in the public realm and for public interest, a task so difficult today in our increasingly privatized and consumerist society. University scholars, educators and practitioners should promote alliances with governmental institutions and political authorities, providing expertise and serious research methodologies to help the development of interpretation and conservation strategies of Burle Marx's work.

A PRAÇA DA REPÚBLICA E SEUS ASPECTOS MORFOLÓGICOS NO DESENHO DA PAISAGEM DE BELÉM

Rubens de Andrade

*Paisagista EBA/UFRJ, mestre em arquitetura PROARQ/
FAU/UFRJ, professor de História da Arte e de História dos
Jardins, da Escola de Belas Artes/UFRJ.*

Vera Regina Tângari

*Arquiteta, docente e pesquisadora da FAU/DPA/
PROARQ/UFRJ, doutora pela FAUUSP.*



PROJETO

RESUMO

A Praça da República é uma das principais áreas livres públicas que a cidade de Belém possui. Localizada próxima ao centro histórico, esse espaço se tornou, desde meados do século 19, uma forte referência para a organização urbana da cidade e um marco simbólico de um período promissor da capital paraense. Conhecida originalmente como Largo da Pólvora, a área passou por significativas transformações em sua estrutura morfológica, sendo a principal no período do intendente Antônio José Lemos, entre 1897 e 1912. Este ensaio pretende estudar a praça, traçando um panorama histórico da mesma e analisando suas principais características morfológicas no início do século 20 e a estrutura que caracteriza, atualmente, seus espaços.

ABSTRACT

Republic square is one of the main public free areas that Belém has. Located next to the historical center, this area has become a reference to the urban organization of the city and a symbolical mark of a promising period of Pará capital since middle 19th century. Known originally as Largo da Pólvora, the area went through significant changes in its morfological structure, being the most important during officer Antônio José Lemos' s period between 1897 and 1912. This experiment intends to study the square, outlining a historical panorama and analysing its main morfological characteristics in the begining of the 20th century and the structure that distiguishes its areas nowadays.

A PRAÇA DA REPÚBLICA E SEUS ASPECTOS MORFOLÓGICOS NO DESENHO DA PAISAGEM DE BELÉM

Contextualização Histórica

A cidade de Belém, nos últimos anos do século 19 e no primeiro decênio do século 20, assinalou mudanças radicais em sua estrutura urbana e paisagística. Os esforços efetivos dos intendentess que a administraram, principalmente Antônio José de Lemos, no período que se estende de 1897 a 1912, foram fundamentais para a reorganização urbana e a remodelação de sua paisagem. Tais mudanças foram delineadas por meio de diretrizes que trouxeram importantes benefícios para a nova configuração urbana da cidade.

Entre as medidas tomadas, destacamos a definição de obras de melhoramentos urbanos, na qual a inserção de espaços livres públicos projetados era uma das principais metas a serem alcançadas.

Observando-se a nova imagem que a cidade vinha, paulatinamente, adquirindo, percebe-se que existia, nas obras de melhorias urbanas da Intendência Municipal, uma orientação bastante definida no sentido da transformação da paisagem da área central de Belém. Em linhas gerais, as medidas tinham, entre outros objetivos:

1. Constituir uma paisagem mais organizada e compatível com a importância que a cidade vinha adquirindo no cenário nacional, devido ao franco comércio da borracha;
2. buscar alternativas para amenizar as condições climáticas que a cidade apresentava, com a profusa inserção do estrato arbóreo em sua malha urbana;
3. oferecer à sociedade uma melhor condição de saúde física e mental, com a criação de espaços livres públicos para o seu usufruto.

De acordo com análises baseadas nos Relatórios Municipais da Intendência e na iconografia do referido período (1897-1912), as transformações urbanas que Belém experimentou mostram-nos uma nova paisagem urbana consolidando, praticamente, as reformas impetradas por Antônio Lemos e equipe entre 1900 e 1912.

Ao estudarmos a reconstrução do espaço urbano de Belém no período em questão, constatamos, além do atendimento dos três objetivos anteriormente citados, uma franca inspiração na ideologia das reformas urbanas ocorridas em diversas cidades capitais no Brasil e na Europa, em particular na cidade de Paris do período de Haussmann (1853-1870). No caso de Paris, seria apropriado recordarmos a historiadora Sandra Jatahy Pesavento quando destaca a importância e os “ecos” que as reformas urbanas de Paris alcançaram nas últimas décadas do século 19 em diversas cidades da Europa e do continente americano. A autora lembra que *“Haussmann fixa uma imagem e consolida um mito: Paris, metrópole do século XIX. Sua prática de intervenção urbana foi, ao mesmo tempo, continuidade e renovação, que deixou marcas visíveis no traçado urbano, cristalizando uma imagem visual de metrópole.”*¹

Na América do Sul, Buenos Aires² se tornou fonte de inspiração para algumas obras em Belém. Essa metrópole latino-americana era freqüentemente lembrada pelo intendente em seus relatórios anuais, por ser uma cidade, possuidora de uma ideologia de reformas urbanas perfeita para servir de modelo às obras que sua administração municipal pretendia, de forma sucessiva e gradual, implementar na estrutura urbana de Belém³. Diante deste panorama, concluímos: Belém é mais um exemplo de cidade no Brasil em que a transposição de uma ideologia externa da forma urbana tornou-se o ponto de apoio e de partida para as reformulações urbanas a que a cidade seria submetida. Neste caso, sob a égide da administração de Antônio Lemos.

Os parâmetros anteriormente mencionados demonstram, em parte, as perspectivas traçadas pela nova ideologia política das reformas urbanas impetradas pela administração municipal. Porém, apesar de a cidade já mostrar indício de significativas transformações em

(1) PESAVENTO. Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: Visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Universitária, 1999. p. 98.

(2) Lembramos que Buenos Aires, da mesma forma que outras cidades do continente americano e mesmo do europeu, estava circunscrita às reformulações ocorridas em Londres e principalmente em Paris.

(3) *“Ainda uma vez ser-me-á consentido fazer notar que não é raro os poderes públicos têm necessidades de empregar meios de extrema energia, no interesse do embelezamento urbano. Como exemplos, citarei apenas o proceder de Haussmann, em Paris, cujos esforços a grande capital francesa deve a transformação de inúmeros bairros; e as medidas usadas pela municipalidade de Buenos-Aires, para obrigar á construção de palácios na Avenida de Maio. A edilidade da famosa capital Argentina, ao tempo que instituíra prêmios(...), votava também na sua legislação medidas fixando prazos para reedificação na citada artéria. Quem não tinha dinheiro para edificar dignamente, vendia o terreno. Assim ficou a Avenida de Maio, em poucos annos, toda ornada de sumptuosos palácios. Os serviços levados a cabo pela iniciativa pública valorizavam a propriedade particular. Sobejá razão, portanto, para que o capital corresponda aos esforços e sacrificios administrativos, dando a seus prédios apparencia não destoante do aspecto correcto, asseiado, solenne, dos parques, avenidas e praças.”* (Lemos, 1902, p. 83)

seu espaço urbano, a paisagem que a configurava ainda transmitia para alguns segmentos da sociedade daquele período (políticos, elite gomífera, etc.), a idéia de um local “atrasado”, alijado das benesses oferecidas pelo mundo moderno. Outro ponto importante, que em nosso juízo também clarifica esta questão, refere-se à proximidade da cidade à mata nativa. Pelos relatos encontrados de viajantes e, até mesmo, pela iconografia remanescente do século 19, parece-nos bastante patente a idéia da floresta amazônica ser um elemento indis-sociável da cidade até meados do século 19. Entretanto, a ideologia das obras de melhoramentos urbanos que permeou o pensamento da administração pública, buscou de um modo particular, redesenhar uma nova paisagem, a partir da última década do século 19, que viesse a estabelecer uma relação bastante definida entre a paisagem organizada que começava a ser construída e a paisagem existente, adjetivada neste trabalho como “paisagem primitiva”⁴. A nova paisagem em construção tinha como argumento e como meta a ser alcançada múltiplos caminhos traçados, entretanto, embora não seja objetivo deste ensaio enumerá-los, esclarecemos que os mesmos traziam em si o ideal de construir em Belém uma paisagem moderna em total sincronismo com o desenho da paisagem que reproduziu em cidades como Paris, Buenos Aires ou Rio de Janeiro a idéia de grandes metrópoles desenvolvidas, prósperas e, antes de tudo, modernas.

Observamos que as expressivas alterações que se efetivaram no contexto urbanístico de Belém, com a ampliação da malha urbana, o surgimento de novos bairros, a inserção de grandes espaços livres públicos no tecido urbano, o alargamento de ruas e avenidas, a introdução significativa do estrato arbóreo em suas vias públicas, entre outros, não imprimiu na paisagem de Belém um abrupto rompimento entre o ambiente em construção e o ambiente que anteriormente caracterizava a paisagem da cidade e que denominamos anteriormente de *paisagem primitiva*. Ainda, buscando melhor caracterizar esse contexto, recorreremos a Hugo Segawa que, em seu livro *Ao amor público: Os jardins no Brasil*, esclarece que Belém era uma cidade “em que a natureza se fazia

(4) Esclarecemos que a idéia aqui trazida de “paisagem primitiva” não traz em si uma *classificação da paisagem*, a frase se limita apenas a criar uma idéia de uma paisagem que ainda não havia sido submetida a uma organização metodológica de seu espaço urbano. Observamos que, praticamente, a floresta amazônica perpassava as áreas urbanizadas de Belém em plena segunda metade do século 19. Diversos viajantes desse período deixaram uma clara visão de uma cidade circundada pela floresta. O viajante Henry Walter Bates que esteve em Belém entre os anos de 1848 e 1859, registrou a seguinte impressão: “... A floresta que cobre toda essa região, estende-se até junto às ruas da cidade. Esta foi efetivamente construída em terra desbravada e é mantida livre da invasão da selva pelos cuidados incessantes do governo”. (Bates apud Segawa, 1986, p. 193).

*persistente na paisagem urbana*⁵, entretanto “a ação do Intendente Lemos veio reforçar esse caráter com a arborização e/ou substituição de árvores nos logradouros públicos – grandes avenidas, praças, ruas e travessas – de maneira sistemática”.⁶

Entre os diversos espaços livres públicos existentes em Belém, criados ou remodelados pela administração de Antônio Lemos, escolhemos estudar a Praça da República, pois a paisagem que hoje a caracteriza é um exemplo significativo da consolidação das obras de melhoramentos do início do século 20. Observamos que a política adotada pela Intendência Municipal atingiu nessa área o âmago dos objetivos que foram traçados.

A Praça da República e sua Estruturação Morfológica no Início do Século 20

A Praça da República é um espaço livre público, importante na cidade de Belém, possuindo grande destaque devido a seu alto grau de significação histórica. Ela assumiu ao longo dos anos um expressivo *status* no desenho da paisagem urbana da cidade. O projeto adotado, a estética que seus jardins adquiriram, o equipamento urbano nele inserido, as formas da disposição do estrato arbóreo, o modo como a sociedade usufruiu de seus espaços, as manifestações que nele ocorreram, entre outros, elevou a praça à categoria de símbolo de um desenvolvimento urbano que marcou a cidade na primeira década do século 20.

Essa área, desde o final do século 19, demonstrava em seus aspectos físicos (traçado, mobiliário urbano, paisagem desenhada em seu entorno, significados, etc.) a materialização de uma perspectiva que refletia, nas formas que os espaços adquiriram, uma ideologia da forma urbana inspirada em uma matriz européia.

Entretanto, apesar desse diversificado quadro de formas, linhas, hábitos, que se espelharam sob o espaço da praça no final do século 19, a mesma não sustentou, necessariamente, o mesmo modelo que havia inspirado seus idealizadores.

O entorno imediato da praça fazia limite com os bairros de Batista Campos, Nazaré e Reduto (Ilustração 1), bairros estes que em um

(5) SEGAWA, Hugo. *Ao amor público: Os jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1986, p. 198.

(6) Idem.



Ilustração 1 – Mapa de localização da Praça da República no bairro da Campina. Destaque para os demais bairros que fazem limite com a mesma: Reduto Nazaré e Batista Campos

Fonte: CD-ROM cadastro técnico multifacetário do município de Belém – Mapas temáticos. Companhia e Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém. Belém, 2002

curto espaço de tempo adquiriram um relevante destaque no cenário urbano da cidade, principalmente em virtude da forma como se deu a sua ocupação, em geral, por segmentos da sociedade de maior poder aquisitivo.

As obras de infra-estrutura, que ocorreram ainda na década de 90 do século 19, foram apenas o início da redefinição morfológica que a área da praça começava a adquirir. O passo seguinte esteve relacionado à linha que deveria caracterizar o desenho da praça, praticamente efetuado no início do século 20, provavelmente por volta de 1901. Porém, antes de determo-nos a uma análise mais detalhada das características formais que compõem a praça, gostaríamos de chamar a atenção para a autoria do projeto.

Nosso pressuposto quanto à autoria do projeto da Praça da República foi baseado nos múltiplos interdiscursos encontrados nos

relatórios do intendente Antônio Lemos, citando Eduardo Hass como seu braço direito na Diretoria de Parques e Jardins da Cidade. Entre os trechos dos Relatórios Municipais que enfatizam, com louvor, a atuação deste profissional, destacamos um, registrado em 1905, quando Antônio Lemos fez a seguinte afirmação: *“Acham-se hoje concentrados sob a alçada do Sr. Eduardo Hass, activo e mui hábil profissional, todos os serviços referentes aos jardins, praças, parques e bosques de Belém e subúrbios, assim como o Horto Municipal e a arborização urbana.”* No relatório de 1906, continua Lemos a reafirmar que *“o admirável desenvolvimento de nossas praças é devido à competência do activo Director dos Parques e Jardins, sr. Eduardo Hass, que tanto tem contribuído para o maior brilho das bellezas desta cidade. Nélle vejo um dos melhores auxiliares da Intendência”*⁸.

Os indicativos deste pressuposto não se resumem aos fatos expostos acima. Temos, ainda, outras ocorrências que apontam nessa direção. Eduardo Hass tinha uma ação bastante intensa e diversificada no que diz respeito aos trabalhos realizados perante a Diretoria de Parques e Jardins. A nosso ver, além dessa prerrogativa, o mesmo parecia possuir um contato direto com Antônio Lemos e acesso privilegiado às obras de melhoramentos urbanos propostos para a cidade, principalmente, no que competia à sua pasta de trabalho. A proximidade do poder e, em contrapartida, a importância que a intendência demonstrava atribuir às propostas trazidas por aquela diretoria, parece-nos ter incentivado, sobremaneira, Eduardo Hass, a materializar na paisagem da cidade, mediante seus *“projetos paisagísticos”*, a ideologia reformadora que Antônio Lemos e equipe concebera para Belém.

Encontramos, ainda, um importante registro relacionado a uma viagem, à Europa, de Eduardo Hass, subsidiada pela intendência. Essa viagem durou aproximadamente quatro meses e teve, entre outros objetivos, a intenção de Eduardo Hass *“aparelhar-se de elementos modernos para o aformoseamento de nossa capital”*⁹. Com esse dado, acreditamos que fica ainda mais patente nossa proposição que lança a hipótese de o mesmo ser o responsável pelos projetos das áreas livres públicas de Belém nesse período, em particular, a Praça da República.

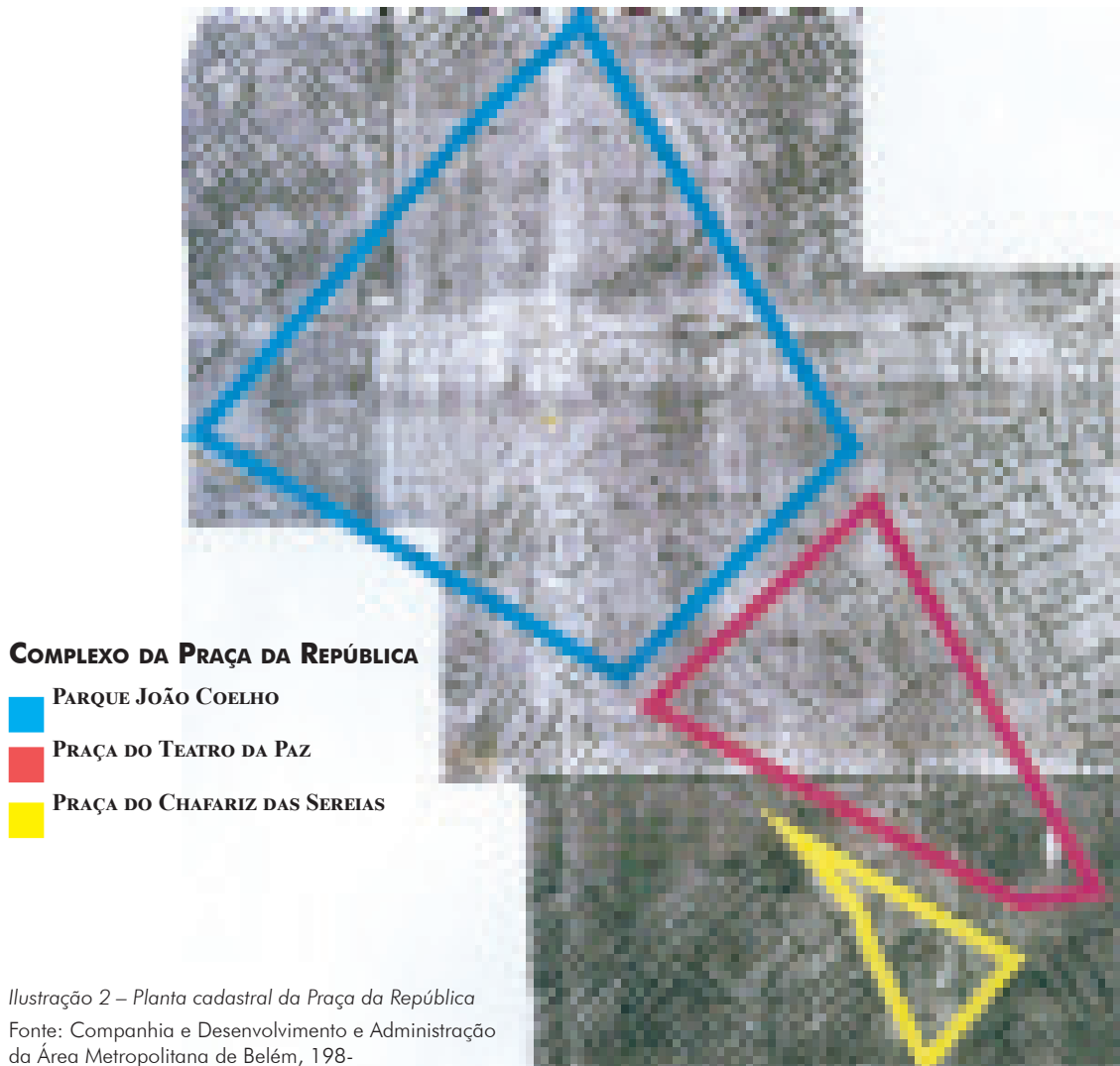
(7) LEMOS, Antônio José de. *O município de Belém. Relatório apresentado ao do Conselho Municipal de Belém capital do Pará* 1904. Belém: A. A. Silva, 1905. p. 258.

(8) Idem, 1906, p. 194.

(9) Idem. p. 194.

Ao analisarmos a Praça da República, observamos que uma das principais características apresentadas refere-se à sua estrutura morfológica (Ilustração 2). A ampla área foi, praticamente, dividida em três quadriláteros de tamanhos distintos, sendo as duas áreas maiores seccionadas por uma rua e uma área menor separada por uma avenida que circundava a praça. Vale a pena observar que essa fragmentação do espaço, necessariamente, não seguiu uma ordem prevista por um projeto. Constatou-se que as ruas e avenidas existentes, praticamente, já haviam se adaptado à estrutura da praça, com seus fluxos de veículos e de usuários e, até mesmo, à arborização adotada para o espaço.

Essas características inscreveram morfológicamente na área a idéia de três espaços distintos destacando-se entre si, não apenas pelos fortes elementos estruturais que serviam como limites do espaço, no



caso uma rua diante do teatro, a avenida da República, hoje avenida Presidente Vargas e pela arborização periférica, mas também pela forma como foram desenhados todos os componentes da praça, como o próprio traçado de suas alamedas e vias de passeio, a composição dos jardins e dos elementos de mobiliário urbano nela edificados.

A nosso juízo, as dimensões dos espaços foram a condição principal para se criar uma certa hierarquização do “projeto paisagístico” proposto para a praça, uma vez que o quadrilátero de maiores proporções, conhecido na época como Parque João Coelho, obteve um projeto, em linhas gerais, mais elaborado.

A pseudo-autonomia que caracterizou os três quadriláteros acarretou uma série de diferenciações para cada um dos espaços, em virtude do traçado, da proporcionalidade, da simetria, dos pontos pitorescos, entre outros elementos presentes nos mesmos. Porém, apesar desse demonstrativo de uma clara autonomia espacial entre as áreas, percebe-se que a vegetação de porte arbóreo progressivamente implantada – seja na periferia, na forma de aléias, seja no interior da praça, em grandes massas – foi um importante elemento integrador das três áreas, conforme pode ser visto na Ilustração 3. Por meio dos conjuntos de diferentes diâmetros, portes, cor e textura, criaram-se ritmos diferenciados e conferiu-se uma forte unidade à paisagem da praça.

A proposta do traçado que formou o desenho do Parque João Coelho, o maior dos quadriláteros, revelou-se mais requintada, com destaque para dois importantes elementos que já estavam incorporados à



Ilustração 3 – Vista de 1906 do Complexo da Praça da República após as reformas de 1902. Em primeiro plano a Praça das Sereias, à direita a Praça do Teatro da Paz e posteriormente o Parque João Coelho. Observa-se que nesse período o estrato de porte arbóreo formado em sua maioria por mangueiras já se mostrava consolidado

Fonte: Relatório Municipal de Belém, 1906

paisagem da praça. O primeiro estava relacionado ao monumento à República e, o segundo, ao Teatro da Paz. Neste sentido, esclarecemos que foi traçada uma alameda perpendicular ao Teatro da Paz, que praticamente estava alinhada ao monumento à República¹⁰, configurando talvez um reflexo distante e descontextualizado de uma idéia inspirada em um modelo de jardim barroco francês.

Entretanto, é mais marcante no projeto da praça a escolha do monumento à República como o ponto de partida para a definição dos eixos cartesianos, dividindo o espaço em quadrantes praticamente proporcionais. A visível intenção de proporcionalidade conferida aos quadrantes, provavelmente, foi uma manifestação das disciplinadas normas de equilíbrio, simetria e perfeição dos modelos de jardins renascentistas dos séculos 15 e 16¹¹, pois, tais parâmetros ainda eram tidos como “regras” para composição de jardins, em pleno século 19, em diversas capitais do Brasil.

Analisando a utilização de desenhos distintos para cada quadrante, percebemos que os mesmos intercalaram, na forma dos canteiros e alamedas, linhas sinuosas e retilíneas partindo de uma elipse que perpassava todos os quadrantes. Concluímos que o uso de modelos diferenciados de jardins para composição do traçado da praça, neste caso específico, a configuração do passeio periférico, a elipse com seus caminhos impermeabilizados, seus grandes gramados, canteiros e, ocasionalmente, a presença de recantos pitorescos (estruturados com fontes, espelhos d’água, pavilhões, coretos, etc.), estabelece um padrão estilístico que espelha, sobre a praça, características que perpassam por características de variados modelos de jardins (ver ilustrações 4, 5 e 6), com a presença de elementos que se reportam aos modelos dos jardins italiano, francês ou inglês.

Outro ponto a ser considerado no Parque João Coelho refere-se ao equipamento urbano utilizado, que constava de pavilhões de ferro, em sua maioria, importado da Europa, esculturas, bancos e outras estruturas arquitetônicas construídas em alvenaria como pontes, obeliscos, espelhos d’água, escadarias, etc., que variavam em estilos arquitetônicos.

Os outros dois quadriláteros que formam a Praça da República têm características formais menos pronunciadas em relação ao Parque João Coelho (ver Ilustração 3). Observamos que a área em que foi

(10) Observamos que o Teatro da Paz foi inaugurado no ano de 1878 e o monumento à República foi erigido entre os anos de 1895 a 1897.

(11) FARELLO, Francesco. *La arquitectura de los jardines: De la antigüedad al siglo XX*. Madri: Celeste Ediciones, 2000. p. 99.

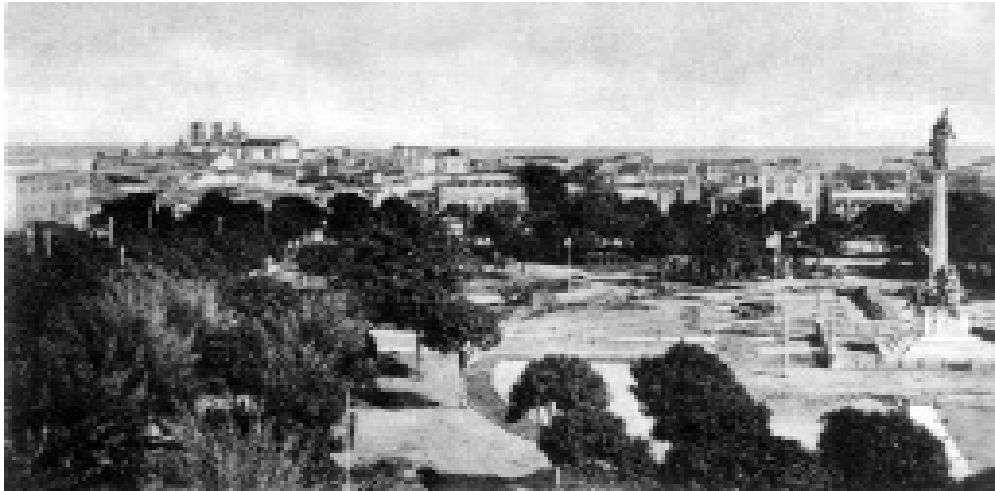


Ilustração 4 – Panorama da Praça da República, antigo Largo da Pólvora por volta de 1906, com os primeiros traçados de passeios seguindo a forma elíptica e o traço axial que estruturou os quadrantes do Parque João Coelho. Observa-se a massa vegetal arbórea periférica e os passeios perimetrais já que constituiram elementos definidores do espaço

Fonte: Belém da Saudade, 1998



Ilustração 5 – Parque João Coelho: Perspectiva a partir do Teatro da Paz. A alameda traçada perpendicular ao mesmo, alinha-se com o monumento à República. Visão que insinua os grandes eixos e avenidas que formalizavam o jardim à francesa, aqui traçados em uma escala infinitamente menor

Fonte: Belém da Saudade, 1998



Ilustração 6 – Boulevard lateral a Praça da República, características do modelo europeu no traçado da avenida com canteiro central. Atualmente esta avenida se denomina Assis de Vasconcelos e praticamente mantém as mesmas características do início do século 20

Fonte: Relatório Municipal de Belém, 1906

edificado o Teatro da Paz já havia passado por reformas anteriores ao ano de 1901, com a definição de caminhos com revestimento im-permeável, canteiros com jardins elaborados, esculturas, bancos e um pavilhão em ferro, sob uma base em alvenaria, edificado no local em 1896.

Além desses dois principais elementos, ainda encontramos no local uma edificação em alvenaria que é utilizada como bar. Este local se transformou em um importante ponto de encontro de artistas, intelectuais e boêmios da praça. A vegetação que estruturava esta área, praticamente, era a mesma do Parque João Coelho.

O quadrilátero menor (ver Ilustração 3) não possuía um nome específico. Ficou conhecido como a Praça do Chafariz das Sereias. O conjunto alegórico em ferro fundido, importado da Europa e que deu o nome à praça foi montado no ano de 1904, mesmo ano em que o Parque João Coelho passava por reformas radicais.

Breve Análise Morfológica da Praça da República Atualmente

Para melhor entender a estrutura morfológica da Praça da República, selecionamos alguns elementos que nos ajudam a descrever as atuais particularidades materiais e imateriais de seu espaço físico e de seu entorno imediato. Além desses aspectos buscamos identificar nos elementos remanescentes das obras da administração do intendente Antônio Lemos quais ainda estão presentes no espaço físico da praça.

O primeiro elemento a ser observado na estrutura morfológica da Praça da República refere-se ao seu traçado, pois a atual configuração do desenho da praça pouco ou quase nada se distanciou do traçado original. Seus caminhos sinuosos, conjuntos de grandes massas arbóreas, extensas áreas gramadas e todos os elementos formais continuam presentes em seus espaços. Há ressalvas importantes que devem ser feitas. Entre elas destacamos aquelas que se relacionam às significativas massas arbustivas as quais, no período de Antônio Lemos, demonstravam ser um dos elementos pitorescos da praça, mas que, atualmente, não mais estão presentes. Um outro elemento que marca uma mudança sensível no desenho da Praça da República se refere ao desaparecimento da rua que existia em frente ao teatro. Nos últimos anos esta passou por algumas alterações. A primeira delas foi a transformação da mesma em rua de pedestres, pois o trânsito intenso de automóveis pesados, segundo estudos do órgão de preservação do patrimônio histórico

da cidade, prejudicava a estrutura do Teatro da Paz. A segunda e última alteração transformou a rua em um espaço totalmente pavimentado com pedra portuguesa, fazendo praticamente desaparecer morfologicamente no espaço a antiga rua, e, por conseguinte, integrando as duas principais áreas da Praça da República¹².

Na Ilustração 7, observamos em uma primeira etapa, o nível hierárquico da malha viária da região, tanto das ruas e avenidas que cercam a praça como também as vias que convergem para a mesma. É importante destacarmos que estas vias têm fundamental importância no tráfego de veículos e na definição dos usos e apropriações desse espaço. Ainda, nesta ilustração, observamos os principais percursos de pedestres e o gabarito das edificações existentes em seu entorno.

Segundo as análises feitas na área, baseadas em fotos aéreas do local, definimos um diagrama de hierarquização das vias próximas à praça, que se subdividem em quatro categorias distintas:

1. **As vias primárias (cor vermelha):** Trânsito intenso, havendo inclusive tráfego de linhas de ônibus que vêm do subúrbio e atendem ao centro de Belém.
2. **As vias secundárias (cor verde):** Trânsito de carros de pequeno porte e, geralmente, não possuem um forte fluxo, tendo inclusive a presença de residências, fato este que não ocorre totalmente nas vias primárias, onde se encontra um expressivo percentual de prédios comerciais.
3. **As vias terciárias (cor amarela):** Ruas, praticamente, com trânsito reduzido a táxis, viaturas de polícia e carros de entrega de valores.
4. **A via quaternária (cor magenta):** Criamos esta classificação para contemplar a antiga rua que cortava a praça em duas grandes áreas.





A Ilustração 7, também, remete-nos aos elementos construtivos, particularmente às edificações. Nas ilustrações 8 e 9, observamos o gabarito dos prédios e a frequência em que os mesmos ocorrem. Com esta decomposição de elementos procuramos traduzir alguns dos conflitos entre a paisagem construída e o suporte “natural”.

A intensa verticalização, ocorrida nas últimas décadas e a adoção



(12) Observamos que o desaparecimento da rua em frente ao teatro foi uma radical mudança na estrutura morfológica da praça, uma vez que não temos mais espacialmente configurado a idéia de três quadriláteros distintos, e sim de dois.



Principais vias

-  Vias principais (tráfego intenso)
-  Vias secundárias (tráfego reduzido)
-  Via interditada para automóveis
-  Pontos de táxis e carros de valores etc.

Uso de pedestres

-  Principais percursos
-  Áreas de permanência

Gabarito dos prédios



-  Até três pavimentos
-  Acima de três pavimentos

Ilustração 7 – Vista aérea da Praça da República constando um estudo da hierarquização da malha viária, definição da circulação e permanência de pedestres e gabaritos das principais edificações no entorno da praça

Fonte: CD-ROM Ortofotos. Cadastro Técnico Multifacetário do Município de Belém - Mapas Temáticos - Companhia e Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém - Codem. Belém, 1998

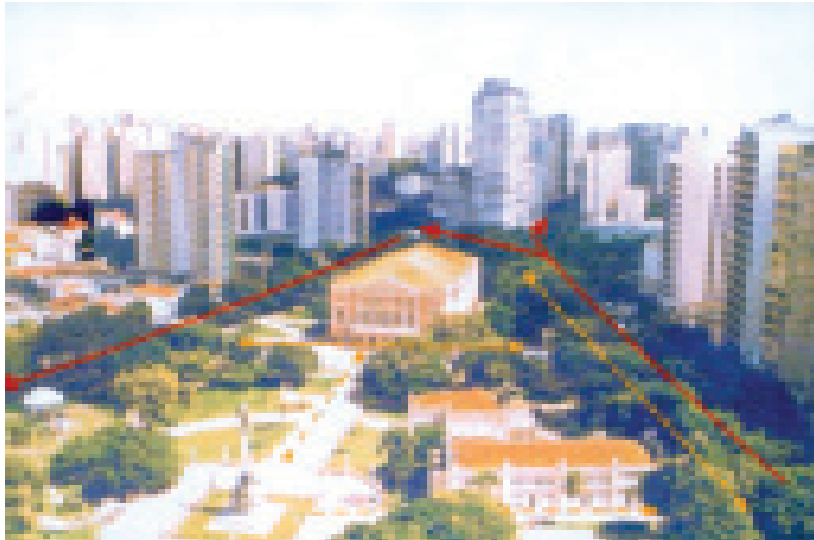


Ilustração 8 – Contraste entre a volumetria dos prédios modernos e o reduzido vestígio das edificações remanescentes do final do século 19 e início do 20. Destaque para a massa vegetal de porte arbóreo e o eixo central do Parque João Coelho que tem o monumento à República como marco referencial

Fonte: Acervo do autor



Ilustração 9 – Torres residenciais de elevado gabarito que se tornaram um significativo anteparo para as brisas da Baía de Guajará

Fonte: Acervo do autor

de projetos que conferiam um alto gabarito aos prédios, iniciou um acelerado processo de confinamento dessa área conforme pode ser observado na Ilustração 8, na qual temos uma vista panorâmica da Praça da República.

As edificações se tornaram grandes barreiras para a brisa proveniente da Baía de Guajará e do rio Guamá. Apesar desta tendência, ainda assim, a massa vegetal arbórea existente tem servido como um elemento de fundamental importância para a qualidade ambiental da área, uma vez que confere ao espaço consideráveis áreas sombreadas, além de imprimir um desenho rítmico na paisagem, com suas cores e texturas. Observamos que a maioria das espécies encontradas na área são mangueiras, mas ainda assim é possível registrar a presença de outras espécies como flamboyants, palmeiras imperiais, açazeiros, entre outras.



Analisando o binômio circulação e permanência, também indicado na Ilustração 7, analisamos alguns principais percursos existentes na praça e as áreas de estar. Destacamos por meio das ilustrações 10, 11 e 12 alguns panoramas em que a circulação é bastante expressiva, não somente ligando áreas importantes de ambos os lados da praça.



No aspecto relacionado à permanência se destacam as áreas gramadas, os coretos de ferro ou alvenaria. Todos esses elementos, adquirindo, com o passar dos anos, uma significativa importância para os moradores da cidade, transformando-se, portanto, em pontos de referência histórica, simbólica e afetiva (ver ilustrações 13 e 14).

Ilustrações 10, 11, 12 – Áreas de grande fluxo de pedestres na praça. Destaque para a Ilustração 11 onde temos uma visão da fachada principal do Teatro da Paz, inaugurado em 1878

Fonte: Acervo do autor





Ilustração 13 e 14 – Área gramada e mobiliário construído no início do século 20. Ambos bastante requisitados pelos usuários da praça, principalmente aos fins de semana para lazer ou apenas contemplação da paisagem

Fonte: Acervo do autor

Reconhecemos que o mobiliário original da praça já passou por inúmeras reformulações. Os fatores são os mais diversos, como o desgaste provocado pelo tempo, o vandalismo ou mesmo a inadequação de uso aos novos tempos. Apesar desta constatação, ainda assim, encontra-se um relevante número de mobiliário remanescente do período de Antônio Lemos. O mobiliário, devido à sua beleza estética e ao valor simbólico e afetivo tornou-se, com o passar dos anos, uma atração à parte para os usuários da praça que transformaram os recantos em que os mesmos estão localizados em áreas de intensa permanência.





Entre o mobiliário existente se destacam os monumentos como esculturas de ferro ou bronze, os pavilhões, as pontes, os postes de ferro e as áreas específicas de estar, com seus bancos, pergolados, espelhos d'água com fontes e esguichos. As ilustrações 15, 16 e 17 são alguns exemplos do atual estado de parte desse mobiliário.

As áreas livres, com e sem vegetação, podem ser observadas na Ilustração 18, na qual o estudo de massas é destacado em cores, demonstrando a distribuição do patrimônio vegetal.

A vegetação que a praça possui é, basicamente, dividida em dois estratos distintos: o estrato arbóreo indicado pela cor verde destaca as mangueiras como principais espécies existentes, caracterizadas por seu porte e incidência;



Ilustrações 15, 16 e 17 – Pavilhão da Música Santa Helena Magno em ferro estilo art-nouveau e o Monumento à República localizado no Parque João Coelho e o Pavilhão Euterpe na Praça do Teatro da Paz. Ambos os pavilhões foram importados da Europa

Fonte: Acervo do autor



Ilustração 18 – Vista área da Praça da República com distribuição dos estratos vegetais e as áreas livres que receberam revestimento com piso hidráulico, pedra portuguesa e cimentado

Fonte: CD-ROM Ortofotos. Cadastro Técnico Multifacetário do Município de Belém – Mapas Temáticos – Companhia e Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém – Codem, 1998

outro estrato importante se refere às áreas gramadas que também se apresentam de forma bem expressiva no espaço da praça. Encontra-se na praça o estrato arbustivo, porém, de maneira geral, as áreas gramadas se sobrepõem a estes canteiros. (ver ilustrações 19, 20 e 21).

A proposta de arborização urbana é um ponto alto do projeto da praça. Tanto no período do intendente como hoje, esta arborização ainda atende perfeitamente à idéia de salubridade preconizada no início do século 20. O conforto térmico trazido pelas generosas sombras das mangueiras e, ainda, a beleza visual que as grandes



*Ilustrações 19, 20 e 21
– Panorama dos estratos
vegetais e das áreas
pavimentadas em três
momentos distintos do Parque
João Coelho*

Fonte: Acervo do autor





massas arbóreas desenham na paisagem, atingiu o ideal proposto pela intendência (ver Ilustração 22).

Além dos gramados que conferem à área um espaço livre não-edificado, deve-se, ainda, observar as áreas livres pavimentadas (ver ilustrações 10, 11, 12, 17 e 19), pelo piso hidráulico, pedras portu-guesas ou cimentados.

As áreas livres voltadas para a recreação não são específicas. Apesar de a praça não apresentar espaços ou equipamentos voltados, exclusivamente, para a recreação ou para a prática de esportes – equipamentos de ginástica e brinquedos infantis – o que ocorre, efetivamente, é a apropriação dos espaços existentes para múltiplos usos. A praça atende ao aspecto recreativo mais freqüentemente nos fins de semana, quando a presença maciça do público infanto-juvenil ocupa os grandes gramados de forma lúdica. O público adulto ou da terceira idade se apropria do espaço para caminhadas ou mesmo realizando reuniões, inclusive, nos gramados.

Em contrapartida, o fator contemplativo, em detrimento da função recreativa, é muito mais expressivo. Esta constatação se reflete na presença, durante o decorrer da semana, de usuários que escolhem a praça para passar alguns momentos do dia entre os horários de almoço ou no final do expediente de trabalho.

Ilustração 22 – Vista panorâmica da Praça da República no final da década de 80, com destaque para a consolidação das espécies de porte arbóreo que dominam a paisagem da praça

Fonte: Acervo do autor

Durante o dia é freqüente a presença de pessoas nos bancos, áreas especificamente de estar ou nos gramados para desfrutar da tranqüilidade dos jardins ou mesmo da valorizada sombra que ameniza o rigor do clima da cidade.

Existem na Praça da República diversos pontos de leituras contemplativas da paisagem, sejam eles situados em seu espaço físico, ou então, nos prédios que se localizam em suas imediações. As imagens que os moradores ou funcionários dos prédios comerciais usufruem, causam um forte impacto de amenização visual, pois a dinâmica existente na silhueta da paisagem, entre outras coisas, destaca-se o elemento vegetal.

A grande maioria dos moradores e usuários eventuais da praça entende a mesma como elemento interador e articulador da paisagem e de seu dia-a-dia. Isso se deve ao seu entorno, que lhes transmite algum tipo de sensação sensorial de caráter positivo.

Baseados nos exercícios analíticos aqui realizados e tirando partido da conceituação de Silvio Macedo referente ao valor paisagístico, entendemos que a Praça da República consegue, hoje, conjugar os valores da excepcionalidade, do simbolismo, da afetividade e da estética. Este consenso foi calcado, principalmente, na forma como a praça é compreendida e apropriada pela sociedade e em sua importância dentro da historiografia e do desenho da paisagem de Belém atualmente.

Conclusão

Por meio desta reflexão tentamos reconhecer e categorizar alguns aspectos morfológicos que caracterizam o espaço da Praça da República, em Belém do Pará. Procuramos indicar alguns pontos importantes de sua historiografia e a relação simbólica, afetiva, funcional e ambiental que a mesma proporciona aos moradores da cidade.

A praça hoje, apesar de estar localizada em uma área central da cidade, não sofreu um processo de decadência em seu uso, o que é um fato recorrente em áreas livres públicas centrais de algumas capitais do país. Devido a diversos fatores, como a desvalorização dos imóveis residenciais e o uso de edificações para fins exclusivamente comerciais, há um certo esvaziamento dos espaços públicos e privados nos fins de semana e nos horários pós-expediente de trabalho nessas áreas centrais.

No caso específico da Praça da República, esse processo não se deu. O que notamos é uma área livre pública com uma dinâmica própria e bastante diferenciada que, ao contrário de suas congêneres, continua concentrando um fluxo intenso de pessoas em qualquer hora do dia. Entretanto, isso não significa que o espaço também não sofra problemas inerentes a sua centralidade, como a população carente, pedintes, etc.

Uma das premissas que esta análise priorizou foi identificar a estrutura morfológica básica, os padrões de parcelamento e volumetria, os conflitos ambientais, as hierarquias espaciais, os padrões de uso e a distribuição do espaço para o lazer e a recreação. A análise de cada uma dessas categorias possibilitou entender as alterações de usos do espaço e os novos programas que a mesma adquiriu desde sua construção ainda no final do século 19.

Apesar da discrepância existente entre os padrões e costumes do início do século 20 e a visão que obtivemos analisando a praça, atualmente, constatamos que alguns ideais preconizados pelo intendente Antônio Lemos ainda estão presentes na Praça da República. Talvez, o mais importante deles ainda seja o patrimônio vegetal, pois atualmente se vê consolidada nessa área da cidade a premissa de Lemos de transformar cada praça de Belém em um grande parque.

Hoje a população de Belém não dispõe apenas de uma bela e funcional área livre no centro da cidade. Ela conta com um importante símbolo histórico, que a cada novo olhar sobre a sua paisagem, reporta o observador, seja natural da cidade ou visitante, para uma fase de progresso que a cidade vivenciou entre o final do século 19 e início do século 20.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Rubens. *Antônio Lemos e as obras de melhoramentos urbanos em Belém: A Praça da República como estudo de caso*. Rio de Janeiro, 2003. Dissertação (Mestrado). PROARQ/FAU/UFRJ.
- _____. Arborização em Belém no início do século XX In: IX ENCONTRO NACIONAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA. Brasília, 2001. *Anais*. Brasília, 2001.
- CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. Belém: UFPA, 1973.
- DUARTE, Cristovão Fernandes. *Belém do Pará, na virada do século XIX: Modernidade no plano urbanístico de expansão da cidade*. Rio de Janeiro: PROURB/FAU/UFRJ, 1997.
- DAOU, Ana Maria. *A belle époque amazônica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2000.
- FARIELLO, Francesco. *La arquitectura de los jardines: De la antigüedad al siglo XX*. Madri: Celeste Ediciones, 2000.
- LE MOS, Antônio José de. *O município de Belém. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém capital do Pará 1897-1902*. Belém: A. A. Silva, 1902.
- _____. *O município de Belém. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém capital do Pará 1903*. Belém: A. A. Silva, 1904.
- _____. *O município de Belém. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém capital do Pará 1904*. Belém: A. A. Silva, 1905.
- _____. *O município de Belém. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém capital do Pará 1905*. Belém: A. A. Silva, 1906.
- MACEDO, Silvio Soares. *Quadro do paisagismo no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: Visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Rio Grande do Sul: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- SALGUEIRO, Heliana Angotti. O pensamento francês na Fundação de Belo Horizonte: Das representações às práticas. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.). *Cidades capitais do século XIX*. São Paulo: Edusp, 2001.
- SARGES, Maria de Nazaré. *Riquezas produzindo a belle époque*. Belém: Paka-tatu, 2000.
- _____. *Memórias do velho intendente: Antônio Lemos – 1869 - 1973*. São Paulo, Campinas. Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas.
- SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público – Jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.
- TÂNGARI, Vera. *Um outro lado do Rio*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

TERRA, Carlos Gonçalves. *O jardim no Brasil do Século XIX: Glaziou Revisitado*. Rio de Janeiro: EBA Publicações, 2001.

AGRADECIMENTOS

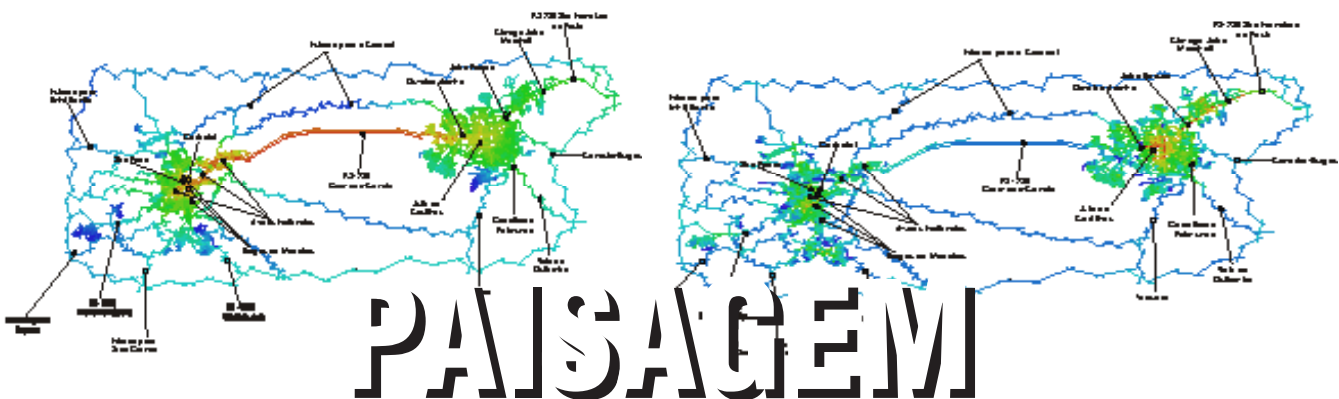
À Profa. Dra. Vera Regina Tângari, aos professores Carlos G. Terra e Cruz do IHGB-Pará.

O TURISTA, O MORADOR E O USO DO ESPAÇO URBANO: INTERAÇÕES ESPACIAIS EM GRAMADO E CANELA

Décio Rigatti

*Professor do Departamento de Urbanismo
Faculdade de Arquitetura UFRGS e do PROPUR/UFRGS.*

*Colaboração: Acadêmicas de arquitetura da UFRGS:
Daniela Reckziegel e Fernanda Zanetti.*



RESUMO

O objetivo central deste trabalho é o de examinar as modalidades de estruturação espacial de cidades turísticas, verificando como o espaço se organiza de forma lógica para permitir o acesso e a movimentação dos turistas, ou os estranhos ao sistema espacial considerado, além de estruturar a vida cotidiana dos moradores. A partir do exame de duas cidades: Gramado e Canela, cidades gaúchas que possuem no turismo um forte componente de sua base econômica, pretende-se analisar em que medida o espaço atua como uma instância das relações entre estranhos e moradores.

ABSTRACT

The main goal of this paper is to analyze the role played by space in the organization of patterns of movement and encounters between residents and strangers in cities where tourism is a key aspect of its economy. As a case study, two cities in the Rio Grande do Sul state are studied: Gramado and Canela.

O TURISTA, O MORADOR E O USO DO ESPAÇO URBANO: INTERAÇÕES ESPACIAIS EM GRAMADO E CANELA

1 – Introdução

O turismo tem comparecido neste final de século como uma importante atividade econômica que, para algumas cidades, longe de ser um subproduto, constitui-se na essência da base econômica. Sem considerarmos esta discussão para cidades que possuem um lastro histórico considerável, como o geral de cidades, por exemplo, as européias, e que são destinos tradicionais de turistas, queremos centrar nossa atenção em algumas realidades mais recentes e mais próximas, no sentido de examinarmos de que modo a organização da atividade econômica e a organização espacial correspondem ou não a processos simultâneos. Interessa-nos, em particular, examinar como essas duas formas de organização se estruturam no sentido de fornecer uma clara identificação do que sejam os lugares dos turistas – os estranhos – e os lugares dos moradores, os lugares do consumo turístico e os lugares da vida cotidiana.

Este estudo tem como objetivo, então:

- a) Analisar as relações entre organização econômica e organização espacial para o caso de cidades turísticas do Rio Grande do Sul, tendo como estudo de caso as cidades de Gramado e Canela.
- b) Verificar de qual modo o espaço se articula, no sentido de promover padrões de encontro e movimento entre as categorias sociais de moradores e estranhos.

2 – As Duas Cidades

Gramado e Canela são duas cidades da região serrana gaúcha que se têm destacado como destino de grande número de turistas que buscam essas cidades para seus períodos de férias ou lazer. A atratividade dessas cidades tem muita relação com os aspectos naturais da paisagem, seu clima e um forte *marketing* centrado

na valorização desses aspectos. Assim, matas, quedas d'água, frio rigoroso no inverno, temperatura amena no verão, compõem o quadro segundo o qual se consolida a atratividade do produto turístico para essas áreas. No entanto, os fatores de atração não são exclusivamente associados a esses aspectos ligados à natureza do lugar, mas e em grande medida às cidades em si, sua infraestrutura turística – acomodações, alimentação – arquitetura peculiar – independentemente da avaliação crítica que dela se possa fazer –, sua estrutura urbana, seus atrativos mais ligados ao consumo turístico no sentido um pouco mais estrito. Neste sentido, pode-se falar de Gramado e Canela como localidades nas quais o turismo é um produto de consumo que, hoje, está na base de seu desenvolvimento econômico.

Esse produto turístico se complexifica, gerando uma gama de setores econômicos que, mesmo diversificados, encontram no turismo sua forma de expressão de realização econômica. Deste modo, setores como o moveleiro, o de chocolates, o de malharia, o de artesanato em geral, são partes integrantes e associadas às atividades consideradas mais de infra-estrutura, como o setor hoteleiro, de alimentação, transporte e comunicação, os mais elementares de serem considerados em qualquer infra-estrutura turística.

De particular interesse, também, são os reflexos desta atratividade sobre o mercado de terras que, nos casos em exame são cruciais, uma vez que dizem respeito ou podem implicar no comprometimento mesmo dos atrativos que se constituem em razão de ser da atividade turística nessas cidades. Dessa maneira, a expansão urbana na forma de loteamentos e condomínios por unidades autônomas para serem utilizados como áreas residenciais voltadas ao veraneio bem como a intensidade de construção no interior das cidades, se não são rigorosamente controladas, podem comprometer os aspectos ambientais e de paisagem urbana que concedem base à atividade turística. Neste particular já se pode visualizar, especialmente para Gramado, a perda de áreas de vegetação nativa para a implantação de empreendimentos imobiliários. Há, portanto, tanto uma modificação na perspectiva do processo de incorporação de áreas naturais para uso urbano quanto na escala e tipologia das

(1) No caso específico do estudo de caso, poderíamos acrescentar, também, a busca de uma identidade arquitetônica vinculada a um tipo de colonização, no caso, germânica. Na realidade, tanto Gramado quanto Canela foram colonizadas em um período de expansão das colônias velhas, sejam elas germânicas, com origem no vale dos sinos, sejam elas italianas, que se expandem a partir da região de Caxias do Sul. Portanto, mesmo que seja buscada uma “cara” germânica, principalmente para Gramado, a colonização italiana é quantitativamente mais forte nessa região.

edificações no interior do tecido mais consolidado.

Deste modo, o quadro montado para a sustentação da atividade turística possui um caráter instável e frágil, requerendo um constante controle sobre as iniciativas individuais, sob pena de sua des-caracterização e comprometimento irremediável. A exploração econômica da atividade turística, para que seja sustentável, necessita de garantias tanto para os investidores quanto para o turista, que haja uma congruência mínima entre expectativas e realizações. A ação de controle global sobre os destinos da cidade deve poder condicionar as iniciativas individuais aos objetivos e razão de ser do desenvolvimento urbano fundado na atividade turística. Assim, controle ambiental, do uso e ocupação do solo urbano, da incorporação de novas áreas à área urbana ocupada, infra-estrutura de saneamento, transporte, comunicações, entre outras, são vitais para a manutenção da função turística.

Todas as atividades, voltadas para o turista ou não, assumem uma localização no espaço da cidade e seu conjunto e relações propõem uma certa estrutura urbana que por suas características configuracionais produz, em grande medida, o sistema de relações também entre as pessoas, sejam elas moradoras ou estranhas. O turista é considerado um estranho na medida em que vem de fora do sistema espacial de destino, move-se, consome, relaciona-se com outros estranhos e, em alguma medida, com os moradores – ou seja, os membros mais fixos da vida da cidade – e depois se retira.

Toda a cidade e sua estrutura física, especialmente a dos espaços públicos, representa o campo de relações entre duas categorias sociais distintas: a dos estranhos e a dos moradores (Hillier, Hanson, 1984) e grande parte das formas de relações entre essas categorias está proposta pelas características configuracionais do espaço urbano. Isto é, a morfologia urbana propõe, ela mesma, espaços de maior acessibilidade geral e, portanto, onde estranhos podem transitar com maior liberdade e possuir um maior controle espacial e, também, espaços de menor acessibilidade geral, mais associados à presença, controle e movimento por parte dos moradores.

Esta é uma característica essencial dos espaços urbanos e sua relação com a sociedade. Isto significa que a sociedade, de algum modo, molda e adapta o espaço no sentido de facilitar ou dificultar as modalidades de encontro possíveis entre categorias sociais distintas de moradores e estranhos.

Esses aspectos, em cidades que dependem economicamente da

grande presença e movimento de estranhos, como é o caso de cidades turísticas, são mais acirrados, à medida que as interfaces necessárias não podem eliminar as formas de controle espacial, nem por parte dos moradores, nem por parte de estranhos. Os primeiros para que mantenham, em certa medida, o domínio de seus espaços cotidianos e, os segundos, para que as interfaces no espaço não causem nem sensação de insegurança, nem de estranhamento, o que estaria em contradição com o funcionamento adequado da atividade turística.

São essas ambigüidades que se pretende desvendar, ao mesmo tempo em que se pretende deixar mais claro de que modo essas diferenças são diferenças estratégicas do ponto de vista da organização do espaço para determinadas modalidades de organização social dessas localidades. Estas questões serão objeto de avaliação a partir da aplicação do instrumental metodológico enunciado a seguir.

3 – Aspectos Metodológicos

A análise proposta pressupõe o exame das cidades de Gramado e Canela do ponto de vista da oferta de bens e produtos voltados ao consumo turístico e daqueles ligados à reprodução cotidiana dos moradores, assim como uma detalhada avaliação de suas estruturas morfológicas. Para tanto se procederá à coleta e análise da distribuição do uso do solo, distinguindo-os por diversas categorias como: alojamento, alimentação, comércio local, comércio de bens para o consumo turístico – malhas, chocolate, artesanato, etc. – tanto para Gramado como para Canela. Como apoio, efetuar-se-á uma breve descrição do processo histórico de formação dessas cidades.

Os aspectos configuracionais responsáveis pela descrição das estruturas de acessibilidade das duas cidades e dos potenciais de uso social do espaço serão examinados pela utilização de algumas técnicas de representação e análise, denominadas de sintaxe espacial (Hillier, Hanson, 1984).

A técnica de sintaxe espacial tem por meta fornecer um referencial interpretativo para o espaço com base nos seguintes postulados:

- a) Todo assentamento é formado por um sistema contínuo de espaços abertos, cuja forma resulta modalidades pelas quais os edifícios e outros tipos de barreiras são agregados.
- b) Todo assentamento, visto como uma seqüência de espaços abertos

e sistema edificado, é campo da interface de duas categorias sociais que se utilizam do mesmo: os estranhos ou visitantes e os habitantes ou moradores. Todo assentamento é palco, portanto, das relações que se estabelecem entre os moradores entre si e destes com os estranhos.

O objetivo da análise sintática é descrever o assentamento com base no padrão medido destas relações, por meio de suas propriedades sintáticas. Em outras palavras, descrever de que maneira o sistema como um todo se relaciona a cada uma de suas partes constituintes e de que forma a multiplicidade destas relações produz uma estrutura subjacente.

Temos impressas no espaço urbano duas dimensões fundamentais da organização da morfologia urbana: uma *dimensão local*, dada pelas condições de relação mais imediatas entre o sistema edificado e o espaço público para o qual o sistema edificado possui interfaces, privilegia a interface entre moradores do sistema; uma *dimensão global*, que estrutura o conjunto espacial e permite compreender não só de que maneira se organizam as partes do sistema, mas também como são estruturadas as relações que se dão no conjunto do tecido urbano e as relações entre as categorias sociais consideradas.

Essas dimensões podem ser objetivamente medidas por suas propriedades sintáticas. Tanto as propriedades sintáticas quanto as principais medidas utilizadas nesses procedimentos podem ser consultadas em outros trabalhos publicados nesse mesmo periódico². Aqui, limitaremos-nos a registrar uma breve informação para facilitar o entendimento do leitor.

Para as finalidades do trabalho, trabalharemos apenas com a *medida de integração* a qual é chave na análise sintática, uma vez que relaciona cada espaço do assentamento com todos os demais, fornecendo informações sobre a acessibilidade de cada um deles a todos os outros do tecido considerado. O conceito de integração está relacionado à noção de profundidade. Na representação axial do sistema urbano, que mapeia a acessibilidade e as conexões de todos os espaços entre si, cada linha axial está ligada a todas as demais tanto diretamente quanto por meio de um certo número de linhas intervenientes ou “passos”, que intermedeiam a passagem de um espaço a outro. A profundidade entre quaisquer duas linhas é dada pelo número de passos que intervêm na passagem da

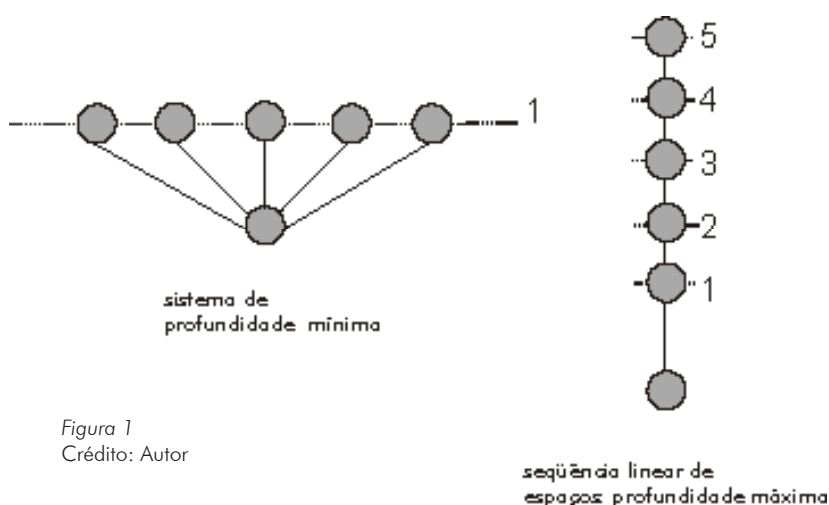
(2) RIGATTI, Décio (1995, 1998 e 2000).

primeira para a segunda linha. A profundidade entre duas linhas A e B que se interceptam é um. Nos demais casos, a profundidade é medida pelo número mínimo de linhas que devem ser cruzadas para, partindo de uma determinada linha, atingir uma outra qualquer no conjunto: uma linha tem profundidade dois, em relação à linha raiz, se há uma linha extra intervindo e assim por diante.

Uma linha “rasa”, ou seja, de menos profundidade, tem por efeito “puxar” para si todas as demais, integrando o conjunto (Figura 1). Por sua vez, uma linha profunda afasta de si todas as demais, resultando em um espaço mais segregado do conjunto, de acessibilidade menos direta³.

A condição de integração espacial está relacionada à noção de simetria/assimetria de uma dada morfologia, que trata da relação de dois espaços com, no mínimo, um terceiro. Uma descrição é dita simétrica quando a relação entre dois espaços for igual para ambos, assim como é a de ambos para um terceiro. Como na Figura 2a, a relação de A para B é simétrica, assim como as relações de ambos com C. Sistemas espaciais simétricos são mais rasos ou mais integrados. Na situação 2b verifica-se que a relação de A para B com relação a C não é a mesma que a relação de B para A, dado que B intermedeia a passagem de A para C. Este tipo de relação é dita assimétrica e envolve uma profundidade maior entre os espaços, ocasionando uma maior segregação espacial.

O sentido sociológico de simetria/assimetria diz respeito às relações que se estabelecem no espaço urbano. Segundo Hillier, Hanson



(3) Para explicações mais detidas sobre integração/núcleo de integração, recomenda-se o exame das seguintes obras: HILLIER, B.; HANSON, J.; PEPONIS, J. (1987); HILLIER, B. (1989); TEKLENBURG, J. A. F.; TIMMERMANS, H. J. P.; WAGENBERG, A. F. van (1991).

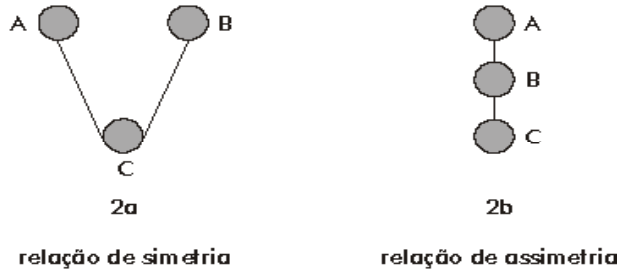


Figura 2
Crédito: Autor

(1984), há uma maior tendência à integração entre categorias sociais em descrições simétricas, enquanto a assimetria estaria relacionada a uma maior segregação entre estas categorias. Evidências empíricas sugerem uma relação entre a propriedade de integração tal como definida e padrões de movimento ou, melhor dizendo, entre esta propriedade e a previsibilidade de movimento. Desta forma, uma vez que os espaços mais integrados são aqueles nos quais há uma maior probabilidade de movimento e de encontro entre habitantes e visitantes locomovendo-se, as atividades dependentes de movimento ali estariam localizadas, enquanto as áreas mais segregadas seriam primariamente residenciais.

A distribuição dos espaços de maior integração, em virtude de sua relação com o padrão de movimento e de distribuição das atividades urbanas, compõe uma das características básicas dos assentamentos, diferenciando-os entre si, permitindo a identificação de campos potenciais de encontro e a forma pela qual o leiaute urbano participa na geração desse campo potencial.

O que é importante resgatar a respeito das medidas sintáticas é que elas não se constituem apenas em uma ferramenta que possibilita descrever de forma mais precisa os diversos leiautes urbanos, mas fundamentalmente são úteis para mostrar como esses diferentes leiautes são gerados e atendem a propósitos sociais distintos, sendo passíveis de serem compreendidos pela própria estrutura dos assentamentos. Desta forma, as condições peculiares de cada configuração urbana podem informar sobre o posicionamento e formas de contatos possíveis de diferentes categorias sociais presentes no interior de um espaço urbano.

4 – Gramado e Canela, Cidades Turísticas

(4) RIGATTI, Décio (1991); RIGATTI, D. (1993); HILLIER, B.; HANSON, J.; PEPONIS, J. (1987); HILLIER, B. et al. (1993).

Gramado e Canela se situam na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul, na região serrana. Gramado dista de Porto Alegre 115 km e, Canela, 120 km (Figura 3). A região foi colonizada principalmente no século 20, primeiramente pela exploração das reservas de araucárias e, posteriormente, pela agricultura e pecuária, com participação de alemães e italianos já descendentes de imigrantes das colônias mais antigas do estado, seja da região de Novo Hamburgo, no caso dos alemães, seja da região de Caxias do Sul, no caso dos italianos, os quais se estabelecem em pequenas propriedades rurais da região. A colonização mais tardia desta parte do estado é atestada pelos recentes processos emancipatórios. Gramado se emancipa apenas em 1954, enquanto Canela se emancipa um pouco antes, em 1944.

Os dois municípios, em função principalmente das características de clima e paisagem, passam a constituir-se em destino para turistas do Brasil inteiro, tendo o turismo como parte importante de suas bases econômicas.

Embora não dispondo de dados comparativos para Canela, as informações sobre a movimentação de turistas em Gramado dão uma idéia da relação entre moradores fixos e visitantes (Tabela 1).

TABELA 1

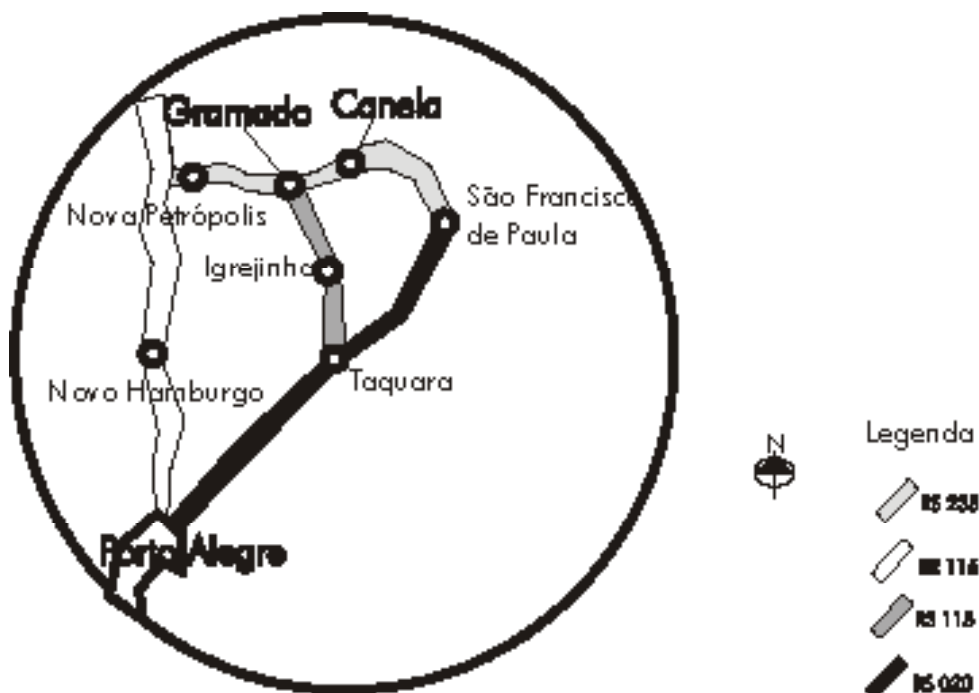


Figura 3 – Localização Gramado e Canela
Fonte: Autor

FLUXO TURÍSTICO EM GRAMADO

Janeiro de 1999 a setembro de 2000

	Mensal	Acumulado	99/98	2000	Mensal	Acumulado	
1999							99/00
Jan. 99	144.925	144.925	61%	Jan. 00	204.413	204.413	41%
Fev. 99	112.796	257.721	34%	Fev. 00	176.321	380.734	48%
Mar. 99	133.259	390.980	36%	Mar. 00	207.082	587.816	50%
Abr. 99	155.639	546.619	33%	Abr. 00	252.414	840.230	54%
Mai. 99	164.674	711.293	39%	Mai. 00	206.898	1.047.128	47%
Jun. 99	160.866	872.159	46%	Jun. 00	232.998	1.280.126	47%
Jul. 99	203.200	1.075.359	53%	Jul. 00	294.632	1.574.758	46%
Ago. 99	216.667	1.292.026	61%	Ago. 00	255.134	1.829.892	42%
Set. 99	160.754	1.452.780	60%	Set. 00	241.533	2.071.425	43%
Out. 99	201.783	1.654.563	63%	Out. 00			
Nov. 99	218.938	1.873.501	64%	Nov. 00			
Des. 99	448.735	2.322.236	60%	Des. 00			
TOTAL 99	2.322.236		60%	TOTAL 00	1.047.128		

Fonte: www.gramadosite.com.br

Observa-se em Gramado que, mensalmente, a população flutuante originada do fluxo turístico varia em 1999, de 4 a 18 vezes o total da população fixa da cidade, o que dá uma idéia do impacto desse fluxo do funcionamento da cidade. Isto é reforçado pelo crescente número de visitantes nos últimos anos ultrapassando, em 1999 e em 2000, de 2 milhões de turistas.

5 – As Estruturas Urbanas de Gramado e Canela

Para o exame das estruturas urbanas de Gramado e Canela, com a utilização de procedimentos de sintaxe espacial, procederemos a uma análise em separado de cada uma das cidades para, finalmente, examinarmos as duas em conjunto.

O passo seguinte, uma vez avaliados os sistemas espaciais em questão, é verificar as maneiras de as atividades urbanas se distribuírem nas cidades, sendo que os levantamentos de campo para estes aspectos levaram em consideração não apenas a distribuição das atividades em si, mas também se cada uma delas está associada ao uso por parte de moradores ou se são atividades mais voltadas para turistas, ou seja, ao estranho ao sistema espacial.

Finalmente, procederemos à análise conjunta das informações configuracionais, medidas por categorias de sintaxe espacial, com as de carácter funcional, medidas pelo uso do solo urbano,

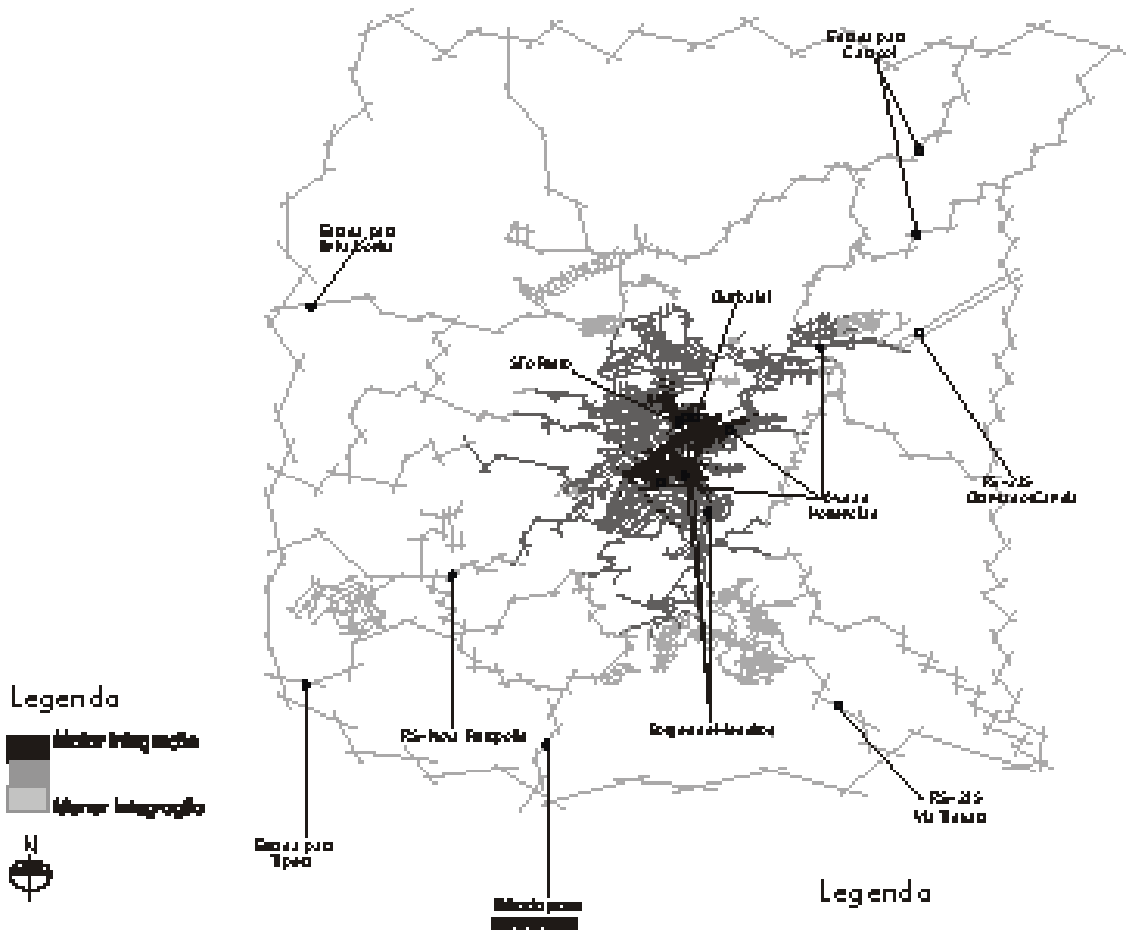
examinando os padrões existentes no uso do espaço urbano e os padrões de distribuição espacial das práticas sociais entre as categorias de moradores – os residentes nas cidades – e os estranhos – em nosso caso, os turistas. Desta forma poderemos observar em que medida, nas duas cidades, turistas e moradores compartilham o espaço da cidade e qual o significado para a estruturação de redes de relações socioespaciais.

5.1 – Gramado

O sistema urbano de Gramado é acessado por meio de duas estradas principais: a RS-115, que faz a ligação de Gramado com Porto Alegre, via Taquara e a RS-235, que se liga à RMPA, via BR-116. A RS-235 cruza toda Gramado no sentido leste-oeste com o nome de avenida das Hortências, conecta-se com Canela, cruzando-a sob a denominação de avenida Osvaldo Aranha e, por meio de algumas vias internas, principalmente a avenida Júlio de Castilhos, reassume seu traçado, primeiramente com o nome de avenida João Pessoa e, depois, com o nome de avenida Cônego João Marchesi, vai em direção aos Campos de Cima da Serra, passando por São Francisco de Paula. A RS-115 passa pela área urbana de Gramado com o nome de avenida Borges de Medeiros e conecta-se com a RS-235 – estrada Gramado-Canela, na esquina com a avenida das Hortências, na praça central da cidade. Além destes acessos principais existe uma série de outros acessos secundários que fazem fundamentalmente as ligações da área urbana com o interior rural e os distritos.

Esta estrutura primária, ou seja, as preexistências de acessibilidade e suas interconexões, é definidora do sistema de espaços de maior integração da cidade, fazendo com que o núcleo inicial da cidade, que apresenta uma malha que tende a ser mais regular do que o geral da cidade, além de possuir uma maior continuidade de ocupação concentra a maior parte da integração espacial da cidade de Gramado (Figura 4). Esses elementos da estrutura urbana remetem-nos aos conceitos de percurso matriz e de matriz elementar presentes em Cannigia e Maffei (1981). Este conjunto de espaços de maior integração define um núcleo bem caracterizado, formado por eixos que percorrem a cidade no sentido norte-sul, como a rua Garibaldi, as avenidas Borges de Medeiros e a São Pedro. Estas cruzam um outro conjunto de eixos de maior integração, atravessando o sistema no sentido leste-oeste, como a avenida das Hortências, as ruas João Petry e a Leopoldo Rosenfeld.

Outro conjunto de espaços bem integrados, mas com níveis inferiores aos citados anteriormente, compreende eixos que cruzam as linhas de



maior integração, ou constituem-se em prolongamentos desses eixos.

Assim, o núcleo de integração de Gramado se caracteriza pela distribuição da acessibilidade que tem como ponto focal as proximidades da praça central da cidade, onde se cruzam os espaços de maior relevância do ponto de vista da possibilidade de serem de suporte às relações entre os diversos espaços da cidade, tendo em vista que são os mais rasos do sistema como um todo.

A partir desse núcleo central e inicial, a ocupação da área urbana de Gramado passa a ser mais fragmentada e esta fragmentação é fruto tanto de uma ocupação que busca explorar áreas mais propícias, quanto do ponto de vista das características topográficas do terreno,

ou do ponto de vista de suas qualidades locacionais, principalmente considerando os aspectos de paisagem. A ocupação de áreas com grandes declividades não parece se constituir em um entrave e, às vezes, como são os casos das ocupações que possuem vista para o Vale do Quilombo, são exatamente essas peculiaridades as que justificam a ocupação, pelo menos do ponto de vista econômico.

Os loteamentos mais antigos, mesmo os destinados a veraneio, como a área em torno do Lago Negro, tendiam a situar-se em áreas con-tíguas à área central, sendo esta o seu centro de apoio e suporte. Nos processos de crescimento urbano mais recentes tem-se verificado que esta continuidade não ocorre mais. Contrariamente, os loteamentos novos, grandes ou pequenos, para veraneio ou para população resi-dente, passam a acontecer em áreas descontínuas, tendo um eixo de acesso principal e, às vezes, desenvolve-se ao longo deste eixo.

Em alguns casos, estas descontinuidades respondem à manutenção de algumas barreiras naturais sem que, automaticamente, produza-se segregação. Estes vazios urbanos, no entanto, pouco a pouco, pedaço por pedaço, começam a ser ocupados, a mata nativa que o cobria é posta abaixo e novas residências são construídas. Pequenos trechos de rua são abertos para viabilizarem a produção de lotes e, com o tempo, são prolongados, juntando-se a outras ruas ou forman-do ruas sem saída.

O resultado, do ponto de vista da estrutura urbana deste processo mais recente, apresenta-se pelo acréscimo de profundidade geral para o sistema e a geração de núcleos de segregação, ao invés de espaços segregados localizados nos interstícios dos espaços de maior integração, como acontece em tecidos urbanos tradicionais. Estas características se têm acentuado no período mais recente, pela utili-zação da figura do condomínio fechado, como forma de parcelamento do solo urbano.

A ocupação descontínua atual de Gramado atende a uma lógica de produção de terra urbana que tem uma profunda relação entre paisagem e consumidor final dos lotes. Assim, as áreas que possuem belas vistas da cidade ou de áreas abertas como o Vale do Quilombo ou, também, áreas que ainda apresentam vegetação nativa como os loteamentos localizados na extremidade norte da avenida Borges de Medeiros, são ocupados por uma população de renda elevada, em áreas bastante segregadas em relação ao sistema como um todo. Já os loteamentos destinados à população de renda média ou

baixa são baseados em um esquema mais especulativo, com uma maior destruição de vegetação nativa, ocupando áreas que não são tão visíveis para a cidade. Estes são os casos de loteamentos ao norte e uma série de outros no extremo sul da cidade, próximos à saída de Gramado pela RS-115, ocupados por uma população trabalhadora nas áreas industriais próximas. Estes últimos ocupam as áreas mais segregadas de toda a cidade.

Deste fenômeno recente, depreende-se que a segregação espacial atende aos dois extremos de renda, embora por estratégias distintas. Os mais ricos se segregam por uma opção de posição e ambiente, enquanto os de menor renda são segregados em função da proximidade de seus locais de trabalho e, com isto, assumem as posições de menor visibilidade (Figura 5). Esta dicotomia que não

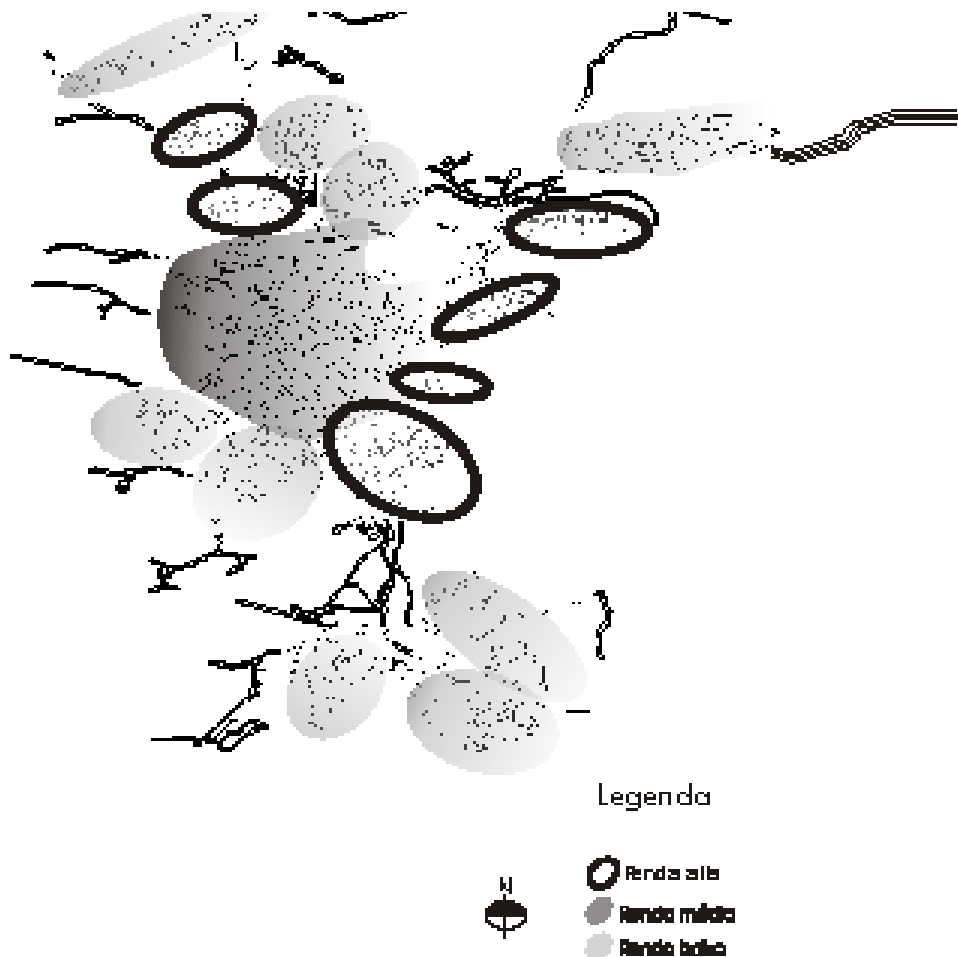


Figura 5 – Distribuição por renda de Gramado
Fonte: Autor

parecia ser tão evidente até poucos anos atrás começa a conceder uma forma particular à estrutura urbana de Gramado.

Quando examinamos a organização local de Gramado, medida pela integração local e não mais a global, a fragmentação espacial e a menor anelaridade fazem com que a profundidade média do sistema aumente, fazendo com que esta estrutura local apenas seja visível em uma limitação de profundidade de cinco passos. Isto significa que, ao invés da lógica de estruturação local que, em tecidos urbanos tradicionais, aproxima-se dos três passos de profundidade, em Gramado isto só acontece quando considerarmos quase o dobro dessa profundidade. Com uma limitação de profundidade menor do que cinco passos não há diferenciação espacial.

Examinando a integração local, ou R5 para Gramado (Figura 6), percebe-se que os espaços que são mais importantes localmente, ou seja, aqueles que estão mais no caminho de todos os outros espaços da cidade com até cinco passos de profundidade são, em

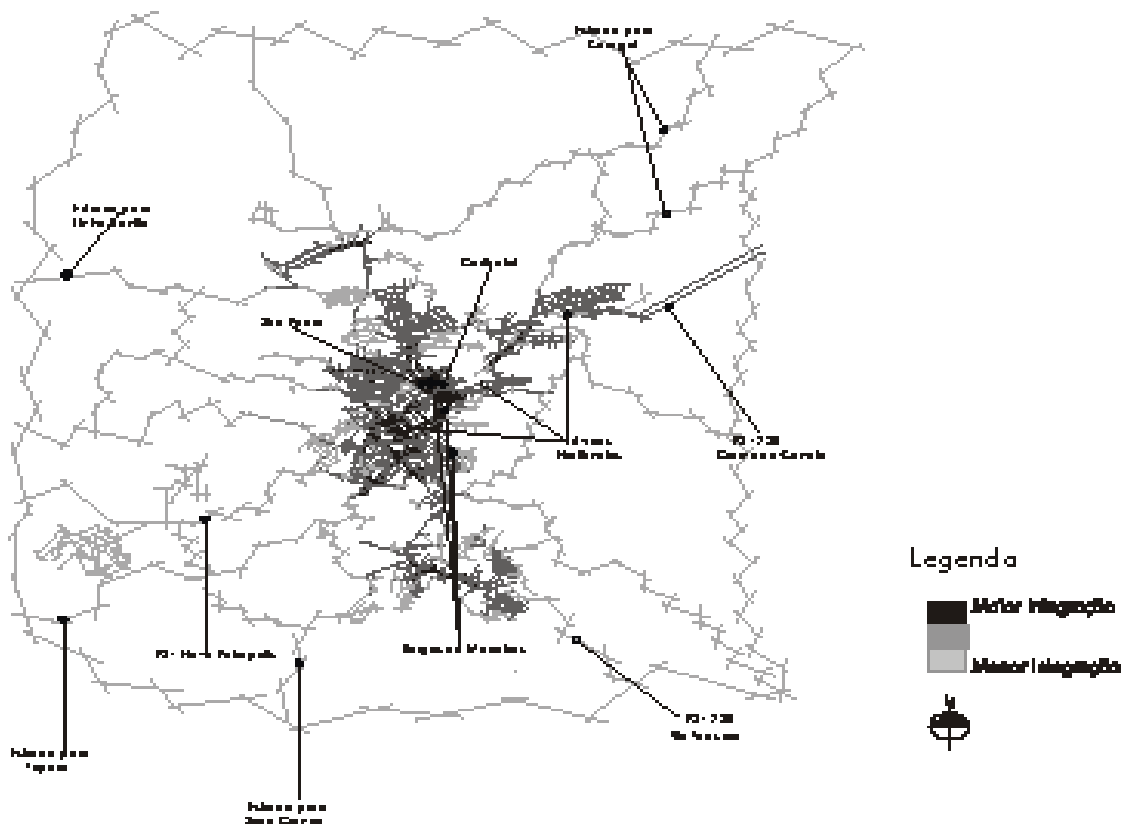


Figura 6 – Integração Local – Gramado – R5
 Fonte: Autor

alguma medida, semelhantes aos que são globalmente importantes. Assim, rua Garibaldi, avenidas Borges de Medeiros, São Pedro e das Hortências são simultaneamente integradas tanto global quanto localmente. Deste modo, esses eixos são importantes tanto do ponto de vista das relações mais gerais quanto das mais localizadas. Neste nível de profundidade, alguns espaços se destacam por apresentarem grande integração local, não possuindo esta mesma propriedade quando examinados globalmente. São os casos das ruas João Leopoldo Lied, Leopoldo Rosenfeld e João Alfredo Schneider, localizadas nas proximidades e entorno do Lago Negro, rua Pedro Carlos Fronze, próximo ao Mato Queimado, ao norte da área urbana e a rua 1^o de Maio que dá acesso da RS-115 à área industrial localizada ao sul da cidade.

5. 2 – Canela

O sistema urbano de Canela tem como acesso principal a já citada RS-235, que o liga a Gramado e à região metropolitana de Porto Alegre, seja via Taquara, pela RS-115, seja via BR-116. Por esta última estrada, a região toda se liga ao aglomerado urbano de Caxias do Sul, importante pólo econômico e de serviços regionais. A RS-235 cruza Canela no sentido leste-oeste sendo que, na área central da cidade, perde sua continuidade geométrica, passando por algumas ruas urbanas, principalmente a avenida Júlio de Castilhos, até retomar seu traçado mais visível pela rua João Pessoa e, em sua continuidade, pela avenida Cônego João Marchesi para, logo em seguida, retomar sua denominação de RS-235, em direção a São Francisco de Paula.

Além desta importante via de ligação de Canela com outras regiões, existem outras ligações do sistema urbano com o interior do município. Ao noroeste da área urbana de Canela, temos a estrada do Caracol, que dá acesso ao parque estadual de mesmo nome. Este acesso se dá pela RS-235, na saída de Canela em direção a Gramado. Da mesma forma que para Gramado, estas estradas se constituem em uma estrutura de acessibilidade preexistente de Canela ao mundo exterior.

O núcleo inicial da cidade, formado por uma malha relativamente regular e composta por vias largas e lineares, concentra os espaços de maior integração global da cidade (Figura 7). Destacam-se como eixos de maior integração, no sentido norte-sul: ruas Paulharys, Ernesto Dornelles, avenida Júlio de Castilhos, que faz a ligação mais importante com a RS-235, rua Dona Carlinda, rua Borges de Medeiros, que passa em frente à Igreja Matriz, rua Visconde de

Mauá, que passa por detrás da Igreja Matriz, ruas Teixeira Soares e Padre Cacique, que articula o centro da cidade com a RS-235. No sentido leste-oeste da malha e cruzando grande parte dos eixos descritos acima encontramos os seguintes eixos que fazem parte dos espaços de maior integração global: rua João Pessoa, que faz parte do trajeto da RS-235 no interior do perímetro urbano, ruas João Simplício e Sete de Setembro, que distribuem a circulação oriunda do/para a rodovia Arnaldo Oppitz descrita acima, via ruas São João, Augusto Pestana, que possui uma posição central no sistema, cruzando o núcleo central de leste a oeste, rua Felisberto Soares, que dá exatamente em frente da Igreja Matriz e constitui-se na ligação mais direta com a saída para Gramado pela RS-235, a rua Danton Correa da Silva, que passa por equipamentos importantes da cidade incluindo a estação rodoviária e que se situa em área anteriormente sob influência do percurso da antiga via férrea, que foi desativada e seu leito absorvido por vias urbanas e, finalmente, a rua Dom Pedro II.

A ocupação mais compacta de Canela e o seu traçado central mais regular tende a uma distribuição mais uniforme da integração a partir desse núcleo central. As maiores segregações são verificadas em alguns loteamentos localizados a sul do sistema que, em geral, é mais fracamente vinculado à área central da cidade ou o é pelos diversos espaços de transição, conferindo maior profundidade relativa a esses conjuntos de espaços. Dois deles se encontram separados pelo aero-porto municipal, sendo que o do lado norte é destinado à população de renda mais baixa, enquanto que o do lado sul é basicamente destinado a moradias de veraneio e é acesso ao condomínio fechado do Hotel Laje de Pedra, de alto padrão. A área mais segregada de toda a cidade é um loteamento relativamente novo, também situado ao sul da área central da cidade, destinado à população de baixa renda e que é fracamente conectado com o exterior – apenas em dois pontos – fazendo com que, pelo seu desenho, os espaços a partir das conexões com o exterior sejam acréscimos de profundidade.

Mesmo que com menor expressão do que em Gramado, a segregação de áreas da cidade de Canela corresponde aos dois extremos de poder aquisitivo. De um lado os mais pobres, localizados em bairros operários e, de outro lado, a população de renda mais alta, localizados em setores topologicamente mais afastados ou em condomínios fechados (Figura 8).

Do ponto de vista da organização local do sistema urbano, mesmo

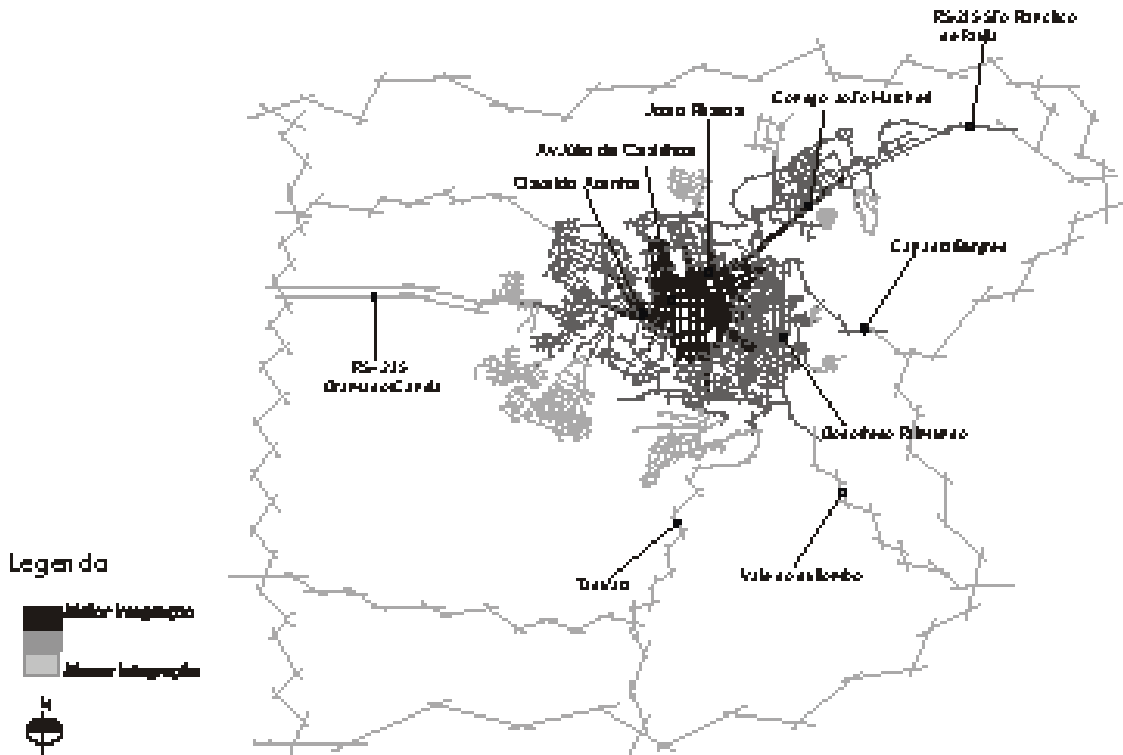


Figura 7 – Integração Global – Canela
Fonte: Autor

maior que o de Gramado, Canela apresenta uma estrutura de integração local clássica, visível com uma limitação de profundidade de até três passos (Figura 9).

Os eixos com maior importância local são: a avenida Cônego João Marchesi, trecho da RS-235; a rua Godofredo Raymundo, no extremo leste da cidade que cruza a área urbana de norte a sul, conectando-se de modo direto ou fácil aos acessos principais da cidade – as estradas a leste e ao sul anteriormente descritas e RS-235 ao norte; a rua Teixeira Soares, também cruzando a cidade de norte a sul, nas proximidades da área central e a rua Augusto Pestana, cruzando o centro da cidade de leste a oeste. Com valores um pouco menores de integração local destacamos a rua Borges de Medeiros, que passa em frente à Igreja Matriz, o trecho da rua Inácio Saturnino de Moraes, que faz o acesso ao setor leste da cidade e que dá exatamente nos fundos da Igreja Matriz, como se fosse uma continuação da rua Felisberto Soares, interrompida pela igreja e outro trecho da avenida Cônego João Marchesi, na extremidade desta parte da RS-235 contida no interior do perímetro urbano.

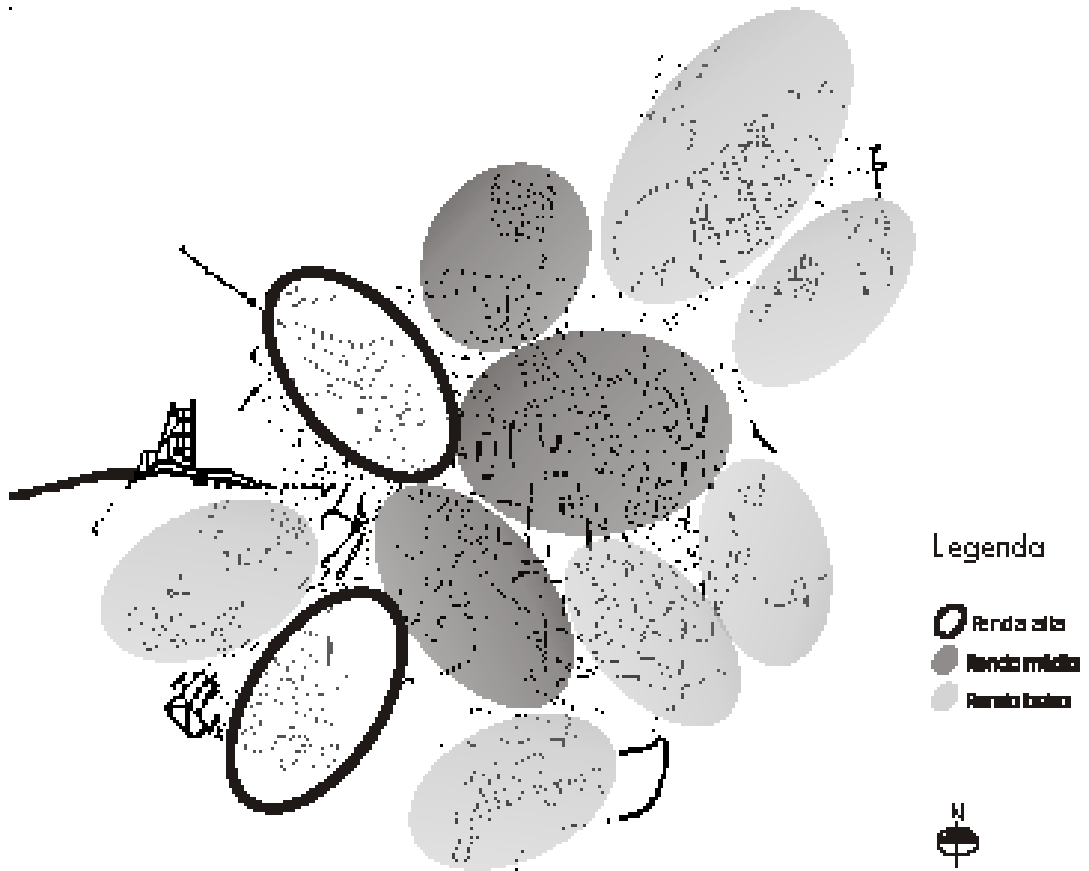


Figura 8 – Distribuição por renda de Canela
Fonte: Autor

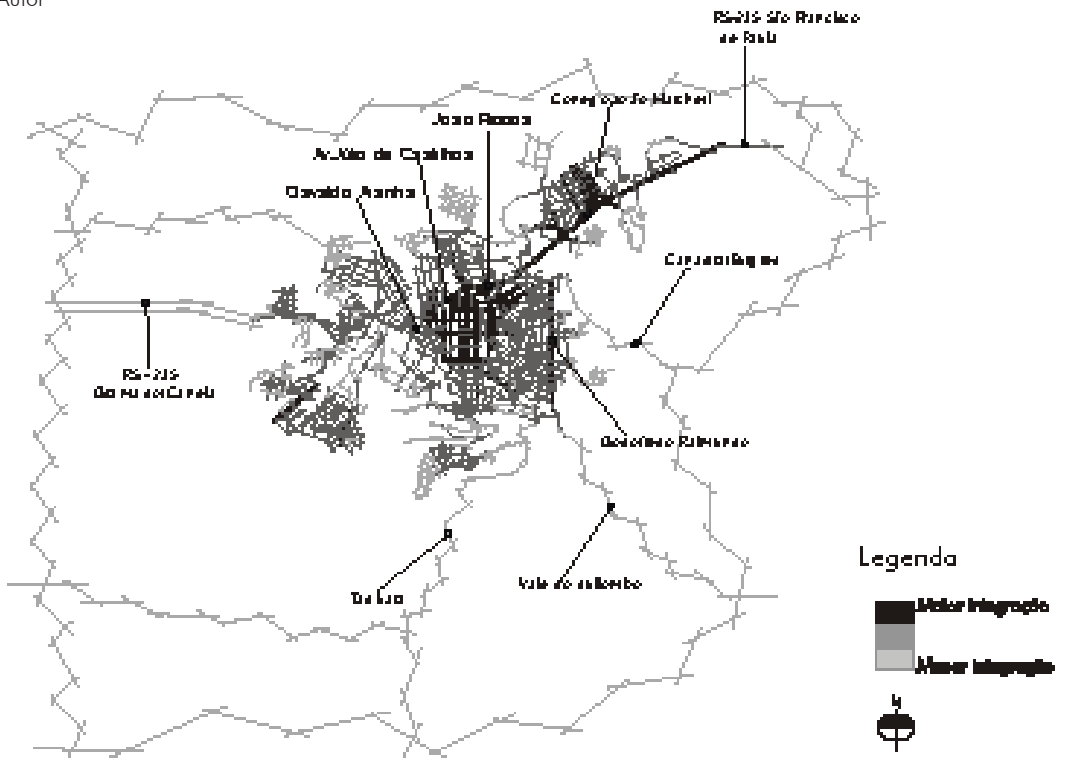


Figura 9 – Integração Local – Canela – R3
Fonte: Autor

5.3 – Gramado e Canela

Quando consideramos os sistemas urbanos de Canela e Gramado conjuntamente temos, como resultado, a influência de um sistema sobre o outro. A estrutura básica de acessibilidade ao exterior já foi comentada primeiramente para Gramado e, posteriormente, para Canela. Esta estrutura primária é composta por diversas estradas que as ligam entre si, com outras regiões ou com seu território rural.

Do ponto de vista da integração global (Figura 10), a primeira coisa que chama a atenção é o papel integrador da RS-235, entre Gramado e Canela, encontrando-se entre os eixos mais integrados globalmente. Isto representa, na realidade, um eixo de tensão entre as duas áreas urbanas, o qual já começa a responder a essas características topológicas pela intensa ocupação do solo por atividades essencialmente econômicas e voltadas para o turista, como veremos em seguida.

O segundo aspecto relevante, quando observamos o conjunto formado por Gramado e Canela, é que Gramado tende a apresentar uma quantidade maior de espaços com níveis de integração global maiores, comparativamente a Canela, muito embora a malha relativa a Canela tenda a uma maior regularidade e menor fragmentação que a de Gramado. Este fato pode ser atribuído tanto a uma maior articulação externa do sistema de Gramado bem como pelas discontinuidades encontradas na entrada do sistema

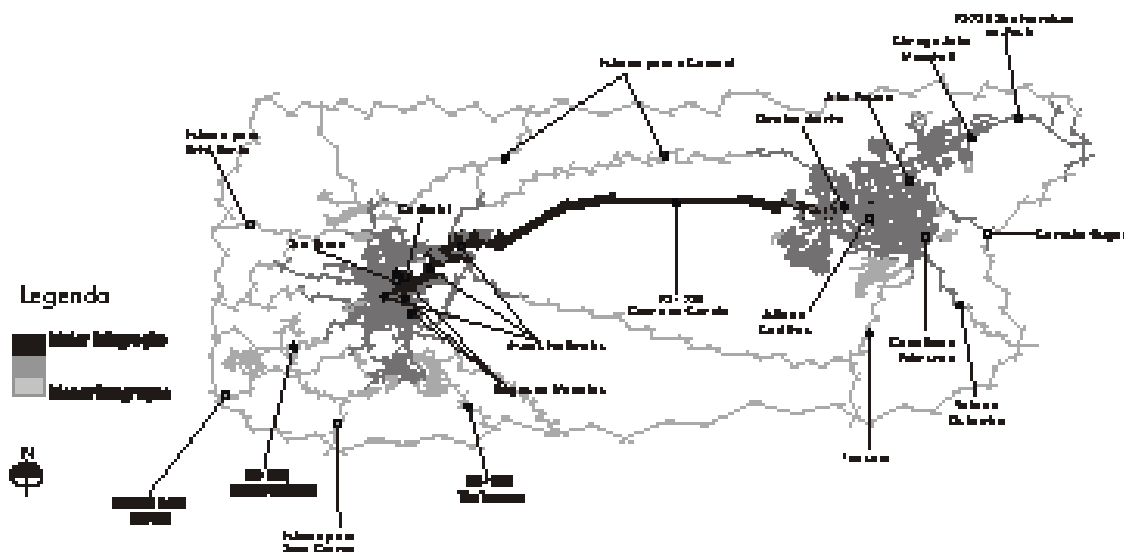


Figura 10 – Integração Global – Gramado e Canela
Fonte: Autor

de Canela, antes de acessar o tecido mais regular da área central. De qualquer modo, verifica-se que o que são privilegiados são os espaços que fazem parte das principais entradas e saídas das duas cidades, que não passam de continuidades das duas estradas estaduais – RS-235 e RS-115 – que cruzam o interior da área urbana de Gramado com a denominação de avenidas das Hortências e Borges de Medeiros, respectivamente, juntam-se e chegam a Canela pela RS-235 e, no interior de sua área urbana perde sua continuidade física, utilizando-se de um eixo perpendicular – avenida Júlio de Castilhos – para lhe dar continuidade e possibilitar a saída do sistema.

Eixos componentes de estruturas primárias, como é o caso das duas estradas, garantem continuidades físicas pela adoção de ângulos relativamente abertos na intersecção entre eixos que se conectam entre si. Intersecções em ângulo reto ou menores dificilmente são observados, uma vez que tendem a produzir rupturas de continuidade. Este parece ter sido o modo como Canela absorveu no interior da sua malha urbana principal uma rodovia que, de outro modo, poderia gerar um volume de circulação apenas de passagem.

Isto fica mais claro quando examinamos a integração local (Figura 11) que, para os dois sistemas, muito em função das condições configuracionais de Gramado, como apontado acima, passa a estruturar-se com uma limitação de profundidade de cinco passos, a mesma limitação utilizada para o sistema de Gramado examinado isoladamente e dois passos de profundidade a mais do que havia sido necessário para a avaliação do sistema espacial de Canela. O que se percebe é que, neste nível de análise, Canela recupera na organização local a estrutura principal apresentada na organização global do sistema quando visto isoladamente, enquanto Gramado mantém praticamente intacta a estrutura local verificada quando examinada isoladamente. Isto significa que a estrutura urbana de Gramado, quando examinada conjuntamente com Canela, praticamente mantém-se inalterada, seja do ponto de vista de sua organização global, seja do ponto de vista de sua organização local. Já os resultados para Canela parecem apontar para um sistema mais sensível ao tipo de relações que se estabelecem com seu sistema espacial.

Antes de concluirmos esta parte da análise, merece uma atenção especial algumas características configuracionais de Gramado, particularmente no que se referem à sua maior fragmentação espacial

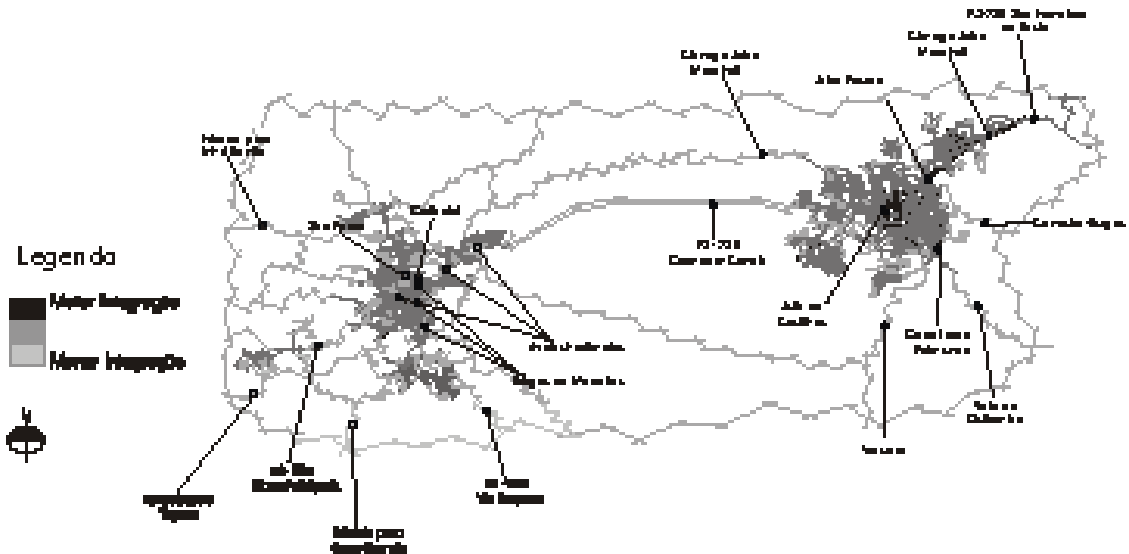


Figura 11 – Integração Local – Gramado e Canela R5
Fonte: Autor

quando comparada com Canela. O tipo particular de fragmentação espacial verificado para Gramado representa uma situação em que o acréscimo de profundidade é dado pela inserção de subsistemas espaciais em eixos que já apresentam um papel sintático de relevância. Com isto, esses eixos passam a ser necessariamente mais caminho para entrada e saída desses subsistemas, reforçando seu papel sintático. Estes são os casos dos loteamentos e condomínios que se vinculam à avenida Borges de Medeiros, ao norte de Gramado, bem como os situados na saída para Taquara, ao sul e na saída para Nova Petrópolis, ao oeste. Constituem-se em pequenos sistemas com uma anelaridade interna que pode ser elevada, mas que se conectam fracamente com o conjunto do sistema espacial como uma estrutura em árvore. Esta particularidade pode explicar a manutenção da estrutura de Gramado quando posta em relação com Canela, já que o papel sintático da estrutura primária permanece forte o suficiente para manter sua estrutura, mesmo quando avaliada conjuntamente com Canela.

6 – A Distribuição do Uso do Solo Urbano

Os padrões de localização das atividades humanas têm assumido bastante relevância nos estudos urbanos e diversas teorias foram desenvolvidas para explicar seu funcionamento, desde os clássicos estudos de economia urbana como os de Christaller, Lösh, Von Thünen, Weber e Alonso, os quais lidam com a localização das atividades como fruto de terra, fluxo de mercadorias e o transporte. São também muito conhecidos os modelos gravitacionais de distribuição de atividades, principalmente pelos estudos de Hansen

e Lowry. Finalmente, são também importantes os modelos configuracionais, como em Hillier & Hanson, os quais tratam a localização das atividades como fruto de um processo em que interessa particularmente a posição relativa de cada espaço em um sistema e o seu nível de acessibilidade relativa, ou seja, seu nível de integração/segregação espacial. Neste trabalho, trataremos a questão da localização das atividades urbanas como parte de um processo construído a partir das relações entre o uso do solo, a configuração espacial e a produção de padrões de movimento, portanto, adotamos a perspectiva teórica provida pelos estudos configuracionais.

Entre outras contribuições para a compreensão das modalidades de distribuição das atividades urbanas, são interessantes as observações feitas por Mitchel (2001). Diz ele que as atividades se localizam por uma combinação de três razões fundamentais: a) o que ele denomina de atrativos fixos da localização, ou seja, aspectos da localização que não são afetados pelo que ocorre em outros locais, como seria o caso da presença de algum recurso – água, terra fértil, beleza de cenário, etc.; b) o que Mitchel chama de vantagens de acessibilidade,

“as que derivam de conexões eficientes e convenientes a atividades relacionadas. (...) Comércio varejista é localizado onde existem muitos consumidores, escritórios são localizados onde os trabalhadores podem facilmente chegar e assim por diante. Estas vantagens são relativas às condições do conjunto da rede. Se outras atividades se reposicionam, se ligações na rede são quebradas ou se tornarem ultrapassadas, ou se novas ligações são estabelecidas, então as vantagens de localização de um local particular podem aumentar ou diminuir.” (Mitchel, 2001:01.4)

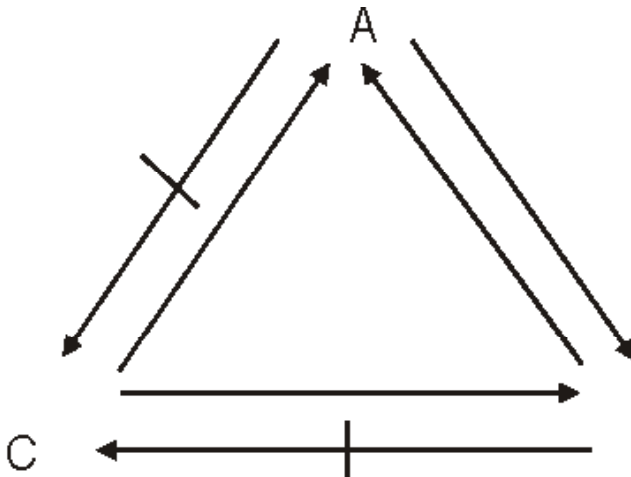
c) finalmente, o que o autor denomina de vantagens de estabilidade, ou seja, as que derivam de uma certa inércia devida aos investimentos realizados em uma dada localização.

O que se observa, nos casos de Gramado e Canela, é que essas razões de localização variam de ordem de importância dependendo do tipo particular de atividade e da população consideradas. Assim, a atividade residencial de população de renda mais alta ou, particularmente, a atividade residencial voltada para o veraneio e os condo-mínios, tendem a valorizar mais os atrativos fixos de paisagem, cenário, etc. Já os moradores se inclinam a localizar-se de modo menos independente do restante do sistema urbano, como

parece ser os casos das moradias de veraneio e dos condomínios horizontais. Nestes casos, uma articulação entre moradia e as atividades de suporte em geral de comércio, serviço e emprego parece influenciar de modo mais intenso e, portanto, as vantagens de acessibilidade parecem pesar mais nas decisões de localização. A população de renda mais baixa, exatamente por ter um poder de escolha menor, localiza-se de modo mais acessível possível aos locais de trabalho ou, quando não é possível, o preço da localização parece ser o fator preponderante.

Neste particular, as noções exploradas nos estudos do uso do solo urbano por Villaça (1973) parecem manter sua utilidade explicativa. Para as atividades particularmente sensíveis ao movimento e relações espaciais como o comércio, há uma disputa no mercado pela melhor localização e consegue a melhor localização quem pode pagar por ela. Quando as melhores localizações já estão ocupadas, essas atividades buscam a segunda melhor localização possível no sistema e assim sucessivamente.

Para os estudos configuracionais, a discussão sobre a localização de atividades é examinada de forma conjunta com as propriedades relacionais dos tecidos urbanos e do movimento de pedestres.



Os espaços priorizados para o movimento pelo sistema são os priorizados como localizações comerciais, uma vez que esta atividade busca explorar esse movimento como parte de sua sustentação enquanto atividade econômica. Por sua vez, essas localizações atuam como efeito multiplicador para a localização de outras atividades, ampliando as possibilidades tanto da utilização do movimento por meio do sistema como do movimento de/para as atividades. A configuração, no entanto, permanece como uma parte razoavelmente estável dessa equação, como demonstrado nas

relações explicitadas pela Figura 12, retirada de Hillier et al (1993).

“As atividades, ou os atratores – A – e o movimento afetam-se mutuamente mas as outras duas relações são assimétricas. A configuração – C – pode influenciar a localização de

atratores mas a localização de atratores não pode influenciar a configuração. Do mesmo modo, a configuração pode influenciar o movimento mas o movimento não pode influenciar a configuração. Se boas correlações são encontradas entre o movimento, configuração e atratores, as únicas linhas de influência possíveis são da configuração tanto para o movimento quanto para os atratores, com os dois últimos influenciando-se mutua-mente” (Hillier et al, 1993:31).

Estudos sistemáticos (Hillier et al, 1993; Rigatti, 1997 e muitos outros⁵) demonstram que, para tecidos urbanos tradicionais, a configuração é a causa primária do movimento e um bom indicador da localização das funções urbanas.

No levantamento do uso do solo urbano observou-se, com especial atenção, não apenas o tipo de atividade presente nas áreas urbanas, mas, fundamentalmente, formava-se parte do sistema de atividades utilizado prioritariamente por turista ou por morador. As atividades não-residenciais consideradas de uso prioritário de turista são aquelas que se caracterizam por fazerem parte da estrutura de recepção e de apoio ao turista: hotéis, pousadas, restaurantes, lojas de lembranças, presentes, artesanato, etc. Mais recentemente, assumem posição de destaque também a produção de chocolates e a indústria do mobiliário. Mesmo esses setores exploram uma imagem local – o frio, a origem colonial, a natureza, etc., para a produção e comercialização de produtos diretamente a turistas ou para exportação. De qual-quer modo, sua produção não é destinada aos moradores, muito embora estes também possam consumir tais produtos.

Já para as áreas residenciais, além do levantamento *in loco*, procedeu-se a uma classificação sobre o tipo de usuário principal. Deste modo, as áreas predominantemente residenciais foram classificadas como sendo de uso prioritário de turistas ou de moradores. As áreas residenciais de turistas foram consideradas aquelas que foram produzidas e são utilizadas basicamente por casas de veraneio possuindo, portanto, um uso intermitente. Já as áreas residenciais de moradores são aquelas utilizadas por residentes fixos da cidade possuindo, portanto, um uso mais constante durante todo o ano. Compreende-se que a utilização dos espaços, geralmente, não é tão absoluta e rigorosa, havendo

(5) Veja-se especialmente a produção registrada nos anais dos três Simpósios Internacionais de Sintaxe Espacial, o de Londres, de 1997, o de Brasília, de 1999, e o de Atlanta, de 2001.

residentes fixos no interior de áreas de veraneio e vice-versa. Consideramos, no entanto, a utilização que lhes dá característica e, por isso, utilizamos a classificação por predominância, o que não elimina outras possibilidades de uso, desde que não comprometa, essencialmente, sua classificação. Estas mesmas particularidades podem ocorrer também para as atividades não-residenciais.

Os levantamentos efetuados possibilitaram, também, uma classificação das áreas das cidades segundo sua utilização por padrões socioeconômicos, medidos pelos padrões habitacionais verificados. Deste modo, agregou-se informações que podem ser úteis para se entender as relações entre os padrões sociais e os padrões espaciais que caracterizam a área de estudo.

6.1 – O Uso do Solo em Gramado

Uma observação da distribuição das atividades na área urbana de Gramado (Figura 13) permite a constatação de algumas particularidades. De um modo geral, as atividades não-residenciais tendem a concentrar-se nos eixos de maior integração,

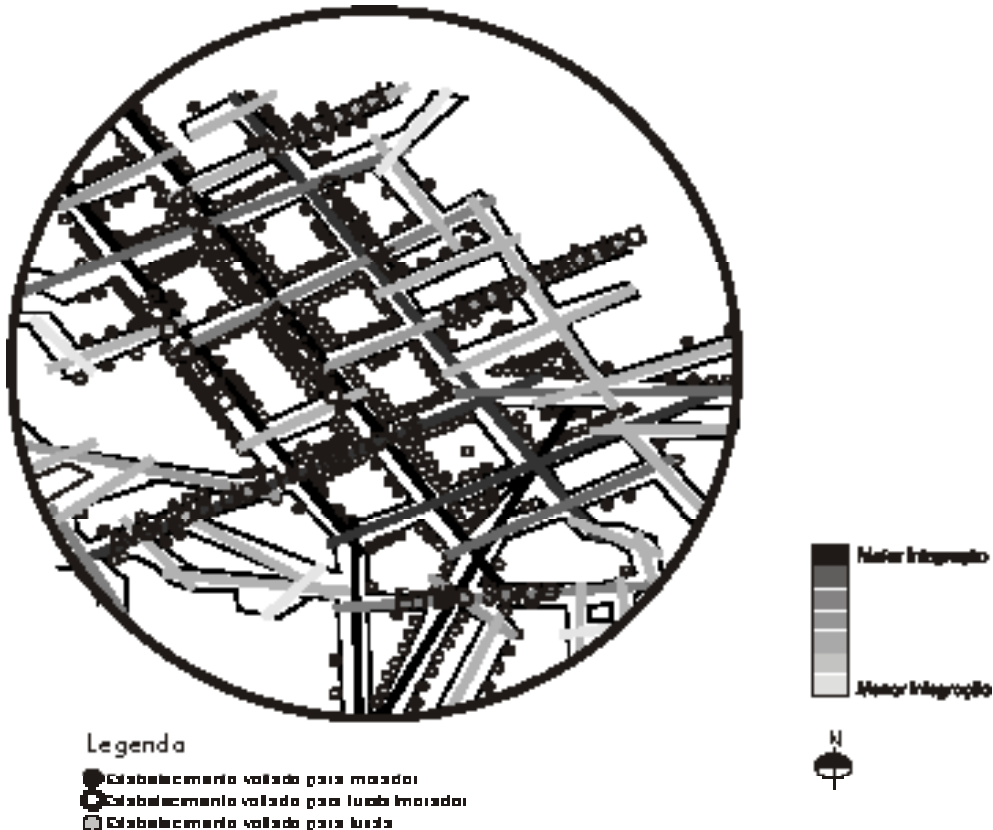


Figura 13 – Uso do solo diferenciado + RN Gramado – Detalhe Área Central
 Fonte: Autor

principalmente na ave-nida das Hortências, rua São Pedro, avenida Borges de Medeiros, rua Garibaldi e algumas transversais, como as ruas Senador Salgado Filho, a Augusto Zatti e Madre Verônica, as quais apresentam um nível de integração espacial um pouco menor que as vias citadas anteriormente.

Já o comércio voltado ao turista se concentra, basicamente, em um trecho da avenida Borges de Medeiros, continuidade do principal acesso à cidade, cruzando a cidade de norte a sul e dando acesso a alguns dos principais equipamentos turísticos, como o Palácio dos Festivais, a Praça Central com seu Posto de Informações Turísticas, a rua Coberta – trecho da rua Madre Verônica – e a Igreja Matriz. A partir da avenida Borges, o comércio de menor poder de competição por localizações ao longo da avenida Borges de Medeiros, vão assumindo as posições mais próximas possíveis nas ruas transversais, misturando-se mais com atividades voltadas ao morador, à medida que se distancia, moldando deste modo os padrões de uso da área central da cidade.

Chama a atenção que a rua São Pedro, uma das vias de maior integração de todo o sistema espacial, o trecho mais ao norte da avenida Borges de Medeiros, bem como a rua Garibaldi, também bastante integradas, concentram uma grande quantidade de atividades voltadas aos moradores. Outra via que apresenta integração média e uma grande concentração de atividades voltadas aos moradores é a rua Tristão de Oliveira, a leste da rua São Pedro e próxima ao cemitério. Deste modo, fica estabelecida uma certa distinção espacial entre os espaços prioritários dos moradores e os dos turistas. Ambos possuem necessidades locais os quais requerem que determinadas atividades de interesse mais geral, mesmo de atendimento mais local, estabeleçam-se em espaços com boa acessibilidade em relação ao conjunto do sistema. Alguns dos espaços bem integrados globalmente são utilizados prioritariamente para a implantação de atividades destinadas aos estranhos ou, no caso, aos turistas. Isto é compreensível pois, deste modo, tanto a penetração de estranhos no sistema bem como a sua circulação em seu interior ficam facilitadas pela utilização de espaços de maior acessibilidade.

Fica claro, então, que, em Gramado, a estrutura espacial busca para o estranho espaços em que pode chegar facilmente bem como circular com facilidade. As características físicas desta parte da cidade, com um grande grau de anelaridade espacial asseguram, também, uma possibilidade de controle espacial mais

difuso, permitindo que o turista usufrua do espaço sem se sentir forçosamente sob um escrutínio constante, deixando-o com uma percepção de maior grau de liberdade.

Das vias com maior integração, observa-se que se privilegiam os trechos mais centrais das entradas e saídas da cidade – partes das avenidas das Hortências, Borges de Medeiros e rua João Petry e, em certo equilíbrio de importância, os espaços principais dos moradores – como as ruas São Pedro e a Garibaldi e o trecho mais central da avenida Borges de Medeiros. Observando-se como as atividades se distribuem no espaço, pode-se dizer que aquelas voltadas para a função turística dominam a avenida Borges de Medeiros e as proximidades das vias que a cruzam, isto é, com o acréscimo de mais um passo de profundidade em relação à principal – avenida Borges de Medeiros. Verifica-se que há uma maior preocupação em manter uma continuidade na distribuição entre a avenida Borges de Medeiros e transversais, tendendo a manter um sistema anelar de uso não-residencial, explorando a anelaridade do movimento, ao invés de distribuir-se em um sistema de espaços paralelos. Desta forma, importantes eixos de integração espacial podem ser utilizados para as atividades que representam aquelas de uso coletivo da população prioritariamente residente. A avenida Borges de Medeiros, eixo do turista, fica em posição central aos eixos dos moradores e paralelamente entre si: um a leste da avenida Borges de Medeiros – a rua São Pedro – e um a oeste – a rua Garibaldi – unificados pelas transversais, onde as atividades não-residenciais são mais voltadas aos turistas quanto são mais localizadas próximas da avenida Borges de Medeiros ou mais voltadas aos moradores, quanto são mais localizadas próximas das ruas São Pedro ou Garibaldi. Esta parece ser uma estratégia importante na organização espacial deste tipo de cidade que recebe uma grande quantidade de estranhos ao sistema como Gramado. Percebe-se que, para Gramado, a intensidade da função turística já produz espacialmente efeitos nos graus de sua especialização funcional.

De particular interesse é o exame do padrão de distribuição espacial da estrutura de acomodação turística formada pelos hotéis e pousadas. O que se observa é que, embora com algumas exceções, de um modo geral, estes tendem a se localizar em espaços com níveis de integração intermediária, ou seja, nem sobre os espaços de maior integração – uma vez que estes tendem a atrair um movimento muito grande de pessoas e veículos, o que poderia comprometer o sossego dos clientes –, nem sobre os espaços de maior segregação,

uma vez que estes dificultariam a mobilidade dos hóspedes. A localização em espaços de integração média é uma estratégia de posicionamento relativo desta atividade que assegura uma tranquilidade maior, mas, ao mesmo tempo, uma boa e fácil relação com os espaços de maior integração onde se situam os serviços de apoio, o comércio para o turista, constituindo-se nos espaços de encontro e de relações dessa categoria. Esta parece ser uma forma de garantir um grau de intimidade espacial, sem comprometer a facilidade de acesso e relação ao conjunto do sistema.

Analisando esses dados com a integração local de Gramado, percebe-se que a distribuição das atividades não-residenciais seja daquelas destinadas preferencialmente para os turistas, seja daquelas de uso prioritário dos moradores, atendem muito mais à lógica da integração global. Isto significa que, mesmo com um certo grau de separação espacial, o comércio e os serviços buscam localizar-se em espaços globalmente integrados, o que garante um maior potencial de utilização, dadas as implicações da integração espacial e o movimento de pessoas e veículos. Em Gramado, o núcleo de integração, com as peculiaridades explicitadas acima, põe em relação turista e morador e é compartilhado entre essas duas categorias sociais, embora as especializações sociofuncionais verificadas.

Em relação à distribuição da atividade residencial (Figura 14) os dados obtidos para Gramado permitem as seguintes observações. Na área central da cidade e no núcleo de integração espacial principal há uma tendência de sobreposição de moradias de veraneio e as destinadas a residentes fixos, principalmente de padrões médios. No restante da cidade se verifica uma maior distinção tanto do ponto de vista do padrão socioeconômico quanto da categoria veraneio/fixa, ou seja, de uso mais eventual ou mais permanente e, de acordo com os procedimentos adotados, de uso de estranhos ao sistema espacial ou de moradores. Deste modo, as áreas residenciais de veraneio e de melhor padrão situam-se próximas ao centro da cidade e próximas da avenida das Hortências e no entorno do Lago Negro, áreas em que os aspectos ambientais compõem de modo bastante evidente. Além destas áreas residenciais de alto padrão em período mais recente, tendem a localizar-se de modo descontínuo em relação ao tecido urbano mais consolidado e, em geral, na forma de condomínios horizontais. São os casos, por exemplo, dos condomínios localizados ao norte da avenida Borges de Medeiros, próximos ao Parque de Exposições Exposerra e os que dão para o

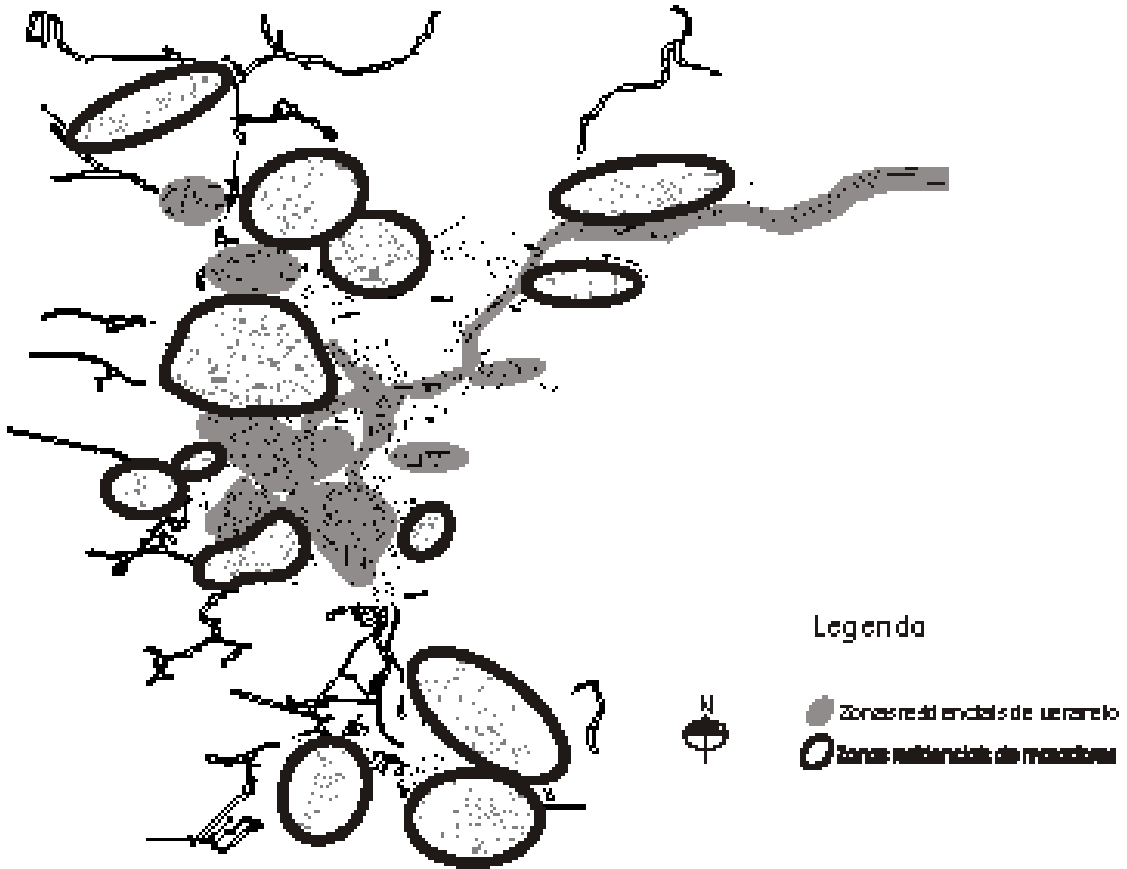


Figura 14 – Zoneamento Residencial em Gramado
Fonte: Autor

Vale do Quilombo. Estas áreas exploram vantagens ambientais de vista e vegetação, tentando manter parcela significativa dos terrenos com cobertura vegetal nativa.

Já as áreas dos moradores de padrões médio-baixo e baixo situam-se de modo quase invisível em relação às áreas mais centrais e de uso dos turistas e distribuem-se no tecido urbano. São áreas essencialmente de trabalhadores e de atividades produtivas. É nessas áreas que se situam grande parte das atividades industriais, como a de mobiliário e de calçados e as de serviços mais pesados como oficinas, por exemplo.

Representativa desta situação e com interessantes características configuracionais é o bairro Carniel, localizado ao longo da estrada Gramado-Canela. Há, aqui, um padrão espacial bastante característico da relação turista-morador: ao longo da RS-235,

globalmente bem integrada, estão localizadas atividades quase totalmente voltadas ao turista – restaurantes, lojas de chocolate, museus temáticos, malharias, lojas de decoração, lojas de móveis, artesanatos, hotéis, pousadas, etc. Em direção ao interior do bairro, a um ou dois passos de profundidade em relação à estrada, encontram-se todo o apoio necessário ao funcionamento das atividades turísticas: tanto fábricas de produtos que possuem lojas na RS-235, como de chocolate, de móveis, esquadrias, etc. bem como as residências de operários que trabalham nessas indústrias ou nos estabelecimentos ao longo da RS-235. Deste modo, o posicionamento espacial dos agentes sociais encontram-se funcionalmente ajustados.

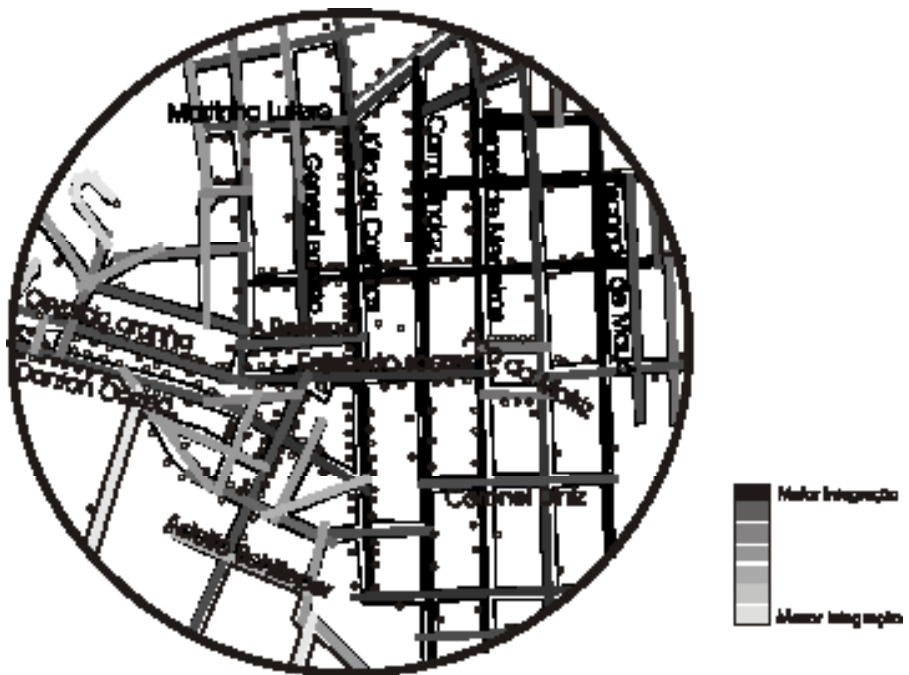
6.2 – O Uso do Solo em Canela

Comparativamente a Gramado, Canela possui uma série de peculiaridades que definem de modo particular a relação estranho-morador. Desde o ponto de vista da distribuição das atividades não-residenciais, percebe-se para Canela uma menor participação dessas atividades e um certo confinamento a determinados espaços (Figura 15). O acesso à cidade pela RS-235, de Gramado, concentra a maior parte das atividades voltadas aos turistas. Essa distribuição se dá pela avenida Osvaldo Aranha e sua continuação em direção à Praça da Matriz, que é a rua Felisberto Soares e contorna as duas laterais norte e sul da praça, tendo a Igreja Matriz como limite e barreira. Deste modo, o turista é encaminhado praticamente em linha reta para o interior do tecido urbano de Canela por praticamente apenas uma via e retorna pelo mesmo caminho utilizado para o ingresso.

É interessante observar que, para o caso de Canela, não são os espaços mais integrados espacialmente os privilegiados para a implantação das atividades turísticas, mas os que representam continuidade espacial em relação à entrada e saída para Gramado. Mesmo que relativamente bem integrados, a avenida Osvaldo Aranha e a rua Felisberto Soares não fazem parte dos espaços de maior acessibilidade no sistema. O que se percebe é que a integração espacial é utilizada para abrigar a organização da cidade como um todo, mas do ponto de vista do morador e não do estranho, como parece ser com mais intensidade o padrão verificado para Gramado. Dessa maneira, as linhas de maior integração abrigam a maior parte das atividades não-residenciais da cidade e aquelas voltadas para o morador, em especial: a avenida Júlio de Castilhos, que faz a continuação da ligação intra-urbana da RS-235 com bancos, lojas, farmácias, armazéns, armarinhos, fruteiras, etc., sendo o

segundo eixo em valor de integração; todo o percurso interno da RS-235, ou seja, a rua João Pessoa e a avenida Cônego Marchesi; a rua Augusto Pestana, a mais integrada de todo o sistema e, em menor medida, mas também importantes enquanto concentradoras de atividades não-residenciais voltadas aos moradores, as ruas Ignácio Saturnino de Moraes, Tio Elias, Dona Carlinda e Borges de Medeiros, sem esquecermos da área no entorno da nova estação rodoviária.

Canela apresenta uma estrutura urbana que corresponde a praticamente duas cidades independentes: uma, menor, voltada ao consumo turístico e outra, grande e forte, que se organiza para o uso cotidiano de seus moradores, quase que sem interferir na anterior. Esta característica é percebida intuitivamente ao se transitar nas áreas mais amplas do que aquelas destinadas aos turistas. Um caso típico é a enorme importância que representa para a cidade, desde seu período de formação, a estrada RS-235 que, no interior



Legenda

- Estabelecimento voltado aos moradores
- Estabelecimento voltado para turistas/morador
- Estabelecimento voltado aos turistas



Figura 15 – Uso do Solo Diferenciado + RN Canela – Detalhe Área Central

Fonte: Autor

da área urbana, concentra um sem-número de atividades voltadas ao conjunto da cidade, apresenta um movimento expressivo, seja de pedestres, seja de veículos e que faz parte do coração de Canela. No entanto, essa complexidade funcional não é facilmente percebida do ponto de vista do estranho que circula concentradamente na estrada e na saída da cidade em relação a Gramado.

A atividade turística em Canela é colocada de tal forma que não compromete para o estranho os espaços-chave do ponto de vista da estrutura de acessibilidade geral da cidade. Esta se distribui em espaços de níveis médios de integração espacial.

A rede de hotéis e pousadas se distribuem segundo uma lógica semelhante a Gramado, isto é, sua localização privilegia espaços de níveis médios de integração, possibilitando simultaneamente intimidade e acessibilidade. Destacam-se as áreas da Vila Suzana, a RS-235, em direção a Gramado e a avenida Osvaldo Aranha, na entrada da cidade como locais nos quais se concentram um maior número de estabelecimentos.

Quando observamos a distribuição da atividade residencial (Figura 16), o peso dado para o morador fica ainda mais evidente. Com algumas exceções, as áreas residenciais da cidade são fundamentalmente destinadas a moradores. Estas últimas apresentam um padrão comum a cidades deste porte na distribuição do poder aquisitivo da população, com padrões médios/altos no centro e proximidades, tornando-se mais populares à medida que se afastam. Aqui, também, deve-se registrar a exceção que representam as áreas de condomínios que também tendem a ser implantados em periferias. Esse padrão de distribuição dos níveis de renda, observados pelos padrões habitacionais, seguem de perto o padrão de distribuição da integração espacial. Assim, a estrutura mais compacta da distribuição da integração em Canela, que vai do centro para a periferia, assemelha-se à distribuição dos níveis de renda da população, com as exceções registradas.

Mesmo que já tenha sido mencionado, é importante reforçarmos a avaliação do processo de ocupação ao longo da RS-235, no trecho entre Gramado e Canela. O movimento de passagem necessário para a ligação entre os dois sistemas, praticamente sem vias alternativas, sobre eixos de grande integração global, é explorado e sustenta uma crescente utilização do solo por atividades não-residenciais e voltadas aos turistas.

7 – Conclusões

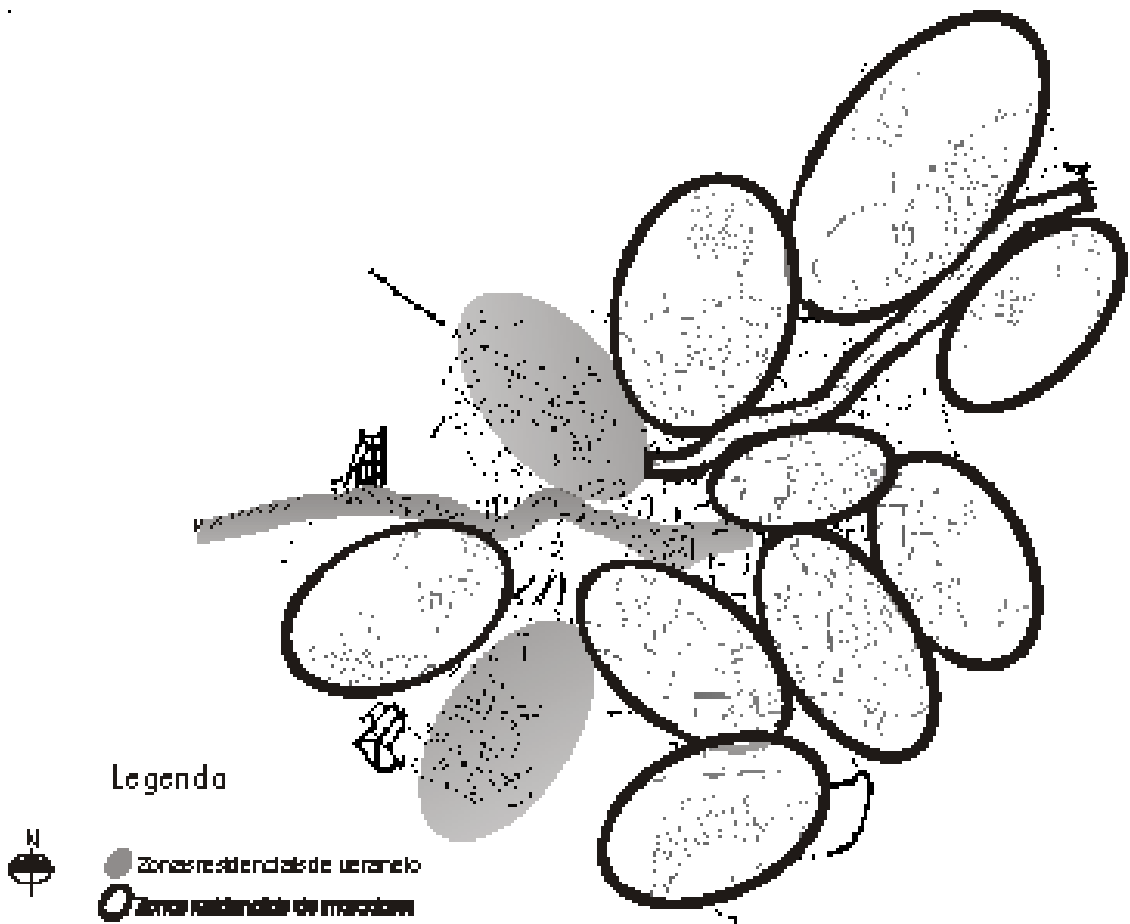


Figura 16 – Zoneamento Residencial em Canela
Fonte: Autor

Gramado e Canela organizam seu espaço para dar suporte a atividades turísticas que são, essencialmente, atividades desenvolvidas para estranhos que, eventualmente, encontram-se nos sistemas espaciais, consomem bens e serviços turísticos, movimentam-se no interior dos sistemas e, finalmente, retiram-se. As relações entre turista e morador, em ambas as cidades, embora apresentem particularidades que as distinguem entre si, definem também características que são semelhantes entre as duas cidades.

Como particularidades importantes, podemos considerar para o caso de Gramado, a diferença do porte da atividade turística em relação a Canela, tanto do ponto de vista quantitativo de espaços utilizados para dar suporte ao turismo, muito superior a Canela,

quanto do ponto de vista de quão pervasiva é esta atividade para o conjunto da cidade, muito mais capitalizada em Gramado e muito mais dirigida para o caso de Canela.

Para Gramado, a atividade turística ocupa um lugar de destaque, tanto no que diz respeito ao grau de comprometimento de áreas urbanas utilizadas para esta finalidade bem como nos tipos de espaços utilizados, seja para as atividades não-residenciais voltadas aos turistas, seja para as áreas residenciais de veraneio. Em Gramado, as atividades não-residenciais voltadas ao turismo ocupam espaços configuracionalmente centrais, tanto quando a consideramos isoladamente quanto quando a consideramos conjuntamente com o sistema espacial de Canela. De qualquer modo, os moradores ainda mantêm para seu uso os espaços sintaticamente mais integrados, produzindo facilidades para a entrada e movimentação dos turistas, mas ao mesmo tempo controlando-os pela utilização de espaços que são os mais integrados e mais diretamente vinculados aos habitantes do sistema espacial e que são dispostos entre os espaços dos turistas.

Canela parece separar de modo mais efetivo o que sejam as atividades turísticas e o movimento relacionado. Os espaços mais na entrada do sistema são os privilegiados para a localização de atividades turísticas, embora não sejam estes os espaços sintaticamente mais relevantes. O sistema espacial vinculado ao morador é mais importante, tanto do ponto de vista da extensão dos espaços utilizados quanto pela utilização dos espaços com maiores níveis de integração espacial. As peculiaridades configuracionais de Canela em sua principal conexão com o exterior que é a ligação com Gramado, com as descontinuidades espaciais presentes, fazem com que seja produzida uma perda interna de integração, quando posta em relação com Gramado.

De comum, ambos os sistemas apresentam um processo mais recente de uma maior segregação espacial de áreas residenciais dos extremos de níveis de renda: as novas áreas de residências de veraneio destinadas a faixas de alta renda tendem a localizar-se em áreas mais segregadas espacialmente, mas com vantagens do ponto de vista de cenário e paisagem, com forte tendência da utilização da figura do condomínio fechado. Já as áreas utilizadas para a moradia de população de rendas mais baixas, embora também tendam a localizar-se áreas sintaticamente segregadas, ocupam áreas com menores qualidades ambientais.

Observando, particularmente, o caso de Gramado, em que a

expansão da atividade turística é acompanhada pela expansão constante dos espaços utilizados para este fim, podemos fazer as seguintes considerações. Já se pode observar um processo de eliminação de moradias e de atividades de uso mais voltado aos moradores em eixos como a avenida Borges de Medeiros bem como nas edificações situadas em suas transversais e mais próximas dos cruzamentos. Podemos imaginar que, em um processo contínuo de crescimento da atividade turística, há uma tendência de, paulatinamente, haver uma substituição constante de atividades e a ocupação cada vez maior dos espaços de maior integração para dar suporte a uma atividade que requer boas condições de acessibilidade e de movimento para os estranhos ao sistema. No limite, poderíamos pensar também em situações que denominaríamos de hiperturismo, nas quais a intensidade da atividade turística é de tal monta que tende a eliminar o morador dos sistemas espaciais. Veneza e Florença, na Itália, parecem ser casos que se enquadram nessa particularidade na medida em que o comprometimento do espaço para a atividade turística tende a espalhar-se para o conjunto do tecido urbano e não apenas para alguns espaços configuracionalmente importantes para a penetração e mobilidade dos estranhos. Neste caso, a tradicional consideração das relações entre distribuição de atividades e configuração espacial não é suficiente para dar conta do fenômeno e novas aproximações são necessárias.

Mesmo que a situação em Gramado e Canela ainda se encontre distante de um hiperturismo, o processo de ocupação espacial da atividade turística, particularmente para Gramado, permite que se observe, mesmo parcialmente, as particularidades relacionadas com o impacto espacial da atividade turística, com a substituição crescente e paulatina de usos dos moradores para usos destinados a estranhos. Em situações de hiperturismo, pela tendência de eliminação do morador do sistema espacial que passa a ser ele também um estranho, as interfaces entre estranhos e moradores ficam diminuídas e podemos perceber nessas situações uma perda da aura e de alguns valores que implicam a atividade turística, ficando muito centrada em alguma particularidade que, no caso de Veneza e Florença, situa-se em seus monumentos.

BIBLIOGRAFIA

CANIGGIA, G., MAFFEI, G. *Composizione architecttonica e tipologia edilizia: 1 – lettura dell' edilizia di base*. 3 ed. Venezia: Marsilio Editori, 1981.

HANSON, J. Order and structure in urban design: the plans for the rebuilding of London after the great fire of 1666. *Ekistics*, v. 56, n. 3334/335, p. 22-42, jan./fev. mar./abr., 1989.

HILLIER, B., HANSON, J., PEONIS, J. Syntactic analysis of settlements. *Architecture et comportement/ Architecture and Behaviour*, v. 3, n. 3, p. 217-231, 1987.

HILLIER, B. The architecture of the urban object. *Ekistics*, v. 56, n. 334/335, jan. fev./mar. abr., 1989, special issue – Space syntax: social implications of urban layouts, p. 5-21.

____. *The space is the machine*. Cambridge: Cambridge University Press.

HILLIER, B., HANSON, J. *The social logic of space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HILLIER, B. et al. Natural movement: or configuration and attraction in urban pedestrian movement. *Environment and Planning B: Planning and Design*, v. 20, p. 29-66, 1993.

MITCHEL, W. The revenge of place. In: SPACE SYNTAX 3RD INTERNATIONAL SYMPOSIUM PROCEEDINGS. Atlanta, Georgia Institute of Technology, 2001. p. 01.1-01.6.

PEONIS, J. et al. The spatial core of urban culture. *Ekistics*, v. 56, n. 3334/335, p. 43-55, jan./feb. mar./apr., 1987.

RIGATTI, D. *Morfologia urbana, memória coletiva e formas de socialidade em Porto Alegre: O centro da cidade*. Relatório final de pesquisa ao CNPq. Porto Alegre, o autor, 1991.

____. *Cidade e memória*. Relatório de Pesquisa à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: o autor, 1993.

____. Apropriação social do espaço público: Um estudo comparativo. *Paisagem e Ambiente Ensaios*. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP, n. 7, p. 141-197, jun. 1995.

____. *Do espaço projetado ao espaço vivido: Modelos de morfologia urbana no Conjunto Rubem Berta*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

____. O processo de desenho em conjuntos habitacionais. *Paisagem e Ambiente Ensaios*. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP, n. 11, p. 203-276, 1998.

____. Tipologia espacial como uma instância dos layouts urbanos. *Paisagem e Ambiente Ensaios*. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP, n. 13, p. 181-201, 2000.

TEKLENBURG J. A. F., TIMMERMANS, H. J. P., WAGENBERG, A. F. van. *Space syntax: standardized integration measures and some simulations*. Artigo apresentado na 22^a ANNUAL CONFERENCE OF THE ENVIRONMENTAL DESIGN RESEARCH ASSOCIATION, mar., 1991, Oaxtepec, México.

VILLAÇA, F. *O uso do solo urbano*. São Paulo: Cepam, 1973. mimeo.

DESENHO DE PAISAGEM URBANA: AS CIDADES MÉDIAS DO INTERIOR CENTRAL PAULISTA

Paula da Cruz Landim

Arquiteta pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, mestre em geografia pelo Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Unesp – Rio Claro, doutora em arquitetura pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, professora da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp – Bauru.



PAISAGEM

RESUMO

Este trabalho focaliza a homogeneidade da paisagem urbana das cidades de porte médio do interior do estado de São Paulo do ponto de vista de seus determinantes paisagísticos. A origem socioeconômica das cidades determina, em um primeiro momento, sua configuração, a qual, esgotado o estímulo inicial, passa a incorporar as imagens formais das grandes cidades. Estas imagens estão claramente representadas de um modo específico na paisagem urbana dessas cidades, evidenciando os reflexos formais e funcionais das paisagens dos grandes centros, e na geração de valores estéticos e de uso do espaço relacionados aos aspectos formais e visuais que se fazem presentes em suas paisagens. A legislação que define os padrões de ocupação urbana, os quais por sua vez definem a configuração física da paisagem, trabalha basicamente o espaço físico-territorial, alienando-se dos demais componentes da problemática urbana, e, desta forma, as cidades se homogeneizam. Ou seja, gera um discurso urbanístico pobre e o que se faz é generalista. A paisagem da cidade média paulista é então homogênea como consequência desta forma de ocupação homogênea. Como contraposição à paisagem homogênea, algumas condições ambientais e paisagísticas locais, como a presença de um rio ou de uma topografia acidentada, servem de início como determinantes para projetos urbanísticos/paisagísticos diferenciados e característicos para cada cidade, mas no momento seguinte os elementos da "moda" entram na composição da paisagem, descaracterizando o padrão diferenciado inicial.

ABSTRACT

This work focuses the homogeneity of the urban landscape of the cities of medium size in the countryside of the state of São Paulo. The formal images of the great cities are represented in a specific way in the urban landscape of the medium cities, evidencing the formal and functional reflexes of the landscapes of the great centres over the landscape of the cities of the countryside, generating values related to its formal and visual aspects. The morphologic structure of these cities is homogeneous due to the reflexes of the socio-cultural dominant patterns present in the landscapes of the centres with larger socio-economic influence, that generate aesthetic values for the urban space use related to the formal and visual aspects present in its landscapes. The landscape of the medium city from São Paulo state is then homogeneous as a consequence of this form of homogeneous occupation, which is due to the standardized codes of work and managing plans, as well as to similar cycles of development, what results in uniform urbanization patterns, associated to the similar architectural and used material typologies. In opposition to the homogeneous landscape, the development of aesthetic values starting from environmental conditions and local characteristics can be useful as good tools for making differentiated urbanistic/landscape projects proper for each city.

DESENHO DE PAISAGEM URBANA: AS CIDADES MÉDIAS DO INTERIOR CENTRAL PAULISTA

As cidades de Bauru, Jaú, São Carlos localizadas no Planalto Ocidental, e Limeira, Piracicaba e São Carlos na depressão periférica são o objeto deste estudo. Nestas cidades se observou a maneira como suas paisagens se formalizam e se organizam, pela análise de suas configurações, identificando quais foram os agentes homogeneizadores, e verificando como a paisagem se estruturou a partir destes elementos. A análise da estrutura morfológica dessas cidades permite montar um quadro claro desta similaridade/especificidade.

Pode-se observar como as paisagens se formalizam e se organizam, por meio da leitura das configurações urbanas, identificando quais seriam os agentes homogeneizadores, e verificando como a paisagem se estrutura a partir destes elementos.

A homogeneidade dos padrões morfológicos urbanos no interior paulista está ligada a ciclos de desenvolvimento semelhantes, tais como a expansão cafeeira e o conseqüente incremento da rede ferroviária, e depois rodoviária, que imprimiram às cidades um padrão de urbanização bastante similar.

A princípio a arquitetura edificada sobre os lotes é bastante convencional e simples, constituindo-se em um casario baixo e térreo, nos primeiros tempos da urbanização e assobradado nos anos de 1980 e 1990, fornecendo uma configuração de paisagem urbana homogênea. A rua é o espaço livre inicial, constituído por parcelamento e construções similares, formando calhas, que se repetem.

Nas cidades analisadas, na maioria dos casos, a topografia, geralmente, não apresenta características suficientemente marcantes para constituir paisagens diferenciadas, e, paralelamente, a legislação sempre reforçou a homogeneidade, ao mesmo tempo em que a similaridade nas formas de apropriação e parcelamento do solo retroalimentam o processo.

(1) IPT. *Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo*, 1981.

Os padrões homogêneos estão, então, basicamente relacionados ao papel da legislação, ao parcelamento do solo, ao sítio e ao suporte físico.

A legislação urbanística fortalece e/ou direciona a estrutura similar de paisagem, e representa a possibilidade oficial de manutenção, reforço, ou ainda destruição da paisagem, pois segundo Macedo (1998):

“um outro caso, de aplicação indiscriminada de um modelo se deu na definição das leis orgânicas municipais, também nos pequenos municípios, que em muitos casos são meras cópias de ‘cartilhas’, sem nenhuma consideração com a identidade social, ambiental e paisagística do município”. (p. 79)

Os padrões morfológicos fornecem um modelo de paisagem, ao qual está ligado um modelo de qualidade de vida, no qual a sociedade passa a valorizar a presença dos elementos morfológicos globais que estão em sintonia com os centros de poder. Novamente segundo Macedo (1995, p. 50), *“os padrões de organização espacial dos mais ricos, paradoxalmente, são reproduzidos, como todos os demais, típicos das elites sociais, de um modo reduzido, e na medida possível por todas as camadas sociais”.*

Estes elementos e a sua organização, em pouco diferem, em termos de representação e significado, daqueles encontrados em paisagens representativas de outros momentos históricos, que igualmente se constituíam em modelos. Os elementos que conferem legibilidade ao espaço urbano são os mesmos, mas a leitura é diferente.

Para a população, o que muitos consideram como estruturas exógenas à paisagem local substituída, como os prédios de apartamento ou o shopping, são justamente aqueles elementos que conferem um sentido de modernidade à sua cidade.

Dois fatores são fundamentais para justificar tais configurações e posturas: a velocidade com que as estruturas originais são substituídas por outras, e a disponibilidade tecnológica, que permite a reprodução fiel de estruturas e formas exógenas, na qual os processos e materiais não mais ilustram as características e recursos locais.

As cidades do interior central paulista, ao final do século 20, caracterizam-se por se situarem em áreas praticamente planas, como ilustra a Figura 1, apenas com leves ondulações, cortadas por rios ou não, observado na Figura 2, pela ferrovia, como é o caso da Figu-

Figura 1 – Limeira, SP
Crédito: Autora



Figura 2 – Piracicaba, SP
Crédito: Autora



Figura 3 – Limeira, SP
Crédito: Autora





Figura 4 – Rio Claro, SP
Crédito: Autora

ra 3, e/ou por grandes eixos rodoviários, presente no exemplo da Figura 4, sendo que estas barreiras, naturais ou construídas já foram, em sua maioria, ultrapassadas pelo crescimento da mancha urbana.

São cidades horizontais em sua maioria, onde a verticalização é pontual ou restringe-se à área central, e com significativa arborização urbana.

Estas cidades tendem a crescer ao longo da barreira, seja ela qual for, sendo que, em geral, os bairros populares se localizam além da barreira, e os da classe mais abastada do mesmo lado do centro. Esta área central, geralmente, está próxima à ferrovia ou à antiga ferrovia e distante das rodovias.

Os bairros residenciais das elites normalmente ocupam os melhores lugares, refletindo seus valores sociais, as exigências de condições de segurança, salubridade e beleza, que variam no contexto de cada situação histórica, atendido prioritariamente o requisito da acessibilidade, ilustrado nos exemplos das Figuras 5A e 5B.

Nas cidades médias, para as camadas de alta renda é atribuída uma infra-estrutura urbana no setor por ela ocupado, passando a haver uma certa segregação dos usos do solo em áreas específicas.

As camadas populares ocupam os resíduos do espaço urbano, ou também áreas distantes, contribuindo para a especulação imobiliária. E, tendo como mercado de trabalho a indústria, o setor terciário, ou o subemprego, passam a habitar perto dos locais de trabalho.

Nos bairros mais antigos e centrais, as construções são alinhadas na via pública e nas divisas do lote, sendo que se observa uma

Figura 5A – Rio Claro, SP
Crédito: Autora



Figura 5B – Bauru, SP
Crédito: Autora



monotonia construtiva muito grande nas fachadas, que só raramente é quebrada pelos materiais e/ou pelas cores utilizadas, exemplificado nas Figuras 6A e 6B.

Nos bairros mais novos encontram-se casas com gabaritos diferentes, algumas com recuo frontal e/ou lateral, obedecendo aos recuos permitidos em cada bairro, como está ilustrado nas Figuras de 7A até 7D.

A organização básica e homogênea das periferias formais da cidade média está calcada principalmente na legislação municipal de loteamento e uso do solo, que reflete os interesses de incorporadores e dos proprietários do solo urbano, ou seja, vai refletir o interesse dos grandes proprietários de glebas de terra adquiridas em áreas



Figura 6A – Limeira, SP
Crédito: Autora



Figura 6B – Rio Claro, SP
Crédito: Autora



Figura 7A – São Carlos, SP
Crédito: Autora

Figura 7B – Limeira, SP
Crédito: Autora



Figura 7C – Bauru, SP
Crédito: Autora



Figura 7D – Jaú, SP
Crédito: Autora



distantes do centro, tendo em vista a futura especulação imobiliária. Em função do crescimento urbano, estas porções de terra são transformadas em loteamentos residenciais dos mais variados tipos, ou ainda desapropriadas por parte do poder público municipal para construção dos conjuntos habitacionais e distritos industriais, sendo que a configuração final é fornecida pelo mercado imobiliário, que vai determinar, com a instalação de seus empreendimentos, os elementos formais da paisagem urbana.

As formas urbanas são decorrências, nessas cidades, de códigos de obras e planos diretores bastante semelhantes, que vão determinar as larguras das vias e calçadas, altura das edificações, recuos nos lotes, localização de praças e afins, locação de terminais de carga, rodoviárias, distritos industriais e aeroportos entre outros, partindo



Figura 8A – São Carlos, SP
Crédito: Autora



Figura 8B – Limeira, SP
Crédito: Autora

de um ideal comum, determinado pelo mercado imobiliário, os quais foram criados para regulamentar a espontaneidade do crescimento original das cidades, gerando assim, novamente, paisagens homogêneas.

Associadas às formas de ocupação urbana semelhantes, encontram-se as mesmas formas de tipologias arquitetônicas, as quais se associam também a utilização de material de acabamento comum. Estes elementos ordinários, pertencentes ao repertório formal da grande maioria da população, principalmente no que se refere às moradias, geram soluções espaciais e volumétricas que dão forma à cidade, o que as homogeneiza, conforme está ilustrado nas Figuras de 8A até 8D.

Figura 8C – Piracicaba, SP
Crédito: Autora



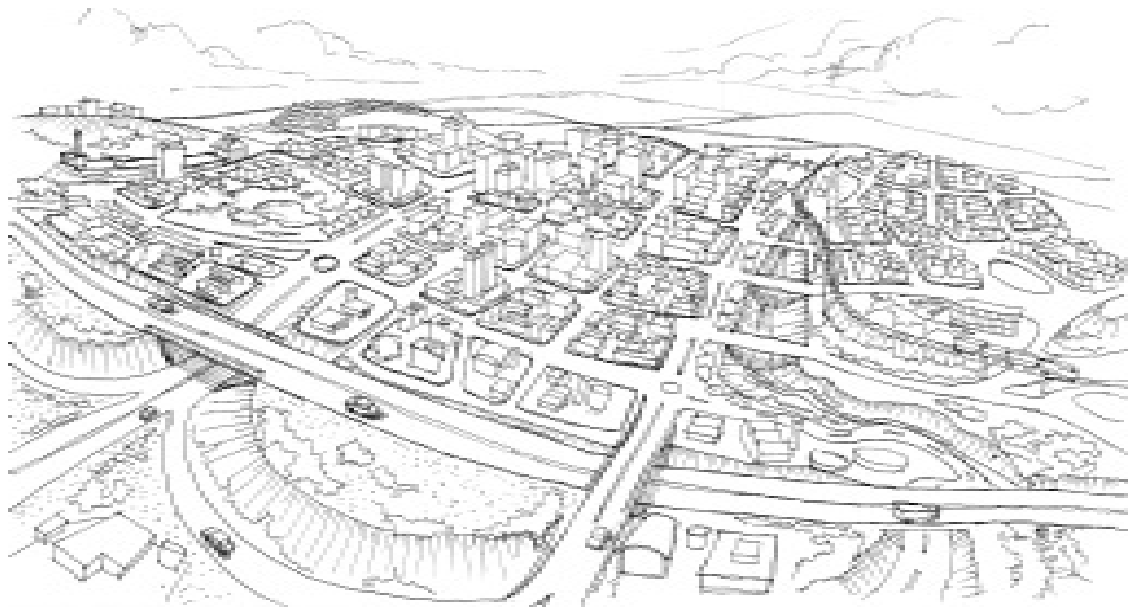
Figura 8D – Bauru, SP
Crédito: Autora



A partir da configuração morfológica e espacial anteriormente descrita, identificam-se os tipos de tecidos urbanos e de elementos construídos.

Estes padrões morfológicos são identificados na maioria dos conjuntos urbanos de médio porte do interior central paulista, sendo que a espacialização destes padrões obedece a uma lógica similar que se baseia em antecedentes comuns de formação urbana.

Pode-se então construir uma “paisagem padrão”, uma imagem destas cidades por meio de uma representação hipotética, como se observa na figura 8E, a seguir.



Tem-se que sua estrutura espacial pode ser subdividida basicamente em: **malha urbana, tecido urbano e referenciais urbanos**. Seus elementos, por suas características e similaridades, eventualmente podem aparecer em mais de um grupo.

Na **malha urbana** se inclui a estrutura viária propriamente dita e suas articulações. Sobre esta malha formam-se diferentes tipos de **tecido urbano**, constituído por volumetrias construídas e plantas similares, destinadas a uso específico, e espaços livres de diferentes funções.

O **tecido urbano** é subdividido em **tecido convencional** no qual está incluída a área central, o centro expandido, a **área habitacional central** e o **casario convencional**, em uma

especialização concêntrica, **“tecido jardim”**, constituído dos “bairros-jardins” e dos condomínios fechados, na periferia urbana, e **tecido habitacional popular** que diz respeito aos conjuntos habitacionais, tanto os unifamiliares como os verticais e os não-institucionais, e ainda o casario popular. Situados na periferia da mancha urbana, muitas vezes além das barreiras construídas, principalmente rodovias, e geralmente desarticulados do tecido urbano original, justamente pela localização, que impede esta articulação. E ainda a **área verticalizada**, o **campus universitário**, o **distrito industrial**, e os **cemitérios**, fragmentos de tecido urbano, que também funcionam como marco referencial.

Os **referenciais urbanos** podem ser construções significativas e de algum destaque, seja pela dimensão, pelo uso ou por ambos, ou estruturas urbanas e/ou trechos do tecido urbano que funcionam como marco dentro da paisagem.

Entendeu-se por **construções significativas** as instalações ferroviárias, os colégios tradicionais, o centro cultural e/ou teatro, os clubes, os ginásios esportivos, o terminal rodoviário, o aeroporto, os shopping centers e/ou entrepostos comerciais. As construções significativas não apresentam uma tipologia arquitetônica semelhante; entretanto, obedecem a uma localização similar.

As **estruturas urbanas**, neste caso entendidas por aquelas que funcionam como referenciais e/ou marco na paisagem: a rua principal de comércio, a praça principal, os parques urbanos e/ou grandes massas de vegetação, as avenidas de acesso, os centros de bairro, a avenida com atrações noturnas, as rodovias e/ou anel viário e os cursos e/ou corpos d’água.

A homogeneidade da paisagem urbana das cidades de porte médio do interior central do estado de São Paulo pode, então, ser compreendida a partir de dois componentes: seus determinantes locais, fundamentados nas origens semelhantes destas, e as atuais aspirações da população, induzidas pelos padrões das grandes cidades, considerados representantes de um *status* civilizado e moderno.

A abordagem é **morfológica**, em que as questões pertinentes à urbanização e aos aspectos socioeconômicos aparecem como subsídios. A idéia principal é a discussão da cidade do **cotidiano**, o lado da paisagem urbana, no qual a similaridade morfológica na paisagem da cidade de porte médio do interior é evidente, principalmente por tratar-se de cidades com origem e formação

similar e onde, paralelamente, o sítio natural não apresenta grandes particularidades.

Os elementos ditos excepcionais de suas paisagens são os mesmos que identificam morfologicamente trechos importantes das grandes cidades, verdadeiros ícones funcionais e paisagísticos, e que devido à sua adequação ao perfil sociofuncional das cidades em questão, reproduzem-se com os mesmos critérios locais e formais pelo interior paulista.

Podem ser considerados como tais os shopping centers, centros culturais, rodoviárias e até mesmo as áreas verticalizadas, nestas urbes, restritas a trechos-padrão, como áreas centrais e suas vizinhanças. Estes marcos se contrapõem à homogeneidade do casario, reforçando formalmente os padrões de similaridade. A reprodução de modelos de uso e organização do espaço está associado a um conceito cultural de valor (estético e de uso do espaço urbano).

A influência social, cultural e econômica se reflete na organização do espaço urbano, e devido a estes reflexos dominantes, reproduzem-se, até com certo sucesso, os elementos presentes nas paisagens dos centros com maior influência. Assim as imagens formais das grandes cidades são claramente representadas de um modo específico na paisagem urbana das cidades médias, estabelecendo os reflexos formais e funcionais das paisagens dos grandes centros sobre a paisagem das cidades do interior, gerando um valor relacionado aos seus aspectos formais e visuais, em que neste processo de influência é claramente representado na paisagem urbana das cidades interioranas paulistas. Estas cidades incorporam valores que sintetizam padrões qualitativos da cidade brasileira, na qual elementos e estruturas dos grandes centros estão presentes, ainda que organizados de uma maneira mais simples e com um porte menor.

A relativa facilidade encontrada na substituição de elementos originais de épocas passadas se deve principalmente à inexistência de características marcantes destes elementos na paisagem, tornando-os facilmente descartáveis e substituíveis por outras estruturas advindas dos centros de dominação sociocultural e, portanto, pelas novas formas de representação dos valores socioeconômicos vigentes em outros centros maiores, tanto nacionais como internacionais, pois de acordo com Santos (1999):

“A cada novo momento, impõe-se captar o que é mais

característico do novo sistema de objetos e do novo sistema de ações. Os conjuntos formados por objetos novos e ações novas tendem a ser mais produtivos e constituem, num dado lugar, situações hegemônicas. Os novos sistemas de objetos põem-se à disposição das forças sociais mais poderosas, quando não são deliberadamente produzidos para o seu exercício.”
(p. 78)

A cidade de São Paulo, um dos grandes referenciais, e geradora de padrões urbanísticos brasileiros, é a síntese de um processo socioeconômico geral do país, que se representa formalmente em escalas diversas nos grandes centros e nas cidades de porte médio. No caso das cidades do interior do estado de São Paulo, este processo de influência da paisagem urbana se estrutura a partir da paisagem que se configura na cidade de São Paulo, e de cidades do porte de Campinas e/ou Ribeirão Preto, as quais por sua vez se referenciam, por exemplo: os novos padrões de uso do solo, como os condomínios fechados e a verticalização, o tratamento das áreas públicas de edificação, como o padrão de arborização e jardinagem urbana, as tipologias arquitetônicas, o desenho de pisos e calçamentos, e ainda pela arquitetura símbolo de edifícios, tais como redes de lojas e instituições financeiras, entre outras.

Estes novos elementos se constituem em representações de uma influência cultural, que indica “modernidades formais”, uma representação de estruturas do poder, e assim sendo as manifestações locais tendem a tomá-las como modelo, realimentando o ciclo da homogeneização da paisagem, levando a não-caracterização da paisagem por meio de uma homogeneização formal por intermédio de um processo contínuo de formas importadas, caracterizado pela reprodução de ícones espaciais e arquitetônicos exógenos.

Estes elementos estão presentes no repertório formal criado a partir de viagens feitas aos centros dos quais emanam estes valores, dos manuais e revistas de construção civil e ainda dos padrões determinados pelo mercado imobiliário, como ilustram as Figuras 9A e 9B.

Esta homogeneização formal urbana não conduz necessariamente a situações de degradação ou de baixa qualidade de vida, pois, “a forma física não é a variável fundamental cuja manipulação deverá provocar a mudança. O nosso cenário físico é um resultado direto do gênero de sociedade em que vivemos”. (Lynch, 1999, p. 101) A questão está, entretanto, na extrema centralização e padronização



Figura 9A – Bairro residencial de classe média alta, em Florianópolis, SC. Os padrões arquitetônicos aqui presentes fornecem o repertório formal, sendo que, por sua vez, também são cópias de elementos encontrados em outros centros, em um processo de retroalimentação
Crédito: Autora



Figura 9B – Ilustração de propaganda imobiliária, notar a similaridade dos padrões fornecidos pelo mercado imobiliário
Fonte: O Estado de S. Paulo

de soluções urbanísticas e arquitetônicas adotadas, tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada, que simplesmente adotam e sobrepõem aos mais diversos tipos de paisagens e ambientes, padrões urbanísticos e arquitetônicos estereotipados, eximindo-se de propor outras soluções mais próprias às realidades locais, correndo o risco de incorrerem nos mesmos erros praticados nos grandes centros, nos quais a crise paisagística-ambiental é um fato. Adotam-se, por exemplo, padrões urbanísticos de zoneamento para áreas verticalizadas, menos rígidos que na cidade de São Paulo, que conta com restrições até avançadas, mas ainda insuficientes.

O espaço urbano é, desta forma, construído a partir de generalizações técnicas, que desrespeitam, desconsideram outras possíveis soluções

mais adequadas às características locais. A qualidade urbana se perde com legislações malfeitas, como a importação de ícones, e com o fato de a perda de oportunidade de identidade própria não ser uma questão em discussão.

Existe, então, um balizamento formal urbano por padrões altamente genéricos, e mais simplificados, que não representam de fato as condições urbanísticas viáveis de implementação em cada núcleo. O que ocorre é uma reprodução dos espaços da classe dominante, ainda que em dimensões reduzidas, reforçando os arquétipos sociais e os modelos de dominação.

Na tentativa de alcançar um grau de satisfação pertencente às elites, até como forma de aspiração social, já que não pertencem à classe dominante, as classes médias em especial, que nessas cidades se constituem em um segmento importante da população urbana, copiam ao menos seu repertório formal.

Paralelamente, a adoção de planos e normas urbanísticas que fortalecem e ratificam o surgimento de formas urbanas não-necessárias, como a já citada verticalização, fortalecem o processo de cópia, que é gerenciado em grande parte pelo mercado imobiliário.

Porém, ao se copiar a forma sem seu contexto, surgem soluções inadequadas em relação à morfologia do relevo, ao clima local e ainda à criação de uma estética desvinculada do comportamento local, cotidiano. Essa prática, ao mesmo tempo em que não possibilita que se atinja o ideal de aspiração social, também impede a experimentação de soluções mais específicas a cada caso.

Um paradigma projetual urbano adotado é um arquétipo da rua e da casa característica do bairro-jardim paulistano, arborizado, com edificações isoladas no lote, traçado sinuoso, nem sempre adotado nas cidades médias do interior central paulista. Este padrão simplificado é adotado sem reflexão sobre as particularidades de uso, clima e de forma das variadas áreas urbanas, sendo que este modelo é totalmente respaldado pelas legislações municipais.

Paralelamente se observa a constituição de um casario comum, que abriga as classes média e baixa, reproduzido em miniatura, de uma forma mais acessível, as outras classes sociais.

A classe média, na impossibilidade de adquirir um lote que permita implantação semelhante, permite-se adaptações sobre a malha urbana convencional, dando origem a construções com recuo frontal

e ao fundo.

A legislação que define os padrões de ocupação urbana, os quais por sua vez definem a configuração física da paisagem (nem sempre verificado nos bairros pobres, onde a burla à legislação urbanística é, por vezes, a regra geral), trabalha basicamente o espaço físico-territorial, alienando-se dos demais componentes da problemática urbana, e, desta forma, as cidades se homogeneízam. Ou seja, existe um baixo discurso urbanístico e o que se faz é generalista, colaborando para a pasteurização.

Assim, ao balizar-se pelos parâmetros das elites, a obrigatoriedade de padrões para a cidade como um todo, mesmo onde estas soluções não tenham as mínimas condições reais de ocorrerem, resulta em uma má qualidade de vida urbana, que irá se refletir na formação da paisagem, haja vista que a paisagem reflete uma realidade determinada por parâmetros vários.

Desde os tempos do Brasil colônia, a classe dominante ditava as regras na produção do espaço urbano. Antes da Independência a normatização vinha de Portugal, como forma de controlar a vida na colônia e reforçar a dependência em relação à metrópole. No século 19 a modernização da cidade é feita por e para as elites, e estende-se até os dias de hoje. A legislação sempre refletiu os interesses da classe dominante, sendo para e por ela criada, e direcionou a configuração urbana, e conseqüentemente a formação da paisagem.

A industrialização da Europa e dos Estados Unidos, e posteriormente de outros lugares, na segunda metade do século 19, significou uma grande transformação nas cidades, fazendo com que elas assumissem a forma que ainda hoje se desenvolve, ou seja, *“uma pequena classe construiu uma nova paisagem para permitir uma produção mais rentável e uma concentração acumulada de capital”*, e onde:

“sempre que possível, o trabalho e a residência foram separados por tipo e por classe – em certa medida para melhorar a eficiência, mas especialmente para controlar a ameaça da violência e da doença, e para afastar dos olhares da classe superior a mão-de-obra laboriosa que sustentava os seus rendimentos”. (Lynch, 1999, p. 27-30)

Ou ainda, segundo Benevolo (1991):

“A cidade burguesa que se desenvolve depois da revolução industrial é, com certeza, diferente de todo modelo anterior, antes de tudo por seus elementos mensuráveis: as quantidades em jogo (número de habitantes, número de casas, quilômetros de estradas, número e variedade dos serviços e das aparelhagens) e a velocidade das transformações; as diversidades quantitativas produzem, somando-se, uma diversidade qualitativa, isto é, tornam impraticáveis os antigos instrumentos de controle, que estão baseados justamente numa limitação conhecida das quantidades e das velocidades, e propiciam o surgimento de novas oportunidades e de novos riscos que só podem ser comparados com novos instrumentos de projeção e de gestão: voltam a propor, por conseguinte, de maneira integral e pela primeira vez depois da Idade Média, o problema do planejamento urbano.” (p. 22)

Segundo Macedo (1998), este controle se acentua com as alterações sobre a posse da terra na formação da moderna nação brasileira e as respectivas formas de controle exercidas pelo Estado, representadas principalmente pelo poder municipal, como forma de ordenar as formas de ocupação urbana.

De acordo com Villaça (1998, p. 12), *“a estrutura territorial é socialmente produzida e ao mesmo tempo reage sobre o social”*, ou ainda, segundo Reis Filho (1994 p. 09), *“nas obras e nas formas de sua produção e uso, é possível compreender as condições de vida e as etapas de evolução das cidades.”*

O espaço construído a partir de generalizações técnicas impede e/ou não considera outras soluções mais adequadas às características locais.

A homogeneidade dos padrões morfológicos, no caso em foco a gênese destas cidades está vinculada a ciclos de desenvolvimento semelhantes, tais como a expansão da produção cafeeira no início do século 20 e o consequente incremento da rede ferroviária, e posteriormente, o ciclo rodoviário, imprimiram às cidades um padrão de urbanização bastante similar. Segundo Matos², é indiscutível a importância da ferrovia na paisagem urbana das cidades do interior do estado de São Paulo.

Aliado a este fator convém ressaltar que ao repetir nas cidades do interior os elementos formais urbanísticos ou arquitetônicos

das cidades de São Paulo ou do Rio de Janeiro, procurou-se uma sintonia com este mesmo poder e/ou uma identidade com a modernidade vigente. Segundo Marx (1980):

“As peculiaridades destas centenas de aglomerações novas são excepcionais entre nós pela regularidade de conjunto em cada uma. Como Mococa, Matão, Bauru ou Gália, os espigões ou chapadas acomodam ruas em tabuleiro de xadrez e uma sempre presente praça central, a matriz. Paisagem e referência usuais no oeste paulista, que conferem feição marcante monótona, tanto aos estabelecimentos rurais como urbanos.” (p. 36)

Paralelamente, diferentemente da cidade de São Paulo, onde ainda podemos encontrar vestígios de um centro histórico, ainda que conurbado, resultante da não-adaptação dos usos atuais àquele espaço de implantação colonial, ou ainda, cidades como o Rio de Janeiro, onde além dos mesmos elementos igualmente presentes em São Paulo, a natureza é parte integrante e significativa da paisagem urbana, nas cidades mencionadas na citação acima a monotonia é reforçada pela falta destes elementos. E ainda, não é possível verificar nessas estruturas urbanas calcadas, em geral, no reticulado xadrez, e projetadas para a escala do automóvel, percursos que despertem a curiosidade para o que acontecerá na próxima esquina.

De fato, essas situações só ocorrem em contextos particulares, como no caso de condomínios fechados, em alguns projetos de praças e parques urbanos, em cidades turísticas e/ou históricas, ou qualquer situação em que o enfoque seja centrado no pedestre e no estar em público, e não área de passagem, como pode ser observado nas



Figura 10A – Águas de Lindóia, SP
Crédito: Autora

Figura 10B – Bauru, SP
Crédito: Autora



Figuras 10A e 10B.

Essa ocorrência pode ser também observada em assentamentos espontâneos, no caso favelas, na qual a organização independe do automóvel.

As paisagens destas cidades de fato nunca apresentaram características particulares significativas, e tampouco isto seria possível, se pensarmos em sua origem comum, e principalmente em sua formação urbana similar.

Em seus agenciamentos originais, o sítio natural não propicia, normalmente, pontos especiais passíveis de destaque, fato que justifica também a falta de identidade própria nestas cidades. Desta forma os elementos originais da paisagem das cidades paulistas são bastante simplificados, podendo-se observar apenas alguma distinção quanto à organização das áreas públicas livres de edificações. Estes elementos originais raramente se apresentam como um elemento configurador da paisagem, não chegando mesmo a constituírem-se em imagens plenas de significado para sua população.

São cidades muitas de origens ferroviárias, outras feitas diretamente pela companhia ferroviária, outras tantas construídas ao longo de rodovias, e que são resultado de um processo de urbanização extensa e homogênea, típica da formação urbana do interior do estado de São Paulo.

Portanto, pode-se afirmar que estes padrões morfológicos fornecem um modelo de paisagem, ao qual está ligado um modelo de qualidade de vida, em que a sociedade passa a valorizar a presença dos

elementos globais que estão em sintonia com os centros de poder.

A paisagem da cidade média do interior central paulista é então homogênea, como consequência desta forma de ocupação homogênea, a qual é decorrente de códigos de obras e planos diretores padronizados, bem como ciclos de desenvolvimento semelhantes, o que resulta em padrões de urbanização uniformes, associados a tipologias arquitetônicas e material de acabamento similares.

Na verdade falta a essas cidades ações de projeto, das quais o desenho urbano é uma delas, visando um projeto urbano de paisagem, uma configuração urbana concebida a partir de uma intenção clara e definida, de um objetivo social, de chegar-se a uma configuração urbana preestabelecida.

E, justamente pela falta de um projeto de ação específico para cada local é que as cidades se configuram a partir da reprodução e/ou adoção de um modelo, o qual por sua vez também reproduz modelos urbanos diversos e comuns, reforçando a lógica da homogeneidade.

Os planos diretores encomendados pelas prefeituras contribuem para essa situação na medida em que copiam e reproduzem os modelos considerados mais avançados e atraentes de uma cidade para a outra. Raramente os planos diretores consideram na extensão devida as condições locais e o impacto ambiental, mesmo porque isso eventualmente prejudicaria sua aprovação pelos poderes constituídos.

Desse modo, a forma urbana é resultante de regras com objetivos altamente genéricos, produto de ações diversas e aleatórias, como, por exemplo, as leis de zoneamento. Isto é, um desenho proveniente das legislações, e não de um projeto. Ou seja, na realidade o que existe são formas urbanas que surgem muito mais de processos generalizantes do que de ações que visam à totalidade.

De fato não existe um projeto urbano nas cidades em geral, quanto menos nas do interior do estado de São Paulo, e sim apenas uma forma urbana, decorrente de ações e regulamentações sem nenhuma intenção de projeto.

A cidade somente pode ser reconhecida por sua paisagem urbana, e esta paisagem é resultante dos elementos econômicos, sociais e culturais que produziram esta cidade em um determinado momento no tempo, na história, em um determinado contexto.

Partindo do pressuposto de que a qualidade formal é a união entre os cidadãos e sua cidade, por meio da criação de mapas mentais, o ideal seria que houvesse um investimento na elaboração de soluções urbanísticas que atribuíssem uma identidade visual a estas cidades, reforçando e/ou construindo elementos e espaços que fortalecessem a legibilidade do espaço urbano, pois “*uma boa correspondência funcional normalmente significa uma paisagem mais congruente, e freqüentemente (embora nem sempre) uma paisagem mais transparente, mais significativa e mais identificável*”. (Lynch, 1999, p.141-144)

Como contraposição à paisagem homogênea, o desenvolvimento de valores estéticos a partir de condições culturais, ambientais e paisagísticas locais pode servir como ferramenta para projetos urbanísticos/paisagísticos diferenciados e característicos para cada cidade, obtendo desta forma paisagens urbanas particularizadas, respeitando os referenciais e as especificidades próprias, podendo contribuir para uma melhor qualidade ambiental das cidades.

Ao verificar-se quais são os elementos marcantes que conferem particularidade a estas paisagens, e, reforçando estes elementos por meio de projetos urbanos, poderá obter-se paisagens urbanas respeitando os referenciais e as especificidades locais, contribuindo para uma melhor qualidade ambiental das cidades, pela suspensão da idéia de construção por modismo ou benefícios baixos.

BIBLIOGRAFIA

- AMADOR, Itamar Moraes. *As manifestações sociais e econômicas conjugadas com as condições físico-ambientais, determinam a paisagem urbana. Estudo de caso: São Carlos, SP.* São Paulo, 1990. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- BAPTISTA, Maria Rosa de Belém. *Rio Claro: As pedras da cidade.* São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- BENEVOLO, Leonardo. *A cidade e o arquiteto.* São Paulo: Perspectiva, 1991.
- CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana.* São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- DEÁK, Csaba, SCHIFFER, Sueli Ramos. (Org.) *O processo de urbanização no Brasil.* São Paulo: Edusp, 1999.
- DEL RIO, Vicente. *Introdução ao desenho urbano.* São Paulo: Pini, 1990.

- GHIRARDELLO, Nilson. *Aspectos do direcionamento urbano da cidade de Bauru*. São Carlos, 1992. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.
- _____. *À beira da linha: Formações urbanas da Noroeste Paulista*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- HIRAO, Hélio. *Rua e pedestres: O planejamento visual urbano dos projetos públicos adequados ao contexto regional: O caso de Presidente Prudente*. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- KOHLSDORF, Maria Elaine. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
- _____. Percepção da paisagem e planejamento da identidade. *Caderno Paisagem. Paisagens*. Rio Claro, Unesp, n. 3, 1998.
- LANDIM, Paula da Cruz. *Desenho de paisagem urbana: As cidades do interior paulista*. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- LEITE, Carlos. Kevin Lynch. *Imagem e desenho das cidades. Projeto Design*, São Paulo, Arco, mar. 1998.
- LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- _____. *A boa forma da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- MACEDO, Silvio Soares. *Espaços livres. Paisagem, Ambiente e Ensaios*. São Paulo, FAUUSP, n. 7, 1995.
- _____. Paisagem, configuração e formação – questões envolvendo legislação. *Cadernos Paisagem. Paisagens*. Rio Claro, Unesp, n. 3, 1998.
- MACHADO, Lucy M. C. Philadelpho. *Qualidade ambiental urbana: Percepções e estratégias para uma cidade de porte médio*. Rio Claro: Departamento de Geografia, IGCE, Unesp, 1993.
- MARX, Murilo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1980.
- MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovia*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado. Coleção Monografia, 1981.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.
- PADOVANO, Bruno R. *Legibilidade da paisagem urbana: O caso de Santo Amaro*. São Paulo, 1987. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- PEREIRA LEITE, Maria Angela F. *Destruição ou desconstrução?* São Paulo: Hucitec, 1994.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU. *Plano diretor de desenvolvimento integrado*. Bauru: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1996.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *São Paulo e outras cidades*. São Paulo:

Hucitec, 1994.

RELPH, Edward. *A paisagem urbana moderna*. Lisboa: Edições 70, 1990.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. *Técnica, espaço e tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1999.

TURKIENICZ, Benamy (Org.). *Desenho Urbano I "I Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil"*. *Cadernos Brasileiros de Arquitetura 12*. São Paulo: Projeto, 1984.

_____. *Desenho Urbano II "I Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil"*. *Cadernos Brasileiros de Arquitetura 13*. São Paulo: Projeto, 1984.

_____. *Desenho Urbano III "I Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil"*. *Cadernos Brasileiros de Arquitetura 14*. São Paulo: Projeto, 1984.

VENTURI, Robert et al. *Aprendiendo de Las Vegas*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1978.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel/Fapesp, 1998.

ANÁLISE DA PAISAGEM COMO PREMISSA PARA A ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR

Ana Paula Felipe

*Mestre em urbanismo pelo
Institut d'Urbanisme de Grenoble.*



PLANEJAMENTO DA

RESUMO

Na França, com a promulgação da Lei Paisagem de 8 de janeiro de 1993, os políticos passaram a ter de considerar a paisagem quando da elaboração de documentos de urbanismo. A revisão e/ou elaboração de um plano diretor é um momento privilegiado por meio do qual o município questiona os problemas de fundo concernentes à gestão de sua paisagem e ao futuro de seus espaços.

Neste contexto, a cidade de Vaulnaveys-Le-Haut realizou a revisão de seu plano diretor. Próxima à Grenoble, a cidade observava sua paisagem se transformar progressivamente em zonas peri-urbanas florestais sob o efeito do abandono das terras cultivadas e a chegada de novos habitantes. Um estudo paisagístico específico foi realizado, baseado na análise sensível, visual e concreta da paisagem atual e evolutiva. Este estudo enunciou objetivos paisagísticos que foram traduzidos em uma planta de referência para os políticos quando da elaboração do plano diretor.

O plano diretor possui instrumentos capazes de garantir a proteção das paisagens. Assim, a partir do projeto de paisagem uma proposição de ocupação de solo considerando somente os critérios paisagísticos foi elaborada para a cidade de Vaulnaveys-Le-Haut.

ABSTRACT

After January 8, 1993, with the arrival of the "Landscape" law in France, the politicians became to consider the landscape to conceive their urban planning documents.

In this context, Vaulnaveys-Le-Haut, near Grenoble, revised its master plan. The city landscape was changing in peri-urban zones with the effects of the cultivated lands abandon and the arrival of new inhabitants. A specific landscape study was done; it was based on a sensitive and concrete analysis of the current and future landscapes. This work enumerates landscape goals that were translated in a reference chart to the politicians.

The master plan has effective instruments to enforce the landscape protection. So, from the landscape project a proposition of zoning considering only landscape criteria was done to Vaulnaveys-Le-Haut.

ANÁLISE DA PAISAGEM COMO PREMISSA PARA A ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR

Introdução

A sociedade europeia, notadamente após a Segunda Guerra Mundial, reivindica uma melhora na qualidade de vida cotidiana em seus vários aspectos. De fato, a partir da década de 50, o território europeu se transformou enormemente: a modernização da agricultura, a implantação de infra-estruturas de comunicação e a extensão da urbanização contribuíram, entre outros, para transformações significativas da paisagem. “Numerosos planejamentos sem planejamento”¹ provocaram um desenvolvimento, por vezes sem uma paisagem de qualidade adequada, surgindo, então, a necessidade de introduzir uma nova política.

Na França, com a promulgação da Lei Paisagem de 8 de janeiro de 1993, todo plano diretor, quando de sua elaboração, deve levar em conta a paisagem local. A paisagem surge, dessa maneira, como elemento preponderante na composição de uma cidade.

Em 1996/1998, quando da realização de um curso de especialização (DESS Diplôme d'Études Supérieures Spécialisées) de “Urbanisme et Aménagement” no Instituto de Urbanismo de Grenoble, na França, pude participar da realização de um estudo de paisagem prévio à revisão de um plano diretor. Empiricamente, estudou-se a cidade de Vaulnaveys-Le-Haut, situada nos alpes franceses, próxima da cidade de Grenoble, no Sul da França.

Nas últimas décadas, Vaulnaveys-Le-Haut teve a sua paisagem bastante transformada. Atraídos pela natureza, habitantes de Grenoble e proximidades transferiram suas residências para o espaço rural, preservando seus respectivos empregos na cidade de origem. Essa nova população se instalou, principalmente, em loteamentos implantados durante as décadas de 70-80, consumindo um espaço outrora agrícola e configurando uma população com modos de vida urbana.

(1) *La Charte Paysagère, outil d'aménagement de l'espace intercommunal* – Sous la direction de Yves GORGEU et de Catherine JENKINS – Editions de la Documentation Française, 1995.



Foto 1 – Vista da cidade de Vaulnaveys - Le-Haut

Crédito: Epure (Conseil et Ingenierie en Equipement, Paysage, Urbanisme et Environnement) e equipe: Ana paula Felipe, Jérôme Le Lay e Pierre Huguet

Neste contexto, a expansão do urbanismo residencial gerou uma paisagem confusa: uma nova tipologia de residências, um tecido urbano diferenciado, um modo de vida diferente..., descaracterizando o burgo e formando uma nova paisagem, nem rural nem urbana².

Por outro lado, a mecanização da lavoura e o incremento de políticas agrícolas favoreceram os grandes produtores, obrigando de certa forma os pequenos e médios agricultores a abandonarem o cultivo das terras: conseqüentemente a floresta avançou de maneira espontânea e desordenada encobrendo parte da paisagem agrícola que caracteriza as cidades rurais francesas. Essa problemática anuncia o desaparecimento da paisagem construída pelos camponeses.

Preocupados em preservar um quadro rural sem prejudicar seu desenvolvimento, os dirigentes de Vaulnaveys-Le-Haut procuraram um meio de atender às novas realidades socioeconômicas e à paisagem desejada.

O estudo da paisagem surge, então, como instrumento de ajuda para o planejamento urbano, devendo este nortear as diretrizes a serem consideradas pelo plano diretor. Levando-se em conta que

(2) Na França, usa-se o termo “paisagem *rurbain*” para designar a mistura rural e urbano.

a tradução da parte subjetiva da paisagem em termos jurídicos representa uma dificuldade, quais são os instrumentos disponíveis para garantir sua preservação? Como um plano diretor integra a proteção da paisagem?

Análise da Paisagem

No que concerne ao urbanismo, o diagnóstico da paisagem deve ser um instrumento de ajuda para o planejamento do território, fornecendo bases concretas para justificar suas funções e para negociar as intervenções das diversas partes envolvidas – “*é um instrumento privilegiado de um procedimento participativo de reflexão sobre o futuro de um território*”³.

No processo de revisão e/ou elaboração de um plano diretor⁴ o diagnóstico da paisagem consiste em evidenciar suas principais características, seus pontos fortes e seus desequilíbrios. Trata-se de conhecer o potencial paisagístico do território e compreender seu funcionamento.

Em Vaulnaveys-Le-Haut foram traçados alguns objetivos a partir da definição do limite do perímetro em estudo:

- análise e valorização da estrutura paisagística;
- análise da evolução da paisagem (espaços em mutação, espaços estáveis e espaços degradados);
- proposição de um projeto de paisagem;
- “aprovação” pelos habitantes.

Para responder a esses objetivos, o estudo paisagístico se utilizou de uma metodologia⁵ compreendendo quatro tópicos: **conhecer, compreender, avaliar e propor.**

1 – Conhecer:

- restituir a cidade em sua paisagem natural;
- identificar as características fundamentais da paisagem;

(3) *La Charte Paysagère, outil d'aménagement de l'espace intercommunal* – Souls la direction de Yves GORGEU et de Catherine JENKINS – Editions de la Documentation Française, 1995.

(4) Plano diretor ou POS – Plan d'Occupation des sols.

(5) A metodologia utilizada para realizar este estudo foi amplamente inspirada no método proposto em 3.

- caracterizar o conjunto do território da cidade;
- identificar as unidades paisagísticas.

A descoberta *in loco* do território iniciou-se com a leitura sensível da paisagem, permitindo evidenciar sua porção subjetiva, dimensão fundamental da paisagem.

Nesta leitura foram registradas as impressões e emoções sentidas, revelando uma dimensão qualitativa do espaço, identificando seus valores a fim de melhor protegê-los. A partir da coleta de dados obtidos no local, efetuou-se a análise visual da paisagem, apoiando-se na observação das constantes do ambiente (escalas, contrastes, harmonias, transparências, efeitos de enquadramento, cones visuais, cores, texturas, sons, odores...) e na geometria da paisagem (linhas, pontos, volumes, relação volume/superfície, planos, eixos, ritmos...).

Terminado este estudo, iniciou-se, então, a fase de análise cartográfica capaz de revelar os elementos objetivos da paisagem, constituídos pelo estudo da topografia, geologia, pedologia, climatologia, botânica, arquitetura, urbanismo, economia, etc.

A interação entre os enfoques subjetivos e objetivos, complementados pelo estudo da evolução da paisagem, permitiu a identificação de cinco unidades paisagísticas distintas no território de Vaulnaveys-Le-Haut.

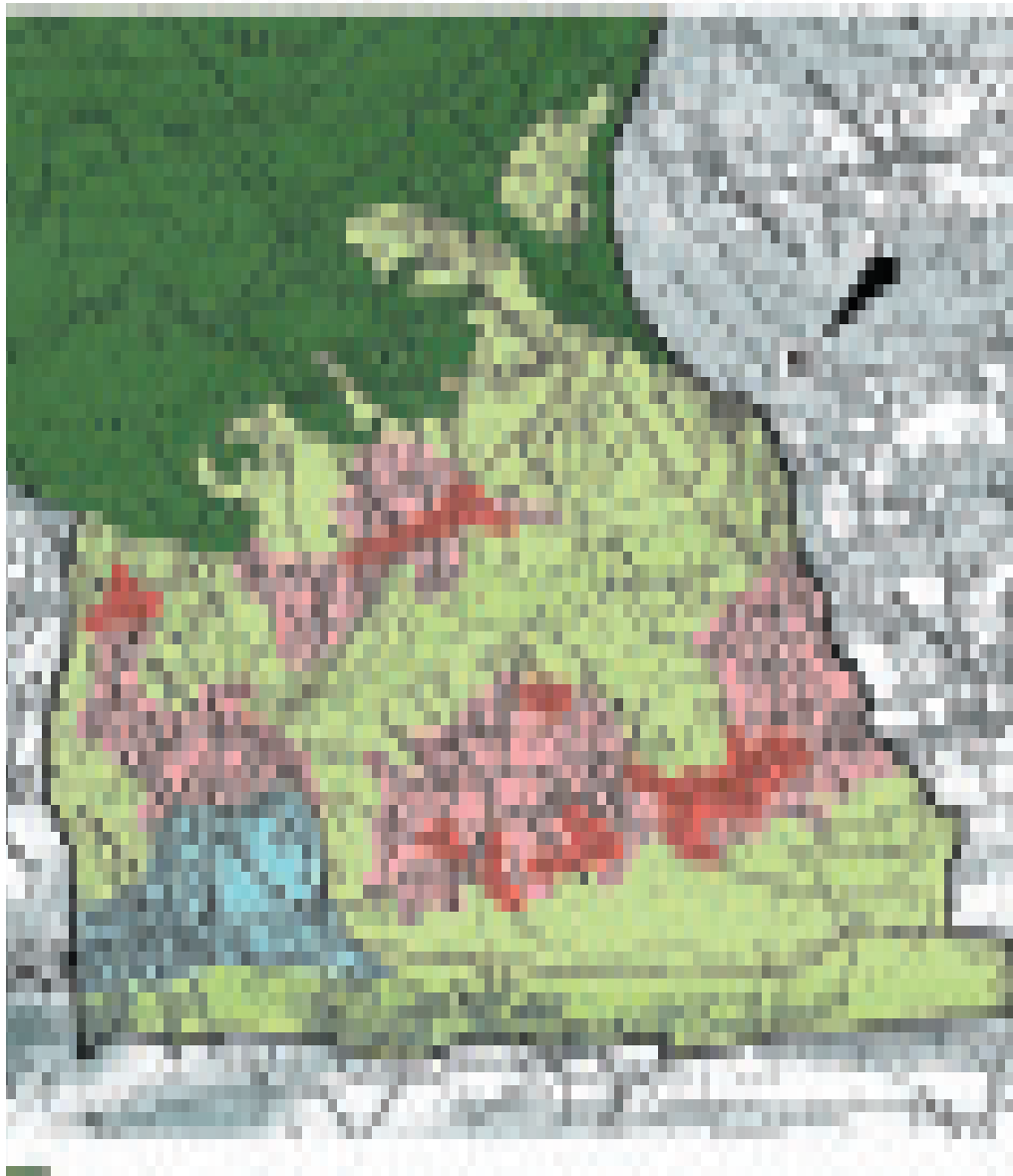
A topografia foi um elemento importante para a definição das unidades paisagísticas. A cidade se encontra fracionada em duas partes: o fundo de vale e o platô no qual se situa a **unidade de vilarejo tradicional**. A altitude contribuiu de forma decisiva para a definição da **unidade floresta**. Por outro lado, uma formação de pequenas colinas permitiu agregar uma parte de Vaulnaveys-Le-Haut à região de Uriage⁶, resultando na **unidade de estação termal**. Dois outros fatores, a extensão da urbanização residencial e a agricultura de fundo de vale contribuíram enormemente para definir a **unidade residencial** e a **unidade campestre** respectivamente.

A identificação das cinco unidades da paisagem de Vaulnaveys-Le-Haut constituiu o fundamento sobre o qual o conjunto de outras operações pôde se apoiar, permitindo um conhecimento fino e sensível das paisagens de seu território.

(6) Cidade limítrofe a Vaulnaveys-Le-Haut cujo potencial de águas quentes e curativas foi descoberto quando da ocupação romana, persistindo essa especialidade nos dias de hoje.

VAULNAVEYS-LE-HAUT

UNIDADES PAISAGÍSTICAS



-  A paisagem da floresta de Vaulnaveys-le-Haut.
-  A paisagem do vale do rio de Vaulnaveys-le-Haut.
-  A paisagem da zona agrícola de Vaulnaveys-le-Haut.
-  A paisagem da zona residencial de Vaulnaveys-le-Haut.
-  A paisagem da zona agrícola de Vaulnaveys-le-Haut.

Crédito: Epure e equipe

2 – Compreender:

- compreender o funcionamento de cada unidade paisagística de maneira objetiva e subjetiva.

O diagnóstico paisagístico está ligado à compreensão detalhada do conjunto de dados observados (análise objetiva e subjetiva) e das informações retiradas da bibliografia, da cartografia e das fotos aéreas. Somente a análise e a compreensão do funcionamento de cada unidade é capaz de levantar proposições adaptadas à especificidade do local.

Em Vaulnaveys-Le-Haut, a caracterização das cinco unidades de paisagem foi apresentada sob a forma de texto escrito, fotos e croquis. Essa etapa foi complementada pelo estudo de três critérios de leitura da paisagem: *a tipologia da arquitetura, da vegetação e a organização espacial das unidades construtivas*. Esses estudos evidenciaram os valores de ordem qualitativa dos elementos mais importantes da paisagem (árvores, casas e campos), procurando destacar o patrimônio existente, sua diversidade e sua identidade.

O estudo da *tipologia da arquitetura* permitiu a constatação da necessidade de conscientização da sociedade em relação à aparição de uma arquitetura contemporânea, por vezes trivial e pouco entrosada com o meio rural. Não se trata de coibir a criatividade dos arquitetos, mas antes compreender a necessidade de uma boa integração das novas construções na paisagem. Por sua vez, o *estudo da vegetação* revelou a introdução de uma diversidade e/ou manejo das espécies, por vezes indesejável. E o *estudo da organização espacial* combinou esses dois enfoques evidenciando as relações da arquitetura e da vegetação com a utilização do espaço.

Esses estudos levam à compreensão dos ambientes paisagísticos e dos elementos de identidade, favorecendo a escolha das proposições relacionadas à paisagem.

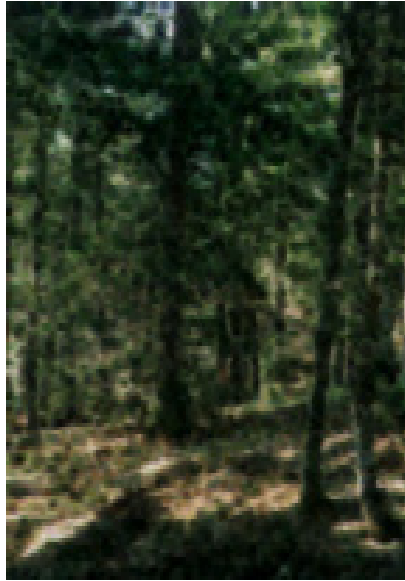
3 – Avaliar:

- colocar em evidência os fatores de evolução da paisagem;
- identificar os pontos fortes e fracos.

A observação da evolução da paisagem evidencia seus fatores e causas, permitindo refletir sobre os meios possíveis para cessar as degradações em curso, valorizar os espaços ameaçados e/ou identificar a aparição de uma nova paisagem sobre o território.

VAULNAVEYS – LE – HAUT

UNIDADES PAISAGÍSTICAS



Unidade Floresta

Úmida e tenebrosa, lugar de angústia para uns e admiração para outros.

Um espaço fechado com volumes importantes e linhas verticais que dinamizam o espaço.

A floresta cobria a totalidade do vale: ao longo dos séculos ela foi cortada para liberar terras para o cultivo. Hoje ela é explorada pelo governo e particulares

Crédito: Epure e equipe



Unidade de Estação Termal

Tranquilidade, repouso, áreas verdes para alguns, ordem e urbanidade para outros.

Linhas horizontais criam perspectivas e numerosas verticais ritmadas estruturam fortemente o espaço.

Nascida do "termalismo", Uriage é marcada pelo parque romântico do século 19 e suas mansões burguesas do início do século

Crédito: Epure e equipe



Unidade de Vilarejo Tradicional

Harmonia e bem-estar. Entre as pedras cinzas, a gente se deixa invadir pela atmosfera do lugar, intimista e aconchegante. Um espaço fechado com volumes variados e equilibrados, uma escala individual em uma paisagem de fácil leitura. Por questões de segurança e práticas comunitárias, a moradia tradicional é do tipo agrupada, ocupada por camponeses

Crédito: Epure e equipe

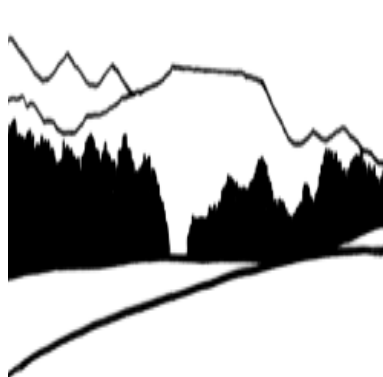
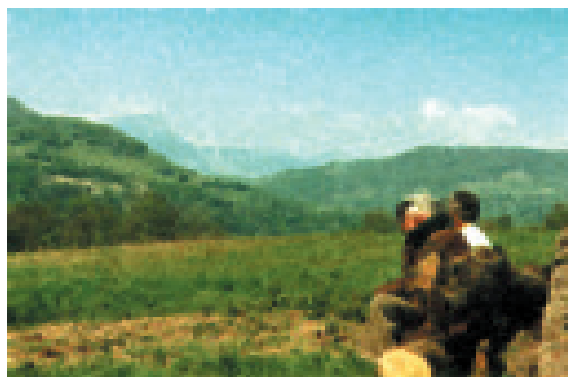


Unidade Residencial

Entre cidade e campo, um sentimento indefinido, tirado de impressões urbanas de um lado e impressões campestres de outro. Um espaço semifechado, numerosos volumes pequenos bem distintos, numerosas horizontais freqüentemente interrompidas. Fachadas muito claras contrastam fortemente com a vegetação dificultando a leitura do sítio.

Moradias por vezes dispersas e relativamente recentes. Os habitantes sem raízes rurais vão trabalhar na cidade e trazem um modo de vida diferente ao campo

Crédito: Epure e equipe



Unidade Campestre

Uma impressão de calma, tranquilidade e repouso, mas também de isolamento caracterizam a unidade campestre. Os campos nos impressionam por sua serenidade.

Um espaço bastante aberto, algumas linhas suaves, uma escala imensa com ausência total de primeiro plano.

Paradoxalmente é um espaço inteiramente criado pelo homem, mantido graças às criações e às lavouras

Crédito: Epure e equipe

Em Vaulnaveys-Le-Haut, o estudo de fotos aéreas de diferentes épocas e o confronto de cartões-postais antigos permitiu a observação dos sinais visíveis de transformação da paisagem, revelando uma série de elementos significativos de sua evolução:

- terras de cultivo abandonadas;
- urbanização muito difusa de fundo de vale;
- arquitetura por vezes banal nas construções contemporâneas;
- reflorestamento natural em grande escala responsável pela diminuição dos espaços abertos;
- mistura das paisagens de floresta e campo;
- uso de espécies arbóreas diversificadas;
- espaços abertos de qualidade ocupados por culturas agrícolas;
- diversidade de paisagens.

Esses elementos foram então traduzidos em plantas cartográficas, retratando cenários de 1948 e de 1991 e simulando a evolução da paisagem do município.

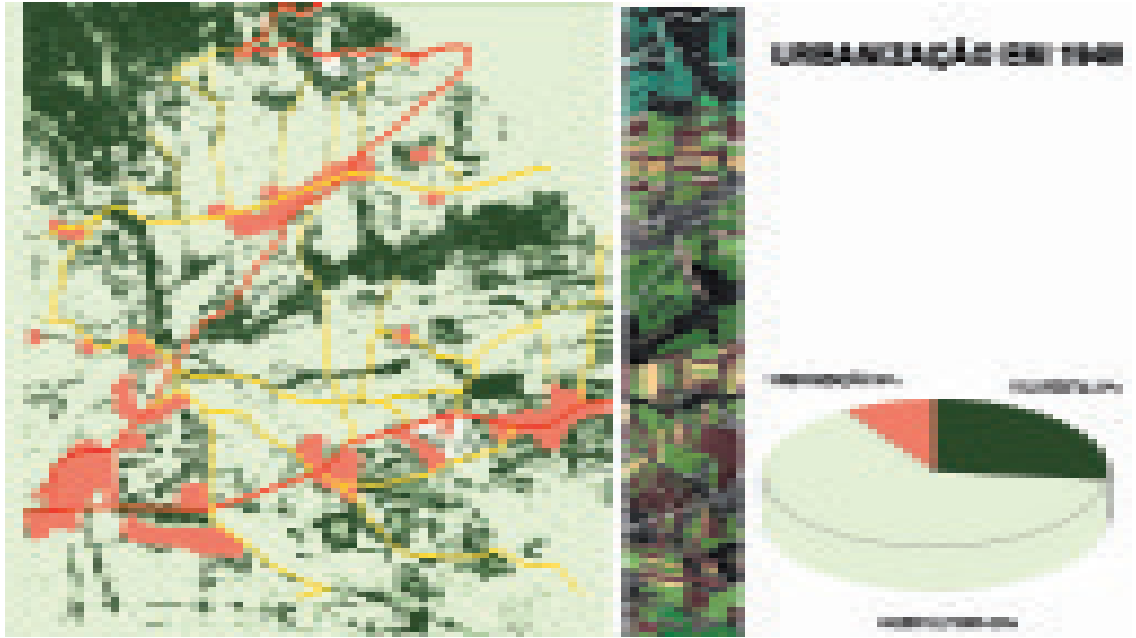
A análise dos fatores de evolução da paisagem de Vaulnaveys-Le-Haut serviu para mostrar que somente a *unidade campestre se reduziu*, embora seus dirigentes desejassem manter o caráter rural da cidade.

Para completar, alguns cenários de sua evolução provável, segundo hipóteses de urbanização, puderam ser realizados:

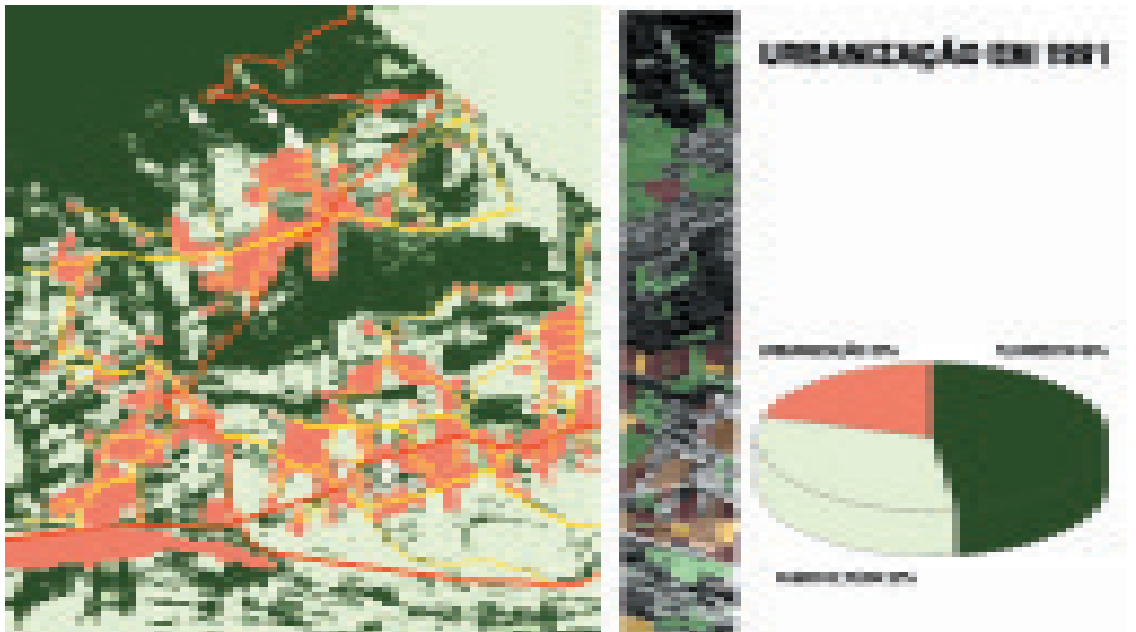
- política sem intervenções;
- política de bloqueio da urbanização;
- política de bloqueio da floresta.

A etapa de avaliação foi complementada pela identificação dos pontos fortes e fracos da paisagem realizada em diferentes escalas, contribuindo para organizar as prioridades de ação no momento da elaboração do projeto de paisagem.

A simulação dos cenários de evolução da paisagem representa um meio de sensibilizar os políticos sobre a emergência de uma noção patrimonial e a incitá-los a atitudes de responsabilidade e de engajamento sobre o futuro da paisagem.



Crédito: Epure e equipe



Crédito: Epure e equipe

VAULNAVEYS-LE-HAUT – ESTUDO PAISAGÍSTICO

SITUAÇÕES CRÍTICAS / OBJETIVOS



1 – Manter a diversidade atual da paisagem:

- a) “vigilando” a expansão da floresta;
- b) procurando meios de perenizar os campos cultivados;
- c) realizando uma política intermunicipal em matéria de regras de urbanismo



2 – Controlar qualitativamente a urbanização:

- a) fortalecendo os pólos atuais;
- b) perenizando os espaços (agrícolas) abertos



3 – Controlar a arquitetura:

- a) dissuadindo as formas e cores muito ostensivas



4 – Restaurar a “vitrina” e a segurança:

- a) requalificando a estrada departamental 524;
- b) requalificando as entradas da cidade;
- c) amenizando certos pontos negros



5 – Melhorar as micropaisagens:

- a) “enterrando” as redes elétricas;
- b) unificando e hierarquizando a

Crédito: Epure e equipe

4 – Propor:

4.1 Determinar os princípios de intervenções visando à melhoria da qualidade paisagística. Trata-se de propor para cada situação crítica os princípios de intervenção e os projetos de organização do espaço sobre a paisagem.

Situações críticas em termos de paisagem em Vaulnaveys-Le-Haut:

- espaços abandonados devido ao não-cultivo de terras agrícolas, com conseqüências desastrosas sobre o território;
- o desenvolvimento de certa forma de urbanização residencial ameaçando a legibilidade do território;
- a construção de casas mal integradas ao meio rural;
- as entradas da cidade sem tratamento paisagístico adequado;
- o aspecto degradado de certas micropaisagens.

A partir dessa constatação foram hierarquizados cinco objetivos de intervenções mais importantes e a recomendação de ações na escala do município foram fixadas.

4.2 Determinar a utilização dos espaços do território municipal em concordância com a paisagem desejada. Trata-se de conhecer as vocações próprias de cada lugar a fim de encontrar um planejamento coerente do território.

Neste contexto, uma planta prospectiva foi elaborada quando do estudo paisagístico de Vaulnaveys-Le-Haut, evidenciando as orientações principais por tipos de espaço e localização, a saber:

- **Espaços a manter.** Constituem um grande desafio para o município: englobam a floresta, os espaços em retrogradação e as terras cultivadas. Estas representam uma grande preocupação devido à dificuldade de manter os agricultores na cidade e sua ausência ameaça os espaços abertos entre a floresta e o burgo.
- **Espaços a urbanizar em prioridade.** As zonas ao redor do burgo devem ser fortalecidas pelo aumento da densidade de moradias a fim de criar uma zona de transição assegurando uma ligação entre as moradias difusas e as moradias agrupadas do burgo.
- **Espaços a urbanizar a longo prazo.** São aqueles que não caracterizam um problema de paisagem atual, mas que poderão ser eventualmente urbanizados no futuro.

• **Espaços a requalificar.** Dispersos pelo município, esses espaços necessitam de microplanejamentos visando à melhora da qualidade da paisagem global.

Finalmente, o estudo da paisagem foi apresentado a todos os atores envolvidos (AURG⁷, políticos e prefeito), contando com suas participações. O cruzamento das leituras de cada um permitiu validar a análise da paisagem.

Até onde participei, agosto de 1998, os políticos aceitaram os princípios fundamentais enunciados e deverão agora validar os limites precisos (cadastrais) das diferentes zonas. Os interesses particulares e eleitorais põem em risco e poderão vir a prejudicar o consenso atual.

O estudo da paisagem é uma espécie de guia na escolha do planejamento e proteção das paisagens. Entretanto, sua tradução em termos jurídicos, notadamente em um plano diretor, é delicada e freqüentemente redutora. Necessário se faz estudar como utilizar as ferramentas de um POS visando à proteção da paisagem a fim de adaptá-las às situações locais e assegurar sua própria eficácia.

Plano Diretor – Instrumento de Proteção da Paisagem

Com a promulgação da “Lei Paisagem” (Loi Paysage) de 8 de janeiro de 1993, as cidades são obrigadas a levar em conta a paisagem quando da elaboração de planos diretores (POS – Plan d’Occupation des Sols). Essa lei dota o poder público de uma nova ferramenta para promover a proteção de sítios notáveis por seu interesse paisagístico: *as diretrizes de proteção e valorização da paisagem*. Estas diretrizes estabelecem as orientações e os princípios fundamentais de proteção das estruturas paisagísticas.

Em relação ao POS a lei exige a obrigatoriedade de *“identificar e localizar os elementos de paisagem e delimitar os bairros, ruas, monumentos, sítios e setores a proteger ou a valorizar por motivos de ordem estética, histórica ou ecológica e definir eventualmente, as prescrições naturais para assegurar sua proteção”*. Instituiu-se, ainda com o Decreto n. 94-408 de 8 de maio de 1994, o *permis paysager*⁸ no qual todo projeto arquitetônico deverá indicar claramente como a construção projetada se insere na paisagem. A intenção inicial foi criar-se um POS paisagístico.

(7) AURG – Agência de urbanismo da região de Grenoble.

(8) Pode ser traduzido literalmente como “alvará paisagístico”.

Vaulnaveys-Le-Haut

UMA CIDADANIA EM CONSTRUÇÃO

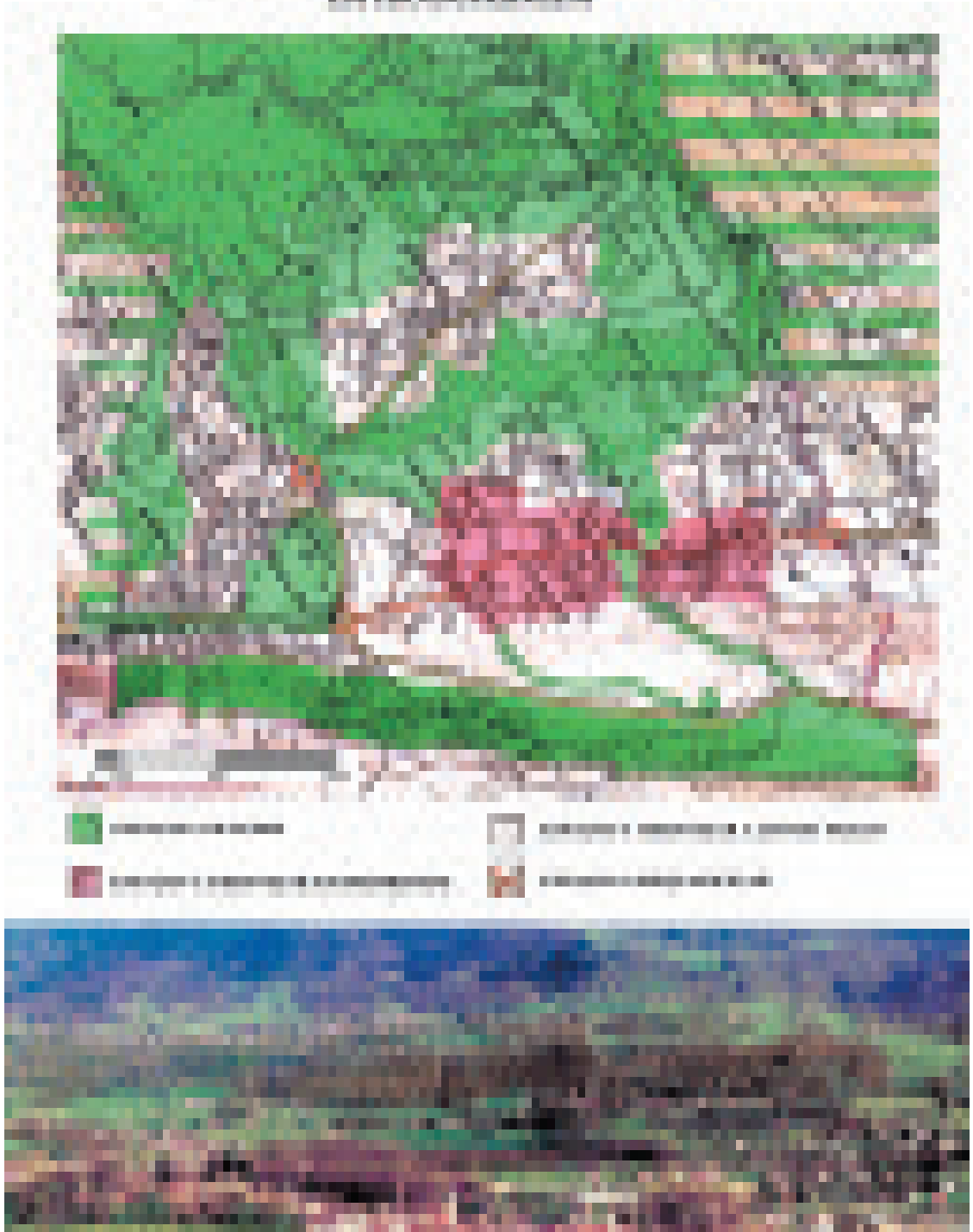


Foto 2: Vista da cidade de Vaulnaveys-Le-Haut
Créditos: Epure e equipe

Em termos jurídicos, o POS é constituído de quatro partes:

- Relatório de apresentação;
- documentos gráficos (zoneamento);
- regulamento;
- anexos.

De maneira sucinta, faz-se necessário ilustrar como a proteção da paisagem pode ser considerada pelo POS por meio de seus instrumentos.

O **relatório de apresentação** constitui a única peça literária do POS. Em relação à paisagem, a partir dos estudos prévios, esse documento deve conter sua descrição e uma análise da estrutura paisagística do município englobando os espaços naturais bem como os urbanos. Entretanto, o conteúdo do POS deverá ser compatível em seus dispositivos com uma série de prescrições supramunicipais, como por exemplo:

- Lei Montanha de 9 de janeiro de 1985;
- Lei Litoral de 3 de janeiro de 1986;
- Lei Paisagem de 8 de janeiro de 1993;
- Os esquemas diretores, entre muitos outros⁹.

Os **documentos gráficos** se caracterizam por um plano de zoneamento que define os limites precisos de direito de ocupação ou de utilização do solo. As zonas são caracterizadas em duas categorias: zonas urbanas (UA, UB, UC) e zonas naturais (NA, NB, NC, ND).

As zonas urbanas se caracterizam pela admissão imediata de construções em função da capacidade dos equipamentos públicos existentes. Zonas UA, UB, UC se diferenciam essencialmente por:

- sua área de domínio:
 - zonas residências, de atividades e lazer;
 - zonas mistas.
- seu corpo de regras que determina a forma urbana;
 - implantação, altura, densidade das habitações.

Com relação à paisagem, a abertura de determinados espaços para a urbanização e a sua morfologia terá uma incidência evidente na percepção do território devendo, então, realizar-se uma reflexão segundo os elementos físicos do município.

(9) Ver “La Prise em Compte du Paysage par le POS – L’exemple d’une Commune em Zone de Montagne”.

Dentro das zonas urbanas, podemos ainda delimitar setores com o objetivo de proteção da paisagem urbana e rural mais importantes: uma zona UA pode conter um setor Uah para o centro histórico e um subsetor Uah1 para a proteção de panoramas.

As zonas naturais (NA, NB, NC, ND) podem ser equipadas ou não. As zonas NA se caracterizam por zonas de urbanização futura, podendo ser urbanizadas quando da revisão do POS. Esses espaços são altamente sensíveis em termos de paisagem, pois sua abertura para a urbanização incide diretamente na percepção do território.

As zonas NB apresentam baixos índices de construtibilidade, podendo, porém, favorecer uma urbanização difusa, prejudicial para a paisagem. A classificação em zona NB deve, portanto, ser acompanhada de regras apropriadas para fortalecer a característica natural da zona.

Nas zonas NC, a atividade agrícola tem um papel essencial na manutenção dos equilíbrios naturais e na preservação das paisagens. A proteção desses espaços se traduz notadamente por uma limitação na possibilidade de construir somente segundo as necessidades das atividades agrícolas ou florestais.

As zonas ND se caracterizam pela proibição do princípio de construir, favorecendo a preservação de seu caráter natural. São nesses espaços que a paisagem natural está teoricamente melhor protegida.

O **regulamento** fixa as regras aplicáveis aos terrenos nas diferentes zonas e setores do território municipal delimitados nos documentos gráficos. Composto por 15 artigos, a paisagem pode ser levada em conta em cada um deles.

- Artigos 1 e 2: ocupação e utilização do solo autorizadas ou proibidas.
- Artigo 3: acessos e vias.
- Artigo 4: fornecimento de redes.
- Artigo 5: características dos terrenos.
- Artigo 6: implantação das construções em relação às vias e aos domínios públicos.
- Artigo 7: implantação das construções em relação aos limites separativos.
- Artigo 8: implantação das construções em relação às outras em

uma mesma propriedade.

- Artigo 9: o domínio do solo.
- Artigo 10: altura das construções.
- Artigo 11: aspecto externo.
- Artigo 12: estacionamento.
- Artigo 13: espaços livres e plantações e espaços florestais classificados.
- Artigos 14 e 15: COS – coeficiente de ocupação de solo e excesso.

O POS integra a proteção da paisagem no conjunto de seus instrumentos de maneira transversal. Na verdade, somente a combinação e a articulação de seus dispositivos pode garantir a elaboração de regras eficazes e coerentes.

Como Integrar a Paisagem em um Plano Diretor

A partir do diagnóstico paisagístico uma série de objetivos foram traçados e traduzidos em uma planta prospectiva que determina as orientações principais por tipos de espaço e localização.

Esta planta se tornou um documento de referência para os políticos e urbanistas que irão elaborar o POS. Ela representa somente a parte da “paisagem” dos estudos prévios e pode ser modificada em função dos outros estudos: demográfico, econômico, social, etc.

Para ilustrar como integrar a paisagem em um documento de urbanismo, elaboramos uma planta contendo os limites dos lotes onde se determinou os espaços que somente por critérios paisagísticos devem ser:

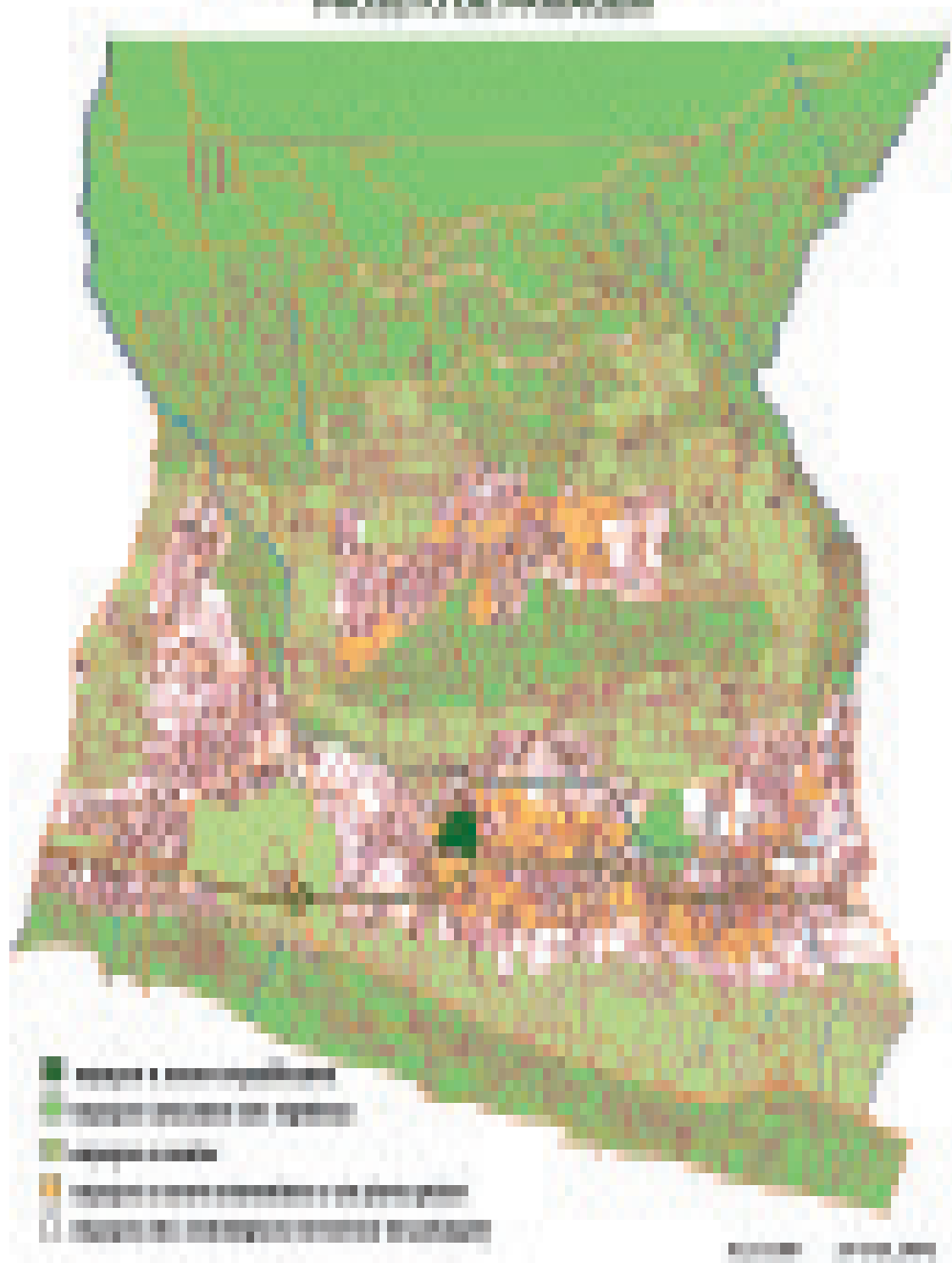
- mantidos;
- colocados sob vigilância;
- submetidos a um plano global;
- requalificados;
- não-estratégicos em termos de paisagem.

Esta planta representa um projeto de paisagem em que estão expostas preferencialmente proposições ao invés de regulamento. *A posteriori* estas proposições foram traduzidas em outra planta, definindo-se um princípio de zoneamento, levando-se em conta **somente a parte paisagística.**

Explicação da escolha da ocupação de solo.

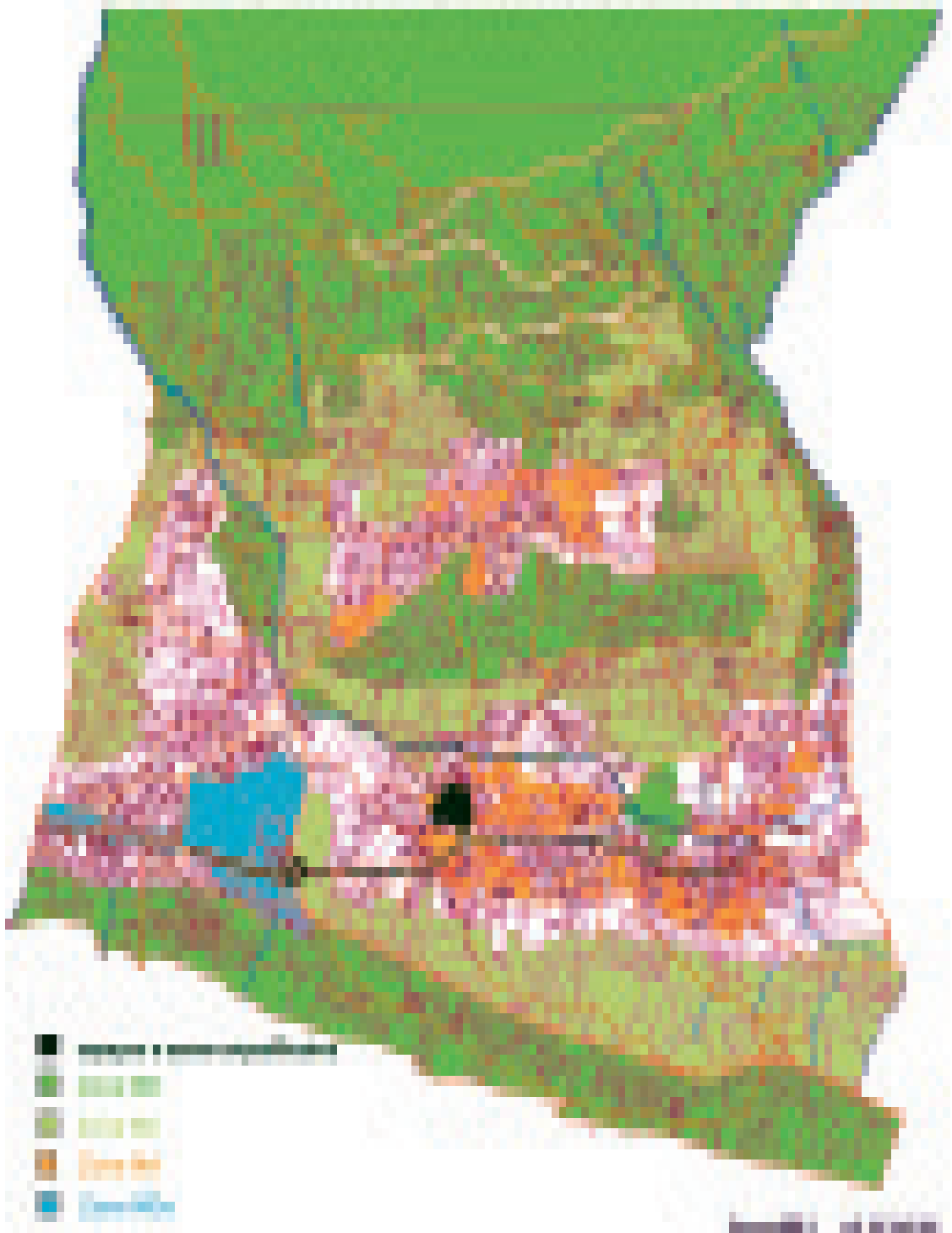
VALLE NAYE YN-L-F-HALT

PROYECTO DE PAISAJISMO



VALLEA & EYRE-HAUTE

PROFESSORES DE ARQUITETURA E URBANISMO



Crédito: Epure e equipe

A) espaços a manter

A conservação dos “espaços abertos” constitui um desejo importante para os políticos de Vaulnaveys-Le-Haut que desejam preservar o caráter rural do município. Esses espaços correm o risco de desaparecer devido à dificuldade de manter os agricultores no local.

O objetivo, além da classificação em **zona NC**, é o de encontrar meios para conservar os agricultores no município. Trata-se de uma medida de proteção complementada por uma política de gestão do espaço.

O estudo da situação agrícola¹⁰ de Vaulnaveys-Le-Haut demonstra que os agricultores encontram algumas dificuldades de exploração: pequenos cultivos com problemas de viabilidade econômica, excesso de regras em relação à agricultura, dificuldades de obter subvenções, etc.

Essa situação nos leva a refletir sobre o futuro de hectares que podem vir a ser liberados a médio e longo prazos. Serão eles orientados à urbanização, outros continuarão a ser cultivados, outros serão reflorestados?

Essas questões representam um impacto direto sobre o futuro da paisagem na medida em que uma nova utilização do espaço se reflete sobre sua percepção.

Em relação ao futuro das explorações agrícolas, quais espaços de-verão ser mantidos cultivados a todo custo para assegurar a perenidade de uma agricultura no município? Quais medidas podemos tomar para assegurar a conservação desses espaços abertos?

O estudo da situação agrícola revela a necessidade de uma reestruturação territorial que pode ser realizada pela Associação Territorial Pastoral – ATP¹¹. Uma ATP reagrupa vários proprietários de lotes com o objetivo de administrar coletivamente seu espaço, permitindo assim ter um conjunto de terras. Além disso, em uma associação os agricultores conseguem obter ajuda financeira complementar. O sistema da ATP parece ser um instrumento de base para manter, confortar ou criar explorações viáveis que poderão conservar corretamente os espaços abertos.

Outra possibilidade seria a adoção de uma política de associação

(10) O diagnóstico da agricultura de Vaulnaveys-Le-Haut foi realizado pela Associação e Desenvolvimento da Agricultura do Massiço de Belledonne – ADABEL.

(11) Association Foncière Pastorale – AFP.

com outros municípios para administrar seu espaço na medida em que a intermunicipalidade tem a possibilidade de obter financiamentos complementares.

Esses dois diagnósticos, da agricultura e da paisagem, constituem peças importantes para o futuro dos espaços abertos. Agricultura e paisagem estão muito unidas: ao solucionarmos o problema da agricultura estaremos preservando os espaços abertos responsáveis pela percepção rural da cidade.

Por outro lado, um conjunto de patrimônio natural e humano, re-presentados principalmente por um campo de golfe, uma alameda de castanheiras, casarões e hotéis do início do século, merecem uma classificação em zona NDa, assegurando, dessa forma, sua proteção.

B) espaços colocados sobre vigilância

Esses espaços constituem em grande parte a floresta, elemento-chave na percepção da paisagem montanhosa. O objetivo é colocá-la sob vigilância, evitando, portanto, seu desenvolvimento de forma es-pontânea e/ou desordenada.

Mais que um instrumento de proteção (classificação em zona ND), a floresta precisa de uma política de gestão a longo prazo, permitindo assegurar múltiplas funções: silvícolas, cinegéticas, ecológicas, turísticas...

C) espaços a serem submetidos a um plano global

Espaços que se encontram principalmente na zona urbana de Vaulnaveys-Le-Haut e no vilarejo de Belmont. A densificação desses centros responde a objetivos paisagísticos e objetivos de ordem demográfica e econômica:

- Assegura uma área de transição entre as moradias difusas e as moradias agrupadas do burgo, facilitando a sua leitura;
- assegura a urbanização futura nos setores já equipados e, portanto, mais viáveis.

Esses espaços deverão ser enquadrados em uma zona NA e submetidos a um plano global, capaz de ditar as regras de implantação das construções, considerando as diretrizes paisagísticas e urbanas dos estudos.

D) espaços a serem requalificados

Espaços que requerem microplanejamentos necessários na totalidade da paisagem de Vaulnaveys-Le-Haut. Trata-se, por exemplo, da requalificação das entradas da cidade, das rotatórias e do prolongamento desta, hoje em completo estado de abandono.

E) espaços não-estratégicos em termos de paisagem

Espaços rurais e urbanos da cidade pouco percebidos pelo espectador. Seu futuro dependerá da análise dos outros estudos à medida que essas terras sofrem ora a pressão imobiliária, ora o abandono dos agricultores.

Conclusão

A Lei Paisagem de 8 de janeiro de 1993 incita políticos locais a considerarem a paisagem em suas decisões sobre urbanismo essencialmente nos planos diretores. Diante disso, a realização de um estudo paisagístico prévio ao POS representa o momento de efetuar uma reflexão global no que diz respeito ao futuro das paisagens e, por conseguinte, na qualidade de vida.

A partir dessa reflexão, proposições paisagísticas são elaboradas e princípios paisagísticos podem ser estabelecidos em um projeto de POS. Entretanto, esses princípios representam apenas um documento de referência para os políticos quando da definição do espaço municipal. Um documento que deverá ser confrontado com as outras preocupações.

Assim, a assimilação da paisagem pelo POS depende primeiro de uma real **vontade política**, pois o projeto paisagístico não tem **nenhum valor jurídico**. Uma vontade que não é necessariamente inerente a todos os atores envolvidos: em Vaulnaveys-Le-Haut, alguns políticos **priorizaram interesses econômicos pessoais em detrimento do interesse paisagístico coletivo!**

Além disso, encontramos outro problema em relação ao POS como ferramenta de planejamento: seu sistema de autorização e proibição permite somente uma **gestão passiva do espaço**. É preciso integrar uma reflexão no que concerne à **gestão ativa dos espaços**.

Em termos de paisagem, falamos freqüentemente de proteção. Ora, a paisagem não é um elemento estático e sim dinâmico. *“A regulamentação sobre a paisagem tem a tendência de considerá-la como um quadro, enquanto que ela é a resultante de uma história social, econômica, de uma cultura que se modifica sem parar.”*¹²

Proteger significar congelar, no que diz respeito à paisagem, enquanto deveríamos falar de gestão da paisagem. **Uma política de paisagem verdadeira deve ultrapassar uma simples preservação.**

O POS considera a paisagem somente dentro dos limites do município, enquanto *paisagem não tem fronteiras...* As decisões de utilização de solo podem ter incidências visuais ou ecológicas sobre as terras vizinhas. Por isso se recomenda que os municípios se reagrudem para adotar uma política de intermunicipalidade, e então realizar uma reflexão global do território. Lembramos ainda que a intermunicipalidade proporciona financiamentos complementares.

No que diz respeito à integração das residências no tecido urbano – preocupação constante dos políticos – desde 1º de julho de 1994 um *volet paysager* foi introduzido ao POS quando do pedido de alvará de construção. Infelizmente, o *volet paysager* se tornou mais uma peça administrativa sendo freqüentemente liberada em relação à sua compatibilidade com o POS em detrimento da parte subjetiva presente na paisagem.

Um paisagista conselheiro seria útil ou mesmo indispensável para julgar não somente o alvará de construção como tudo que diz respeito ao urbanismo. Ele traz uma visão transversal devido à sua formação pluridisciplinar notadamente em urbanismo, meio ambiente, economia agrícola, etc.

Finalmente, em Vaulnaveys-Le-Haut, o estudo da paisagem nos revelou principalmente proposições em vez de regulamentos para uma real assimilação da paisagem. A cidade não quer congelar sua paisagem, mas forjar uma qualidade de vida do terceiro milênio voltada para um desenvolvimento sustentável¹³. Uma transformação refletida e controlada.

(12) CORAJOURD, Michel. Ne pas figer le paysage. In: *Le Moniteur*, 3 jun. 1994.

(13) Definição no relatório Brandland (1987): um desenvolvimento que satisfaça as necessidades das populações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras a satisfazer suas próprias necessidades.

BIBLIOGRAFIA

- BEGUIN, François. *Le paysage*. França: Editions Flammarion, 1995.
- BERTRAND, Georges. Le paysage entre la nature et la société. In: *La théorie du paysage en France, 1974 – 1994*. Sous la direction d'Alain Roger. França: Editions Champ Vallon, 1995.
- CAISSE DES DEPOTS ET CONSIGNATIONS Mairie-Conseils, Programme Développement Rural et Fédération des Parcs Naturels Régionaux de France. *La charte paysagère – outil d'aménagement de l'espace intercommunal*. Sous la direction de Yves GORGEU et de Catherine JENKINS. França: Editions La Documentation Française – Paris, 1995.
- CHARRETON, P. *Étude paysagère de Gresse en Vercors*. França: CEMAGREF-Grenoble, 1993.
- COULAUD, Nathalie. Comment prendre en compte le paysage? França: *Le moniteur*, 2 dez. 1994.
- _____. Un POS garant de la qualité du paysage. *Le moniteur*. França, 24 jan. 1997.
- CORAJOURD, Michel. Ne pas figer le paysage. *Le moniteur*. França, 3 jun. 1994.
- FERRE, Isabelle. Intégrer la maison individuelle au tissu urbain. *Le courrier des maires*. França, 9 jan. 1998.
- FISCHESSER, Bernard. Loi paysage: Une grande ambition. *Pour la Montagne*. França, 29 juillet-août 1993.
- _____. Prise en compte des valeurs paysagères dans l'aménagement du territoire. In: *Actes de la journée thématique de l'Antenne romande du FNP*. França, dez. 1993.
- _____. *Une méthodologie au service du paysagisme d'aménagement*. França: Ligne Verte, nov./dez. 1994.
- _____. *L'analyse paysagère: Une aide à la décision en aménagement du territoire*. In: COLLOQUE INTERNATIONAL, AFGR – INGÉNIEUR AGRICOLE ET PAYSAGE. França, out. 1994.
- _____. *L'analyse paysagère: Une démarche pluridisciplinaire pour la gestion négociée des systèmes d'exploitation*. França: CEMAGREF-Grenoble, 1995.
- LACOSTE, Yves. A quoi sert le paysage? qu'est-ce qu'un beau paysage? In: *La Théorie du Paysage en France, 1974 - 1994*. Sous la direction d'Alain Roger. França: Editions Champ Vallon, 1995.
- LELAY, Jérôme. *POS paysager et gestion de l'espace*. França: Mémoire de fin d'études-ENSH/ENITHP, 1997.
- LENCLUD, Gérard. L'ethnologie et le paysage, questions sans réponse. In: *Cinq propositions pour une théorie du paysage*. Sous la direction d'Augustin BERQUE. França: Editions Champ Vallon, 1994.

MINISTÈRE DE L'AMÈNAGEMENT du territoire, de l'Équipement et des Transports. *POS et paysage: Aspects juridiques*. Sous la Direction de l'architecture et de l'urbanisme. França: Editions Villes et Territoires, 1995.

_____. *Méthodes pour des atlas de paysages: Identification et qualification*. Sous la Direction de l'architecture et de l'urbanisme. França: Strates/CNRS-Segesa, 1994.

MOUNIER, Jean. *Le paysage rural de montagne*. França: CTGREF de Grenoble, 1980.

NEURAY, Georges. *Des paysages: pour qui? pourquoi? comment?* Bélgica: Edition Les presses agronomiques de Gembloux, 1982.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

REVISTA PAISAGEM E AMBIENTE: ENSAIOS

1. O Conselho Editorial da *Revista Paisagem e Ambiente: Ensaios* decidirá quais artigos, ensaios, conferências, debates, resenhas, relatos de experiências e notas técnicas terão a possibilidade de publicação, considerando-se para tanto a consistência teórica e a pertinência do tema diante da linha editorial.

2. Apresentação dos trabalhos

Em disquetes, utilizando o processador de texto WORD 6.0 ou superior. Deverá conter entre 21.600 a 43.200 caracteres, incluindo o resumo, o abstract e a introdução. Juntamente com o disquete, deverão ser entregues três cópias impressas do arquivo.

O resumo e o abstract não deverão ultrapassar 2.800 caracteres.

3. Os títulos e os subtítulos deverão aparecer em maiúsculas, pois é importante que no original fique clara sua natureza. Também deverão ser concisos e explícitos quanto ao conteúdo tratado. Deverão ser apresentadas, no mínimo, 5 palavras-chave (unitermos).

As contribuições deverão ser acompanhadas da versão em língua inglesa do título, subtítulo, resumo e palavras-chave.

4. Logo após o título deve constar o nome do autor, sua qualificação, procedência e endereço postal e/ou eletrônico.

5. As notas e referências bibliográficas deverão ser agrupadas no final do texto e devidamente referenciadas, de acordo com as normas NBR 6023 e NBR 10520, da ABNT.

As notas e referências deverão seguir os seguintes padrões:

5.1 Artigos e capítulos de livros

Colocar a referência bibliográfica nesta ordem: autor, título do artigo/capítulo, nome do autor do livro, título do livro (em itálico), subtítulo (sem itálico), edição, local de publicação (cidade), editora, data de publicação, volume, capítulo, páginas (inicial e final), série ou coleção.

Exemplos

- autor do capítulo e do livro

MACEDO, Silvio Soares. Ecletismo. In –. *Quadro do Paisagismo no Brasil*. São Paulo: Edição do autor, 1999. cap. 2, p. 21-54. (Coleção Quapá).

- autor somente do artigo ou capítulo

MACEDO, Silvio Soares. Roberto Burle Marx and the founding of Modern Brazilian Landscape Architecture. In: VACCARINO, R. (editor). *Roberto Burle Marx. Landscapes Reflected*. Nova York: Princenton Architectural Press, 2000. p.13-24.

5.2 Artigos publicados em periódicos

Indicar o autor do artigo, título do artigo, subtítulo do artigo, título da revista (em itálico), local de publicação (cidade), título do fascículo, se houver (suplemento ou número especial), volume, número, páginas (inicial e final), mês e ano.

Exemplo

PELLEGRINO, Paulo Renato Mesquita. Pode-se planejar a paisagem? *Paisagem e Ambiente: Ensaios*, São Paulo, n. 13, p.159-179, 2000.

5.3 Citações no corpo do texto – Referências Bibliográficas

Paisagem Ambiente: ensaios - n. 16 - São Paulo - p. 162 - 2002

As citações, quando forem literais, devem ser precisas, grafadas em itálico e entre “aspas”. No corpo do texto deve constar o sobrenome do autor, seguido da data e páginas da publicação.

Ex.: (Leite, 1994, p. 86)

Nas referências bibliográficas, o sobrenome do autor citado deve ser posto em ordem alfabética (em maiúsculas), prenome, título do livro (em itálico), subtítulo, (sem itálico), edição, local de edição (cidade), editora, ano de publicação, volume, série ou coleção (entre parênteses).

Exemplo

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. *Destruição ou desconstrução? Questões da paisagem e tendências de regionalização*. São Paulo: Hucitec, 1994.

5.4 Dissertações e Teses

As referências de tese de doutorado ou dissertação de mestrado devem conter: nome do autor, título (em itálico), subtítulo (sem itálico), data, número de páginas ou volumes, categorias (grau e área de concentração), identificação da instituição, local, data de publicação.

Exemplo

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. *A megalópole e a praça: O espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa*. 2001. 351p. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2001.

5. As ilustrações deverão ser entregues em folhas separadas com as devidas indicações de créditos e legendas, devidamente referenciadas no texto.

Os desenhos deverão ser entregues em arte-final, preferencialmente a nanquim sobre papel schoeller. No caso de imagens, deverão ser entregues os originais, para serem escaneados no Laboratório de Programação Gráfica. Em caso de arquivo eletrônico, a imagem deverá ter 300 d.p.i., no tamanho 12 x 15 cm, em RGB. As imagens não serão recebidas por correio eletrônico. Será permitida a inclusão de ilustrações que poderão ser impressas a cores, dependendo da disponibilidade de recursos para a impressão. As ilustrações (fotos, desenhos, esquemas e croquis) poderão ocupar um número equivalente de páginas daquelas ocupadas pelo texto.

7. Não serão aceitas reproduções de imagens publicadas em livros, revistas ou periódicos, sem a expressa autorização do(s) autor(es) das mesmas.

8. Após o ato de entrega, as condições dos originais serão analisadas criteriosamente. Os trabalhos que estiverem em desacordo com os padrões aqui descritos serão devolvidos em seguida para que se providencie sua regularização.

9. Os textos assinados serão de inteira responsabilidade dos autores e não haverá alteração de seu conteúdo sem prévia autorização.

10. Os autores receberão gratuitamente três exemplares do fascículo em que tiver sido publicada a contribuição.

Laboratório de Programação Gráfica

Prof. Coordenador: Minoru Naruto

Supervisão Geral

José Tadeu de Azevedo Maia

Supervisão de Projeto Gráfico

André Luis Ferreira

Supervisão de Produção Gráfica

Divino Barbosa

Preparação e Revisão

Ivanilda Soares da Silva

Margareth Artur

Diagramação

Sóstenes Pereira da Costa

Tratamento de Imagem e Fitolito

Sidney Lanzarotto

Emendas

Eliane Aparecida Pontes

Montagem de Chapa

Robson Brás Teixeira

Cópia de Chapa

Juvenal Rodrigues

Impressão

José Gomes Pereira

Dobra

Ercio Antonio Soares

Acabamento

Ercio Antonio Soares

Juvenal Rodrigues

Nadir de Oliveira Soares

Ricardo de Sotti Machado

Secretária

Eliane de Fátima F. Previde

Composição, fotalitos, impressão off-set e acabamento

Laboratório de Programação Gráfica da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Pré-matriz

Linotronic Mark 40

Tipologia

Futura Lt BT, no corpo 11 para o texto, Futura Lt BT, no corpo 16 para os títulos,

Futura Md BT, corpo 12 para os subtítulos, Futura Lt BT, no corpo 8 para as legendas (itálico) e notas (normal),

Futura Lt BT, no corpo 10 para as bibliografias.

Montagem

21 cadernos

Papel

Miolo: Couche Fosco L2, 90 g/m², formato 89x117cm

Capa: Royal Imune, 300 g/m²

Tiragem

1.500 exemplares

Data

2002

ISBN 0104-6098



9 770104 609003

00016



PAISAGEM AMBIENTE **16**